UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

O REINVENTAR DA COLÔNIA: UM BALANÇO DAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A ECONOMIA COLONIAL BRASILEIRA

Diogo Franco Magalhães

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por ***Diogo Franco Magalhães*** *em* ***04/07/2008*** *e orientado pelo* ***Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti.***

CPG, 04/07/2008

Campinas, 2008

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do Instituto de Economia/UNICAMP

M27r

Magalhães, Diogo Franco.
O reinventar da colonia: um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira/ Diogo Franco Magalhães. – Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador : Eduardo Barros Mariutti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Historia economica. 2. Brasil – Historia – Periodo colonial. I. Mariutti, Eduardo Barros. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Titulo.

08/032/BIE

Título em Inglês: Reinventing the colony: a balance between interpretations about the Brazilian colonial economy
Keywords: Economic history ; Brazil – History – Colonial period
Area de Concentração : Historia economica
Titulação: Mestre em Desenvolvimento Economico
Banca examinadora: Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti
Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos
Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
Data da defesa: 04-07-2008
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento economico

Dissertação de Mestrado

Aluno: DIOGO FRANCO MAGALHÃES

" O Reinventar da Colônia: Um Balanço das Interpretações sobre a Economia Colonial Brasileira "

Defendida em 04 / 07 / 2008

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Orientador – IE / UNICAMP

Prof. Dr. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS
IE / UNICAMP

Prof. Dr. RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS
FACAMP

A meus queridos Ivo e Cecília, Tatim e Dinorah.
Raízes de minha existência. A eles dedico este trabalho.

Agradecimentos

Ao terminar este trabalho relembro inúmeras pessoas importantíssimas para sua conclusão, motivo pelo qual resolvi escrever estas linhas como forma de explicitar nosso apreço por suas contribuições. Contudo, ao incluir uma seção de agradecimentos, estamos sempre expostos à omissão de alguém importante, principalmente quando se trata de escritor tão esquecido como é o autor deste trabalho. Ainda assim, ciente do risco que corremos, seguem algumas linhas em agradecimento.

Em primeiro lugar, devo reservar um espaço especial aos meus familiares, pelo apoio e carinho recebido durante todo o período de curso, em especial a meus pais — Magela e Graça — e meu irmão Bruno. Além deles, Gabriela, pela paciência e conforto nos momentos mais difíceis, merece também menção especial e carinhosa.

A meu orientador, Eduardo Mariutti, agradeço de todo coração pela prontidão e boa vontade com que sempre me atendeu. Representa tarefa impossível exprimir o valor de todas as suas contribuições a este trabalho. Agradeço pela maneira fraterna como sempre encarou minhas solicitações, dificuldades e eventuais atrasos.

Ao professor Hernani Maia agradeço pela participação na qualificação do trabalho. Os agradecimentos se estendem também aos professores Pedro Puntoni, Rodrigo Passos e Pedro Paulo Bastos por terem aceito o convite para participar da defesa da dissertação. Suas críticas e sugestões muito acrescentaram ao trabalho e facilitaram em muito o esforço para conclusão desta pesquisa. Ao fazer-lhes menção, estendo meus agradecimentos a todos os professores do Mestrado pela sua dedicação.

Agradeço também aos colegas de curso, em especial Uallace, Gustavo, Olívia, Guilherme, Tatiana e Gabriel pelos momentos de descontração e pelo enriquecimento que proporcionaram ao longo de nossa convivência. Além deles, devo lembrar os funcionários deste Instituto, sempre muito atenciosos, em especial Marinete e Alberto.

Por fim, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa ao longo do período de realização do curso e desta pesquisa.

Resumo

São diversas as interpretações a respeito do processo de gênese e desenvolvimento da economia da colônia portuguesa na América do Sul. Este trabalho reconstrói a história do debate entre três linhas interpretativas sobre o tema. Em primeiro momento se discutem as interpretações clássicas sobre o período colonial, em que se destacam as contribuições dos autores do "sentido da colonização" — entre eles Caio Prado Jr., Fernando Novais e Celso Furtado — e da linha interpretativa do modo de produção colonial — com realce às idéias de Jacob Gorender e Ciro Cardoso. Em momento posterior, busca-se explicitar as principais características do que denominamos debate contemporâneo, com destaque para as contribuições de Manolo Florentino e João Fragoso. O trabalho pretende uma avaliação crítica a respeito dessas linhas interpretativas.

Abstract

There are many interpretations about the process of establishment and development of the portuguese colony´s economy in South America. This issue summarizes the history of the debate between three interpretatives lineages over the theme. First, the classical interpretations about the colonial period are discussed, mainly the contribuitions from the "sentido da colonização" authors — Caio Prado Jr., Fernando Novais and Celso Furtado — and from the interpretative lineage called " colonial mode of production" — mainly Jacob Gorender and Ciro Cardoso. Afterwards, we seek to expose the major characteristics of the contemporaneous debate, in which Manolo Florentino´s and João Fragoso´s contributions gain evidence. This issue intends to provide a critical evaluation over those interpretative lineages.

Índice

INTRODUÇÃO **1**

CAPÍTULO I – O QUADRO GERAL: A FORMAÇÃO DA ERA MODERNA E A EXPANSÃO ULTRAMARINA **9**

1.1 – NOTAS SOBRE A SOCIEDADE FEUDAL 11
1.1.1. – O surgimento, expansão e crise do feudalismo na Europa *11*
1.2 – FORMAÇÃO DA EUROPA MODERNA E SUAS RELAÇÕES COM A EXPANSÃO ULTRAMARINA 34
1.2.1 – Absolutismo, capital comercial e expansão ultramarina *35*
1.2.2 – Novas interpretações sobre a colonização ultramarina da Época Moderna *52*

CAPÍTULO II – O DEBATE SOBRE A COLONIZAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA **65**

2.1 – A DISCUSSÃO CLÁSSICA 66
2.1.1 – O sentido da colonização *69*
2.1.2 – O modo de produção colonial *85*
2.1.3 – A importância da discussão clássica *98*
2.2 – O DEBATE CONTEMPORÂNEO 104
2.2.1 – Primeiros passos: as contribuições de Fragoso e Florentino *105*
2.2.2 – Rumo a uma nova historiografia sobre o período colonial? *121*

CONCLUSÃO: O REINVENTAR DA COLÔNIA **153**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **163**

Introdução

A empresa colonizadora lusitana na América do Sul funda as bases do desenvolvimento de uma determinada sociedade nos trópicos. A formação da nação brasileira remonta necessariamente a seu passado colonial, que lhe dá os traços mais gerais e determina suas especificidades.

Se nos referimos a um passado colonial — à condição de colônia, a própria nomenclatura utilizada já nos induz à natureza multifacetada do processo de desenvolvimento da nova sociedade: se há colônia, há metrópole. A colonização é fruto de movimentos iniciados no território metropolitano. É a partir do impulso colonizador proveniente do continente europeu que irá se apresentar o povoamento e a valorização de novos territórios na época moderna. Condições historicamente específicas geraram as bases materiais para que tal empreendimento fosse concretizado. Mais que isso: além de encontrarem-se reunidas as condições materiais necessárias, aparece um objetivo incomum para os padrões vividos pela economia européia que progressivamente superava as estruturas feudais, qual seja, o de exploração de novos territórios com o intuito do comércio, de valorização de riqueza sob forma monetária. Visto sob este prisma, o fenômeno da colonização moderna só pode ser entendido à luz das mudanças pelas quais passava a sociedade européia, mudanças que lhe conferem uma certa especificidade.

Isto posto, pensar a história da formação da Brasil[1] é, forçosamente, pensar a natureza das transformações pelas quais passava o continente europeu, Portugal em específico. O processo de ocupação do espaço sul-americano pelos portugueses responde a determinações singulares, fruto da articulação entre o fenômeno da colonização e o desenrolar de profundas transformações no continente europeu. O crescimento demográfico, a mercantilização da economia, as modificações na estrutura do poder político são algumas das transformações que devem se articular para a compreensão desse período.

---

[1] Aqui é necessário chamar a atenção do leitor para o perigo do anacronismo: pensar a história como se o Brasil estivesse destinado a se tornar independente desde a chegada oficial dos portugueses à América em 1500. Obviamente, uma interpretação com essa característica empobreceria demasiadamente o trabalho e não está entre os nossos objetivos, como indicaremos ao longo de nossa argumentação.

Obviamente, essas primeiras tensões não esgotam o problema. A colonização — entendida em sentido lato, isto é, como ocupação e valorização de novos territórios — responde por somente uma parcela das possibilidades apresentadas na expansão ultramarina. A maneira como os interesses metropolitanos se articulavam com as diferentes situações locais apresenta um largo espectro: desde a simples instalação de feitorias — mediadoras entre sistemas econômicos distintos — até a *organização da produção* nas colônias.

Ainda que centremos o estudo nos episódios em que ocorre a colonização, como é o caso da América portuguesa, o arranjo pode ser de natureza diversa: capitanias hereditárias para algumas situações, governo geral (com sede em uma ou duas cidades) para outras. Conforme muito bem apontou Luís Felipe Alencastro[2], a colonização também envolve um aprendizado, um certo fazer específico de cada região e de cada momento histórico.

Nesses termos, a reconstrução da realidade histórica se torna tarefa ainda mais complexa, visto que deve abarcar a especificidade e as vicissitudes de cada processo. O desenvolvimento na América portuguesa difere de tantas outras regiões envolvidas na expansão ultramarina. O trato dos portugueses com seus diversos territórios ultramarinos nos parece prova desse fato, tamanha as disparidades entre os métodos e os resultados obtidos nas várias partes do globo terrestre. Na Ásia, os lusitanos raramente ultrapassaram o litoral, utilizando-se das redes de comércio local para obterem as desejadas mercadorias. Por sua vez, no Novo Mundo, assiste-se à formação de uma nova sociedade, fruto da chegada dos negros africanos, de portugueses — e tantas outras nacionalidades vindas da Europa — e do componente autóctone. Impossível negar que cada experiência tem suas singularidades, que a sociedade formada nas possessões portuguesas na América do Sul apresentou uma trajetória própria, diferente de outras regiões do Império lusitano.

Por sua vez, Portugal, senhor de diversas possessões, também é apenas peça no movimento de expansão européia. Engrenagem mestra, deve-se dizer: pioneiro que foi na experiência ultramarina, logo expandiu seus domínios e deles retirou grande proveito. É inegável que Portugal apresentou vantagens e motivações próprias para o desenvolvimento

---

[2] Luís Felipe de ALENCASTRO. O *Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras; 2000, c. 1.

de sua expansão ultramarina. Conforme atestam Immanuel Wallerstein e Ronaldo Marques dos Santos, o processo de expansão marítima está relacionado a diversas condições singulares vivenciadas pelos portugueses[3]. Contudo, ainda assim, não se pode compreender totalmente esse processo caso não se faça referência a uma totalidade maior que o suplementa, ou melhor, ao quadro de transformações pelas quais passava o continente europeu.

Assim sendo, mais uma vez aparecerão as vicissitudes. Notáveis são as discrepâncias entre o caminho percorrido entre as potências européias. Portugal, Espanha, as Províncias Unidas, a França, a Inglaterra: cada qual com suas estratégias, fruto de um determinado arranjo social, político, econômico e ideológico. Tal é a riqueza de possibilidades que se insinua e delineia o movimento histórico que permite a formação do que hoje conhecemos como Brasil.

Diante desse quadro geral, surgem enfoques com grandes diferenças quanto à interpretação sobre o processo de formação e desenvolvimento das colônias, em nosso caso com especial destaque ao Brasil. As singularidades sobre o fenômeno de formação de nosso território, do nosso povo, da nossa economia e da nossa cultura são muitas. Diversos autores se dedicaram à tarefa de compreensão da nossa história, alguns deles com indiscutíveis contribuições. Por vezes, privilegiam aspectos distintos de um mesmo fenômeno. Em determinados casos, chegam a conclusões diversas a despeito de se valerem de bases factuais similares. O avanço da pesquisa permite novas informações que, indubitavelmente, jogam importante papel na confecção de novos trabalhos e ajudam no aperfeiçoamento e superação de perspectivas anteriores. Isto posto, se tomarmos os trabalhos de história econômica sobre a formação da sociedade e da economia brasileira, notaremos uma ampla variedade de opiniões e interpretações, muitas vezes discrepantes.

---

[3] Wallerstein afirma que Portugal reunia motivações e capacidades próprias que lhe permitiram avançar o processo de expansão comercial ultramarina. Entre elas, a posição geográfica privilegiada, a disponibilidade de capitais, a força de sua máquina estatal e suas relações com o mundo árabe mesmo após a reconquista. Immanuel WALLERSTEIN. *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the Sixteenth century*. Nova Iorque, Academic Press, 1974, p. 39-51. Por sua vez, Ronaldo Santos indica a existência de determinados agentes — como a coroa e instituições a ela ligadas, entre elas a escola de Sagres, e os comerciantes envolvidos no comércio de longa distância no Mediterrâneo — e a expansão da experiência açucareira nas ilhas do Atlântico como fatores importantíssimos para a compreensão da precocidade portuguesa. Ronaldo SANTOS. *O rascunho da nação*: formação, auge e ruptura da economia colonial. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1985, p. 1-26.

Podemos, então, avançar a apresentação de nosso objetivo. Desde a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, por Caio Prado Jr., muitos foram os autores que buscaram novas interpretações sobre a economia e a sociedade colonial na América portuguesa. Veja-se que a escolha de Caio Prado para iniciarmos nossas indagações não é casual, visto que seu trabalho apresenta realmente um caráter extremamente inovador. Devido ao alcance de sua interpretação, o autor aparece como referência central para os trabalhos sobre a economia colonial, sejam aqueles interessados em corroborar seu ponto de vista, sejam os que pretendem negá-lo. A idéia de "sentido da colonização" permitiu uma compreensão da história brasileira que ultrapassava a mera descrição de acontecimentos em direção a uma efetiva reconstrução histórica, capaz de apreender o movimento através da noção de totalidade e, deste modo, supostamente, evitar o anacronismo.

Continuadores houve da perspectiva lançada por Caio Prado. Neste trabalho destacaremos as contribuições de Celso Furtado e Fernando Novais, que avançam com interpretações embasadas nas suas idéias. A convergência entre determinados aspectos das interpretações desses autores será um dos temas abordados em nossa pesquisa. Mas desde já consideramos possível classificá-los como autores da linha interpretativa do "sentido da colonização", visto ser este o traço comum essencial nos seus trabalhos.

Ao lado desses autores, que compõem uma primeira linha interpretativa, outras correntes historiográficas elaboraram explicações distintas para o funcionamento e superação da economia colonial, cada qual reordenando os diversos elementos que apontamos acima — entre eles a formação sócio-econômica interna à colônia e suas relações com o exterior — numa nova argumentação. De acordo com cada enfoque, os diversos aspectos envolvidos no fenômeno da colonização são hierarquizados e caminham em direção a uma determinada compreensão da realidade histórica.

Num primeiro momento, surgem estudiosos que pretendem reavaliar as contribuições de Caio Prado Jr. Neste grupo podemos citar autores como Jacob Gorender e Ciro Cardoso, que pretendem esmiuçar as leis próprias de funcionamento da economia colonial e assim desvendar sua dinâmica. Valem-se do controverso conceito de modo de produção para construir uma nova interpretação da formação do Brasil.

O conceito chave nessa perspectiva é o de modo de produção escravista colonial que, apesar de manter vínculos insuperáveis com a economia externa — tais como o abastecimento de mão-de-obra, apresenta leis de funcionamento próprias, dedutíveis da relação de produção básica da economia colonial (a relação escravista). As críticas à perspectiva do "sentido da colonização" irão se centrar no excessivo peso concedido às ligações da economia colonial com o exterior e ao seu circulacionismo, isto é, a tentativa de explicar a estrutura da economia por meio da esfera da circulação (comércio externo).

Em nosso entendimento, essas duas linhas de argumentação encerram uma fase clássica a respeito da interpretação dos mecanismos de funcionamento da economia colonial. Mais recentemente, o debate se reanimou devido às contribuições de diversos autores de uma linha que ficou conhecida como a "Escola do Rio". O período colonial da história brasileira e as relações entre Portugal e Brasil nessa época são reinterpretados por diversos autores, em que se destacam as contribuições de João Fragoso e Manolo Florentino. Os dois autores procuram uma nova visão da dinâmica das interações entre metrópole e colônia, objetivando a superação de deficiências da historiografia clássica por eles apontadas e que serão detalhadas ao longo do trabalho.

Num primeiro momento, podemos dizer que os conflitos aparecem em torno de dois aspectos fundamentais. O primeiro deles se refere ao funcionamento dos mecanismos internos da economia colonial no Brasil. Qual seria o grau de articulação entre os diversos setores que compunham a economia colonial? As principais unidades produtivas da colônia, as *plantations*, poderiam ser realmente caracterizadas como unidades relativamente autárquicas? Existiria alguma dinâmica própria presente entre os setores que abasteciam o mercado interno da colônia ou simplesmente funcionavam de acordo com a dinâmica dos setores voltados à exportação? Discute-se, portanto, o grau de importância e a maneira como se organizou a economia e sociedade na América portuguesa.

Em segundo lugar, apresenta-se a discussão sobre as formas de articulação entre a economia colonial e o mercado externo. Novas pesquisas apresentaram inovações quanto ao papel desempenhado pelos mercados internacionais para o desenvolvimento da economia colonial. Pôde-se observar que eram várias as possibilidades de intercâmbio que ultrapassavam os limites do pacto colonial: o comércio com outras possessões portuguesas sem intermediação dos portos metropolitanos, o contrabando com outras potências

européias. Será que o fenômeno da colonização realmente representou um efetivo alicerce para o desenvolvimento do capitalismo europeu? Se o comércio com o exterior se dava além do eixo metrópole-colônia, qual a efetiva relevância dos mecanismos de comércio exterior para o desenvolvimento das novas sociedades formadas nos territórios coloniais?

Como se vê, as questões apresentadas por essa nova linha interpretativa são variadas e buscam a superação de explicações rivais, embora se deva considerar que nem sempre se tratam de críticas inéditas. Dessa forma, torna-se importante um balanço crítico desse debate a fim de avançarmos na discussão e testarmos a solidez da argumentação encontrada em cada caso.

Assim sendo, nos propomos a reconstruir a história deste debate. Tal reconstrução deverá se reportar sempre ao processo de formação da sociedade brasileira, reforçando as características principais da gênese, desenvolvimento, auge e crise da economia colonial. Coloca-se, dessa forma, o objetivo central de nossa pesquisa.

No entanto, outro eixo importante da discussão vem a ser o paulatino desapego à noção de Antigo Sistema Colonial e à perspectiva da totalidade para os estudos sobre a história econômica brasileira. Paulatinamente a noção de crise do Antigo Sistema Colonial, que tenta apreender o desenvolvimento da colonização em articulação com o desenvolvimento da economia-mundo capitalista na Europa, tem sido questionada e abandonada em diversos meios acadêmicos. De maneira geral, encontra-se a ênfase na afirmação de que não é possível explicar a formação da sociedade e da economia colonial tão somente por meio de fenômenos externos à sua estrutura, conforme se afirma procederem os autores do sentido da colonização.

Em seu lugar, novas interpretações surgem. Interpretações essas que passam a olhar cada vez mais as singularidades do processo de colonização portuguesa na América. O caso brasileiro é específico, bem como são os demais casos. A partir dessa perspectiva, não se deve vulgarizar a pesquisa histórica adotando premissas finalistas, que esgotam o movimento dos acontecimentos históricos tais como a idéia de Antigo Sistema Colonial. De igual modo, deve se dar atenção especial às singularidades do caso português. Portugal era dono de territórios e riquezas nos quatro cantos do globo, detentor de vasto território, portanto difícil de administrar. Ao mesmo tempo, possuía uma estrutura social e política peculiar, que imprimiu um movimento único aos seus processos de expansão ultramarina.

Segundo os críticos, a idéia de um Sistema Colonial é, portanto, reducionista e simplifica demasiadamente a realidade histórica. Novas formas de pesquisa, que evitem seus vícios, devem substituir esse conceito.

Na contramão desse movimento, um segundo objetivo de nossa pesquisa, inseparável do primeiro que apresentamos, é mostrar como a idéia de Antigo Sistema Colonial representa, sem dúvidas, um nexo explicativo fundamental para a formação da economia e sociedade brasileira.

Se recorremos à idéia de Antigo Sistema Colonial como nexo explicativo fundamental para o desenvolvimento de nosso trabalho, necessitamos reconstruir um quadro a respeito das transformações no continente europeu que serviram de fundo ao fenômeno da colonização. Nesses termos, no primeiro capítulo, apresentamos um breve quadro sobre a crise do mundo feudal e a expansão ultramarina européia.

Isto feito, com base na discussão precedente sobre a natureza das transformações em curso na Europa, poderá ser realizado o debate sobre as interpretações a respeito do processo de colonização, tarefa esta realizada no segundo capítulo. A essa parte, deverão seguir as considerações finais, em que apresentamos nossas principais conclusões sobre o tema.

Capítulo I – O quadro geral: a formação da era moderna e a expansão ultramarina

Conforme apresentamos na introdução de nosso trabalho, o objetivo central é estudar diferentes interpretações a respeito da economia colonial. Para tanto, nossa intenção não se resume à apresentação dos autores e de suas respectivas obras. A discussão, nos moldes em que nos propomos, apenas ficará completa se fizermos referência ao caráter da economia européia da qual parte o movimento de expansão ultramarina e das interpretações que explicam tal movimento. A partir das características das transformações ocorridas na Europa será possível delimitar a natureza do movimento de expansão e as peculiaridades do fenômeno da colonização ultramarina. Para a bibliografia que estamos estudando, será decisivo tentar compreender a maneira como cada um dos autores busca articular os movimentos ocorridos na economia européia — em que se destaque a intensificação das relações mercantis — e as estruturas presentes na sociedade fundada pelos lusitanos na América do Sul.

Do exposto vê-se que não se trata de tarefa simples. A reconstrução da totalidade dos processos históricos envolvidos na expansão ultramarina escapa aos limites de nosso trabalho. Assim sendo, torna-se necessária a delimitação do escopo dessa parte da pesquisa.

Neste capítulo, apresentaremos linhas historiográficas sobre o período que compreende a transição do feudalismo ao capitalismo no continente europeu e a fundação das bases da Época Moderna com o objetivo de explicitar características dessas interpretações que nos forneçam elementos para a crítica dos trabalhos sobre a economia colonial na América portuguesa. Ao longo da argumentação neste capítulo tentaremos mostrar como existem divergências entre duas linhas de interpretação a respeito dos mecanismos que levariam à gênese e desenvolvimento da expansão ultramarina e as implicações dessas discordâncias para o debate feito a respeito da colonização portuguesa na América.

Antes porém de passarmos à apresentação das duas amplas linhas interpretativas que pretendemos esboçar nesta parte do trabalho, é necessário justificar preliminarmente a classificação que adotamos.

Na primeira seção deste capítulo — intitulada “Notas sobre a sociedade feudal”, são apresentados alguns elementos que consideramos fundamentais para se compreender

nossa argumentação nas duas seções posteriores. O objetivo específico dessa seção é permitir um nivelamento entre as noções por nós utilizadas e os conhecimentos prévios do leitor. Nesse sentido, desde já salientamos, não se trata de um estudo exaustivo sobre o tema; muito ao contrário, apenas são apontados de maneira breve alguns temas que consideramos importantes para ajudar na leitura das seções subseqüentes. Além disso, acreditamos que, ao explicitar quais os elementos consideramos mais relevantes, contribuímos para referenciar nossas conclusões neste trabalho a seus devidos limites[4].

Em seguida, apresentamos na segunda seção uma série de interpretações que articulam três elementos fundamentais, a saber: o Absolutismo, a predominância do capital comercial na esfera econômica e a expansão ultramarina num único processo, inserido no bojo das transformações na época de formação da Era Moderna na Europa Ocidental. Na terceira seção, são apresentadas interpretações que tendem a negar o papel desempenhado pelo Absolutismo no campo político e pelo capital comercial no campo econômico como fatores essenciais para se entender a dinâmica da expansão ultramarina.

Indicada a estrutura adotada para a reflexão que se segue, vale fazer uma ressalva. Ao agruparmos diversos autores sob uma mesma interpretação, procedemos um recorte compatível com a discussão principal proposta em nosso trabalho. Assim sendo, a classificação de um autor em determinado grupo pode colocá-lo lado a lado com outro que apresente discordâncias com sua argumentação, mas que, sob os aspectos que interessam à discussão sobre a colonização na América portuguesa, apresentam convergências que justifiquem sua classificação sob um mesmo grupo. Todavia, isso não elimina as discordâncias entre os autores, razão pela qual remetemos sempre que possível o leitor a outras referências que possam esclarecê-lo quando necessário. Isto posto, acreditamos ter minimamente justificado a classificação e a argumentação que se segue.

---

[4] O trabalho se refere a uma pesquisa no campo da história econômica. O ofício do historiador requer a construção de uma narrativa pautada pela noção de totalidade, mas neste escrito, por questões metodológicas, adotamos essa divisão entre as esferas da realidade e reservamos papel fundamental para a esfera econômica. Acreditamos que, ao leitor cujo conhecimento seja mais vasto, a primeira seção deste capítulo servirá como referência para situar nossas conclusões dentro de limites razoáveis.

1.1 – Notas sobre a sociedade feudal

1.1.1. – O surgimento, expansão e crise do feudalismo na Europa

Não obstante as variações encontradas no continente europeu em diferentes espaços regionais e distintas épocas, a bibliografia sobre a história medieval considera a existência de uma organização social relativamente uniforme comumente designada pelo termo feudalismo. Como já dissemos, não importa para nosso estudo esmiuçar aspectos dessas discrepâncias regionais, mas apontar elementos que sejam importantes para nossa síntese.

A organização feudal da sociedade européia surge no período posterior ao esfacelamento do Império Romano do ocidente nos séculos IV e V e da breve Monarquia Carolíngia, que encontra sua fase de apogeu entre os séculos VIII e IX. Sua estrutura é fruto de uma longa interação entre estruturas sociais preexistentes, mas fundamentalmente se refere à tradição romana e germânica[5]. Ao longo de diversos séculos, o enfraquecimento do poder romano *vis-à-vis* os povos "bárbaros" possibilitou uma interpenetração entre as formas econômicas, políticas, sociais e culturais desses dois povos num contexto de deterioração de diversas instituições romanas e de seu poder relativo sobre territórios e homens. O resultado foi a gênese de uma formação econômico-social *sui generis* marcada por flagrantes diferenças regionais, mas que perdurou em suas linhas mais gerais na Europa por um longo período.[6]

Do ponto de vista de sua organização econômica, a sociedade feudal apresentou uma estrutura de exploração do excedente econômico por parte de uma elite senhorial por meio de mecanismos de coação extra-econômica. Tal é o antagonismo representado pelas figuras dos servos e seus respectivos senhores. A condição de servo é resultado da interação

---

[5] Perry Anderson em seu célebre livro *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo* se refere ainda à importante contribuição helênica para a formação do feudalismo, principalmente na Europa Oriental. Irá destacar de que maneira essas influências encontram eco nos diferentes caminhos e características adotados pelas sociedades por ele analisadas. Para detalhes ver: Perry ANDERSON. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Trad. Port. Brasiliense: São Paulo, 1987, principalmente p. 51-142.

[6] *Cf* Robert LOPEZ *The Comercial Revolution of the Middle Ages, 930-1350*. Cambridge: Cambridge U. Press; 1998.

entre o colonato e o escravismo romano[7] e as formas germânicas de trabalho comunal[8]. A servidão, grosso modo, caracterizava-se pela fixação do homem à terra, sob condição de sujeição ao poder do senhor e conseqüente cumprimento de certas obrigações tais como o trabalho nas terras do senhor e o pagamento de direitos ao senhor *in natura* ou, em determinadas regiões e épocas, em dinheiro[9].

A produção se organizava nas aldeias. Mais uma vez pode-se definir essa unidade produtiva fundamental para a organização feudal como fruto da antítese entre as tradições germânicas e romanas. Entre os germânicos, o *vickos* representava a unidade fundamental de organização da produção, fundada a partir de um certo território cuja terra era cultivada coletivamente por determinados grupos. As *villae* romanas, por sua vez, referem-se às moradas de alguns senhores de terras no campo. A produção escrava se organizava espacialmente em torno desse aglomerado. A aldeia feudal pode ser compreendida como uma forma decorrente da interação dessas duas formas precedentes[10].

---

[7] Torna-se necessário especificar que se trata do escravismo romano uma vez que, como bem salientou Perry Anderson, o escravismo tal como experimentado pelos romanos apresenta diferenças em relação ao escravismo no mundo helênico uma vez que essas sociedades apresentavam estruturas sociais distintas e papéis específicos reservados ao trabalho escravo. Para detalhes ver *Passagens.. op.cit..*,. p. 53-54.

[8] "A própria servidão provavelmente descende tanto do clássico estatuto do *colonus* como da lenta degradação de camponeses livres por 'recomendação' meio coercitiva a guerreiros de clãs." *Ibid*, p. 127-128.

[9] No entanto, não se deve entender a servidão como uma espécie de relação contratual entre partes livres e autônomas em que os servos oferecem seus serviços em troca da proteção militar de seus respectivos senhores. Tal raciocínio remete a uma analogia clara às relações presentes numa economia mercantil desenvolvida, em que a estrutura social é distinta do feudalismo. Portanto, é fundamental reforçar o papel da coerção como elemento central para entender a fixação dos camponeses e sua exploração por parte dos senhores. Entender a relação servil como um contrato é um equívoco enfatizado por Brenner: "As interpretações mais gerais do processo de dinâmica econômica de longo prazo durante a baixa Idade Média e o início da Europa moderna continuam a ser construídas quase que exclusivamente em termos do que poderia ser grosseiramente chamado de forças econômicas 'objetivas' — em particular, flutuações demográficas e o crescimento do comércio e dos mercados. Uma variedade de modelos foi construída centrando-se nessas forças. Mas qualquer seja a natureza do modelo, e quer a pressão por mudanças derive da urbanização e do crescimento do comércio ou do crescimento demográfico autônomo, um mecanismo de mercado de oferta/demanda é geralmente aceito como fonte dos alicerces teóricos. Dessa forma, a resposta da economia agrária para as pressões econômicas, qualquer seja a fonte, é mais ou menos tomada por certa, vista como resposta mais ou menos automática, numa direção determinada economicamente pelas 'leis de oferta e demanda'." Robert BRENNER "Agrarian Class Structure and Economic Developmente in Pre-Industrial Europe" In: Trevor Aston & Charles Philpin (Org.) *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. University Press: Cambridge, 1987, p. 10.

[10] "O domínio, que no seu devido tempo se fundiu para se tornar o feudo, pode ser traçado a partir das últimas práticas eclesiásticas romanas e das distribuições tribais germânicas de terras. O *manor*, por outro lado, certamente é derivado do *fundus* ou *villa* galo-romanos, que não tinham equivalente bárbaro: imensas propriedades auto-suficientes e cultivadas por *coloni*, que entregavam a produção em espécie a grandes proprietários, esboço claro de uma economia senhorial. Os enclaves comunais da aldeia medieval, de sua parte, eram basicamente uma herança germânica, sobrevivente dos sistemas rurais originais da floresta após a

Outro importante traço da sociedade feudal é a relação de suserania e vassalagem, que dominou o ambiente político à época. Entre nobres e camponeses prevalecia a sujeição por meio da força bélica dos primeiros que oprimia os segundos — condição para a continuidade da servidão. Entre a nobreza, os laços de suserania e vassalagem foram o traço mais característico da organização política feudal. Eram laços horizontais — entre nobres, ou seja, entre iguais — que envolviam a defesa mútua e, em caráter simbólico, a prestação de tributos. O suserano cedia terras a outro nobre que dele passava a ser vassalo. Na forma como se apresentou na Europa, tal organização implicava a não-hierarquização entre os poderes de cada nobre[11]. Cada qual era soberano em seus domínios, unido por laços de fidelidade a outro(s) nobre(s). Portanto, predominava a descentralização em termos políticos: a violência era, essencialmente, privada e circunscrita ao território de cada senhor. Tal costume remonta ao *comitatus* germânico e às relações de clientela existentes na sociedade galo-romana[12]. Enquanto entre os povos bárbaros o *comitatus* era a expressão da organização política na forma de clãs, que reservava grande importância aos laços de sangue e à tradição na conformação das relações de poder, entre os romanos a clientela aparecia como fruto das relações da elite em disputa, no âmbito de uma economia cujo grau de monetização — derivado do desenvolvimento das relações mercantis — era muito maior.

As relações de suserania e vassalagem não eram apenas importantes como mediação entre nobres para resolver suas disputas e obter novos domínios. Representavam também comunidades políticas a partir das quais se tornava possível controlar a massa de camponeses e submetê-los sistematicamente à condição servil. Nas palavras de Brenner:

> "O que permitia aos nobres realmente obter o excedente por meio de coerção extra-econômica era a constituição de comunidades políticas auto-governadas ou

---

evolução do campesinato bárbaro do regime alodial para o de rendeiros dependentes." Anderson, P. *Passagens*..., p. 125

[11] Poderia-se pensar que o Rei era o maior nobre de um certo reino, pois seria o suserano de todos os demais nobres. Tal não ocorria. As relações entre os nobres dificilmente permitiam uma hierarquização desse tipo. A preferência parecia ser pela continuidade de espaços privilegiados de influência e poder para cada um dos nobres, que apenas se uniam diante de ameaças externas ou nas conquistas. Em abstrato pode-se dar o seguinte exemplo: um nobre A se torna suserano de um nobre B. O nobre B se torna soberano de um nobre C. Pode ocorrer que o nobre C se torne suserano do nobre A, mas isso não implica que ele seja suserano de B. Este é apenas um exemplo de como as relações feudais não garantiam uma hierarquia e, muito ao contrário, conformavam um sistema de poder bastante difícil de imaginar e de compreender.

[12] *Ibid*., p. 125.

> estados, ainda que pequenos. Essas comunidades tornaram possível a aplicação da força por parte dos nobres e, dessa forma, a aplicação de um conjunto de importantes funções políticas ('governamentais') que permitiram aos nobres fazer transferências de riqueza dos camponeses bem como de outros nobres por meio de coerção. Elas portanto estabeleceram, e tornaram possível a valorização, dos direitos dos senhores sobre o produto dos camponeses, de maneira que, para os senhores individuais, foi a participação nessas comunidades ou estados, com seus direitos associados, que, em última análise, fazia deles proprietários. Sua propriedade era 'politicamente constituída'".[13]

Os elementos da organização feudal que apresentamos imprimiam determinadas características à sua reprodução material e social que convém detalhar. Conforme salienta Brenner[14], a presença desses elementos — ligados à organização da produção e às condições de propriedade de camponeses e nobres — engendra determinadas relações de produção[15] a partir das quais se deve analisar o desenvolvimento econômico e social da organização feudal.

Comecemos nossa análise pela unidade produtiva básica, a aldeia. Se fizermos uma descrição sumária e esquemática, a aldeia se apresenta com traços que irão impor limites ao desenvolvimento das forças produtivas e de relações mercantis. Isso decorre de vários motivos.

Quanto à sua estrutura fundiária, a aldeia se apresenta com uma parcela das terras destinadas à nobreza, que devem ser trabalhadas pelos servos de acordo com certos costumes ou imposições, além daquelas terras destinadas às culturas dos camponeses — cuja produção deve em parte ser destinada ao pagamento de contribuições e taxas aos senhores — e as terras comunais (bosques). As terras destinadas ao uso servil não estão divididas em lotes. Comumente se distribuem faixas de terra a uma determinada família de

---

[13] Robert BRENNER. Property and Progress: where Adam Smith went wrong. In. *I Colóquio Internacional de História Econômica*. Campinas, 2006, p. 14.

[14] *Ibid,* p 7-8.

[15] Em seu artigo intitulado *Property and Progress: where Adam Smith went wrong*, Brenner prefere usar a terminologia *social-property relations*. Segundo ele, "O que irá determinar as relações microeconômicas de uma economia — isto é, o que os indivíduos concordam que faça sentido — é a macroestrutura, o que Marx chamou de relações de produção, e o que denominarei *social-property relations*. Eu prefiro *social-property relations* ao convencional relações de produção por duas razões. Primeiro, o termo relações de produção é algumas vezes utilizado para transmitir a idéia de que a estrutura social na qual ocorre a produção é de alguma forma determinada pela própria produção, isto é, pela forma de cooperação ou organização do processo de trabalho. Isto eu considero desastrosamente equivocado. Segundo, eu penso que é necessário não apenas revelar a estrutura ou os efeitos opressores das relações verticais de classe, ou extração de excedente, relações entre exploradores e produtores diretos, o que geralmente se entende por relações sociais de produção. É ainda mais importante apresentar a estrutura e os efeitos opressores de relações horizontais entre os exploradores e entre os produtores." Ibid, p. 8.

servos em diferentes partes da aldeia. O domínio sobre a terra está disperso e não pode ser individualizado.

Essa estrutura fundiária nos permite destacar algumas características. Primeiro, a dispersão das faixas de terra é um desestímulo ao aprimoramento das técnicas, visto que é difícil o desenvolvimento de um melhoramento individual sem que o benefício possa ser remetido ao seu inventor. A tendência, dada a dispersão das parcelas destinadas a cada camponês, é que ganhos individuais de produtividade não sejam apenas apropriados por aquele que os desenvolveu. Segundo, a distância entre as terras e as residências dos lavradores deveria obedecer a um certo padrão a partir do qual se tornava antieconômica a exploração de um novo território devido ao tempo de deslocamento para o mesmo. Ademais, além das características da propriedade fundiária, o cultivo era necessariamente coletivo uma vez que a posse e o uso de determinados instrumentos de trabalho — como o arado — era da coletividade, o que também contribuía para a lentidão do progresso técnico e para a impossibilidade da individualização das parcelas de terra.

Não são somente essas características que expressam a reprodução da vida material entre os camponeses na época do feudalismo. A disponibilidade de terras e de instrumentos de trabalho e o controle sobre parte considerável de seu próprio tempo aplicado ao trabalho permitia aos grupos de camponeses se voltarem à produção da maioria dos meios necessários à sua reprodução. Daí encontrarmos a tendência à auto-subsistência no seio da sociedade feudal. Dessa perspectiva se entende o caráter subsidiário dados às relações mercantis no seio da sociedade feudal como um comportamento racional, desde que confrontado com as condições objetivas encontradas pela maioria da população do período a que fazemos referência. [16]

Por outro lado, se agora pensarmos nas contradições entre senhores e servos, também poderemos lançar mais luz sobre as características da sociedade feudal. Há entre esses dois grupos uma conflituosa convivência. Os servos procuravam os senhores em troca

[16] "Os camponeses tendiam a adotar a regra de reprodução 'produção para subsistência', a estratégia de organizar as terras, o trabalho e os capitais de suas famílias para produzir diretamente tudo aquilo de que necessitavam para sobreviver, comercializando apenas excedentes materiais. Eles não adotavam a regra de reprodução *smithiana* 'produção para troca', ou seja, não se especializavam naquilo que faziam melhor, acumulando os excedentes e adotando a mais avançada técnica. Isto não quer dizer que os camponeses não se envolvessem com o comércio — pois é óbvio que o faziam em grau considerável. Está-se apenas argumentando que eles evitavam a especialização e a *dependência* do mercado que dela resultava." *Ibid.*, p. 15. Para detalhes da argumentação de Brenner sobre os mecanismos que guiavam o comportamento camponês na economia agrária feudal, ver p. 13-17.

de proteção militar e garantia de uma parcela de terras para trabalhar. Em primeiro lugar, os servos eram obrigados a trabalhar nas terras de seu senhor um certo número de dias na semana. Valiam-se do direito de cultivar uma parcela de terra nos demais dias e de explorar os bosques — em busca de madeira, por exemplo, todavia eram obrigados a pagar uma série de prestações aos senhores, seja devido ao uso de determinadas benfeitorias (moinho, por exemplo), seja pela imposição de taxas por parte do senhor. Nessas condições, pode-se observar o destino principal dado ao trabalho excedente camponês. Em sua maior parcela, era destinado ao pagamento das obrigações feudais. A situação se torna ainda mais crítica se considerarmos o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que impõe um caráter extremamente frágil à própria manutenção da força de trabalho. Com a pressão dos senhores por parcela significativa do excedente, a própria reprodução da agricultura e dos servos ficava ameaçada.

Isto posto, não nos parece adequado imaginar que essa organização social era estável, fruto de uma espécie de acordo ou aceitação tácita generalizada pelos grupos nela inseridos. Obviamente, existia tensão entre esses pólos, manifestada nas rebeliões camponesas frente à opressão de seus senhores e pelas lutas entre senhores — ou grupos de senhores — com o objetivo de controlar maior quantidade de territórios e servos[17]. Nesses termos, torna-se necessário entender como se organizavam as diferentes classes frente umas às outras.

Sabe-se que o exercício da força era a arma principal dos senhores para extrair dos camponeses os recursos necessários à sua própria sobrevivência. Já destacamos a organização da nobreza em pequenas comunidades políticas com o objetivo de controlar as massas camponesas em seus domínios. Comumente os senhores se aglomeravam em pequenas organizações políticas cujo objetivo era ao mesmo tempo se contrapor às pressões camponesas e às ameaças externas, fossem elas outros senhores em busca da expansão de seus domínios ou populações bárbaras em procura de novas terras. Por sua vez, os camponeses também mantinham organizações políticas locais, responsáveis por dirimir discordâncias entre os camponeses — como, por exemplo, a respeito da utilização de

[17] Rodney HILTON. Um comentário. In: Paul SWEEZY et alli. *A transição do feudalismo ao capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 109-117. Ver também na mesma coletânea o outro artigo de autoria do autor. Rodney HILTON. Capitalismo – o que significa esta palavra. In: Paul SWEEZY et alli. *A transição do feudalismo ao capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 109-117.

instrumentos de trabalho e das terras comunais — e por representá-los frente às ofensivas promovidas pelos senhores.

Assim sendo, a existência de certos direitos adquiridos pelos servos de determinadas regiões, tais como a regulação das obrigações pagas aos senhores, o direito à hereditariedade no uso de determinado prazo, deve ser entendida como fruto dessa tensão entre senhores e camponeses[18]. Os senhores pretendiam extrair dos camponeses a maior quantidade possível de recursos, mas não podiam levar a sua vontade ao limite por três ordens de fatores: poderiam ameaçar a própria reprodução material dos servos, o que não lhes interessava visto que terras sem braços para trabalhá-las de nada adiantam; havia entre os senhores uma competição — nem sempre explícita — pela obtenção do maior número possível de servos, o que permitia a ampliação da base econômica do senhor; e, finalmente, a organização local dos camponeses pressionava no sentido de evitar uma espoliação mais agressiva por parte dos senhores[19].

Nas linhas acima se apresentam esquematicamente algumas relações existentes na sociedade feudal, sejam elas entre senhores, ou entre camponeses, ou entre senhores e camponeses. A partir dessas características centrais, pode-se partir para uma breve apresentação da dinâmica de reprodução material da sociedade feudal ao longo do tempo.

O feudalismo caracteriza-se por um processo de ruralização da população e de dispersão dos núcleos populacionais. Acompanha esse processo o deterioramento do sistema de transportes, impedindo um fluxo mais rápido de comércio e pessoas. Esses dois fatores em conjunto, entendidos como características gerais e sistemáticas do feudalismo, contribuem para a circunscrição das atividades econômicas predominantemente ao espaço da aldeia. Como resultado, o desenvolvimento das forças produtivas e do comércio se restringe a limites relativamente baixos na maior parte das regiões.

Conforme já indicamos anteriormente, pode-se falar em uma certa tendência à autosuficiência no seio da economia feudal. Tal tendência é expressão da conjugação de uma série de fatores que remontam à própria estrutura dessa sociedade. No entanto, essa tendência é que permite formular a temática do desenvolvimento das forças produtivas e do comércio nos termos adequados. Não se poder falar em uma antítese entre o comércio e o

---

[18] Perry ANDERSON, *Op.cit.*, p. 143-144.
[19] Robert BRENNER, o*p. cit.*, p. 15-26.

feudalismo[20], tampouco em estagnação da técnica e das forças produtivas[21]. As especificidades desse modo de organização da vida social reservaram um papel tímido às atividades comerciais em um certo período de sua história, mas isso nunca significou sua supressão ou mesmo a reiteração da estagnação econômica. Passemos, então, a caracterizar a dinâmica econômica da sociedade feudal em seus traços mais gerais.

Aqui destacaremos dois importantes aspectos que caracterizaram a economia feudal. O primeiro deles o padrão de expansão da economia e população. Se partimos das características da economia feudal já discutidas até este ponto, podemos indicar o padrão de crescimento apresentado por essa sociedade ao longo do tempo, o que obviamente se refere a apenas um esboço sobre padrões gerais de desenvolvimento sem recurso a um estudo exaustivo sobre o tema.

Em primeiro lugar, a organização coletiva da produção e a posse dos meios de produção por parte dos trabalhadores diretos permitia a ênfase na produção para auto-consumo[22]. Conforme já apontamos anteriormente, os trabalhadores não se especializavam em atividades nas quais obtinham maiores retornos devido à estrutura de propriedade e das condições de reprodução de sua força de trabalho. Isto repercutia numa relativa estagnação no nível de desenvolvimento das forças produtivas. A produtividade na economia feudal, fundamentalmente uma economia agrária, era, portanto, praticamente estacionária.

Ao mesmo tempo, quando a população crescia dentro de uma determinada aldeia ou conjunto de aldeias, ocorria uma pressão sobre as condições de produção para a

---

[20] Aliás a concepção de que o comércio é uma força estranha ao feudalismo e responsável por seu desmantelamento remonta ao famoso debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo na década de 50. Ver principalmente as intervenções de Maurice Dobb e Paul Sweezy em Paul SWEEZY et alli. *A transição do feudalismo ao capitalismo: um debate*. São Paulo: Paz e Terra., 1983. Para um comentário sobre essa polêmica, ver Eduardo MARIUTTI. *Balanço do Debate: a transição do feudalismo ao capitalismo* São Paulo: Hucitec, 2004. Wallerstein também considera falsa a idéia de oposição entre o feudalismo e o desenvolvimento do comércio. "Feudalismo como um sistema não deve ser pensado como algo antitético ao comércio. Ao contrário, até um certo ponto, feudalismo e expansão do comércio andam de mãos dadas". Immanuel WALLERSTEIN. *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the Sixteenth century*. Nova Iorque, Academic Press, 1974.

[21] Anderson nota que não é correto afirmar que a economia feudal era avessa ao desenvolvimento de novas técnicas e melhoramentos na produção. O sistema de rotação de campos, a utilização de moinhos e do arado de ferro foram avanços característicos dessa época. Em relação ao cenário romano e germânico, pode-se notar notáveis progressos. Todavia, não obstante as novas técnicas e aumento na produtividade em relação a épocas precedentes, a organização feudal da produção impunha novos limites para o desenvolvimento das forças produtivas. Perry ANDERSON. *Passagens da Antiguidade...*

[22] Ver Robert BRENNER. *Property and Progress…*

atividade agrícola. Devido ao caráter estacionário da produtividade, uma determinada família apenas poderia alimentar novos integrantes se abrisse mão de parte do sobreproduto antes utilizado para melhorias em seu consumo ou para ampliação da produção. Alternativamente, poderia expandir também a área cultivada, o que, com o nível de produtividade relativamente constante, poderia permitir o sustento dos novos integrantes daquela família. Comumente a segunda opção acabava se sobrepondo à outra, visto que a primeira delas, se levada ao extremo, poderia resultar na eliminação das condições mínimas necessárias à reprodução da vida de determinada comunidade ou família.

Nas aldeias a expansão das terras cultivadas normalmente se processava sobre as terras comunais, fonte de recursos como madeira e espaço utilizado para a criação de animais. O resultado, apesar de satisfazer às necessidades imediatas da comunidade, levava ao esgotamento dos solos — devido à insuficiência de adubo com o fim das áreas de pastagem — e, por conseguinte, no longo prazo deteriorava as condições de sobrevivência do campesinato.

Outro aspecto do problema da expansão demográfica na aldeia feudal era a subdivisão dos lotes destinados a cada camponês. O tamanho médio das propriedades camponesas se reduzia à medida que as famílias aumentavam em tamanho e, não raro, atingia limites mínimos, inferiores ao necessário para a reprodução da vida material. Como resultado, em determinadas épocas e regiões, assistiu-se ao surgimento de contingentes consideráveis aos quais não era reservada nenhuma parcela de terra e que acabavam sendo "expelidos" pela estrutura feudal, dirigindo-se a uma vida errante ou às cidades.

Isto posto, pode-se apresentar uma característica fundamental do crescimento na sociedade feudal. Os elementos que apontamos acima apontam para uma dinâmica de expansão horizontal[23], ou seja, a sociedade feudal necessitava abranger territórios cada vez mais vastos a fim de acomodar pressões de ordem demográfica ou social. As características da economia natural nela predominantes resultavam nos elementos principais dessa

[23] "O único método por meio do qual a economia feudal poderia alcançar um crescimento real era a abertura de novas áreas para o cultivo. O desenvolvimento econômico na Europa feudal pode portanto ser entendido, deste ponto de vista, em termos de uma corrida entre o crescimento da área colonizada e o crescimento da população. Durante os séculos XII e XIII, a Europa feudal não foi apenas o palco do processo de expansão de nova terra arável em prejuízo de florestas e terras marginais. Foi também o cenário de grandes movimentos de expansão por meio de colonização de novas áreas." Ibid., p. 20. A respeito da predominância de um padrão de crescimento horizontal, Anderson e Wallerstein concordam com a tendência geral exposta por Brenner no citado trabalho embora acrescentem outros elementos. Ver Perry ANDERSON. *Passagens*..., principalmente p. 123-167 e Immanuel WALLERSTEIN. *The modern world-system*..., principalmente p. 14-35.

dinâmica, seja pela pressão dos nobres por montantes cada vez maiores de recursos, seja pelas necessidades criadas devido ao aumento da população camponesa..

Contudo, a observação das comunidades isoladamente não completa a avaliação sobre a dinâmica da sociedade feudal. Nas condições acima assinaladas, se considerarmos a totalidade das aldeias/comunidades em determinado território, a tendência era o declínio da produtividade e do sobreproduto na economia agrícola sempre que a expansão demográfica se mantinha por períodos mais largos. A ocupação das terras antes utilizadas como pastagens para a produção de cereais e de terrenos marginais implicava a redução na relação entre produto agrícola disponível e população. Por conseguinte, o padrão de crescimento horizontal apresentado pela economia feudal continha em si os elementos que levariam à sua crise no momento em que os novos espaços para a atividade agrícola se esgotassem.

O segundo aspecto importante, uma vez que permite a indicação de diversas características da sociedade feudal, vem a ser o papel desempenhado pelas atividades comerciais. De acordo com o que salientamos, o comércio se apresenta como atividade secundária no feudalismo por uma série de motivos. No entanto, há que se destacar em que ramos do comércio as atividades puderam alcançar maior vulto. Para tanto, mais uma vez deveremos recorrer às características próprias do feudalismo e às características da Europa medieval para daí retirar elementos que enriqueçam nossa análise.

A própria organização da aldeia proporciona um certo nível de autonomia frente ao mundo exterior. A estrutura fundiária e as relações de produção acabam se ajustando à manutenção de uma rotina que não privilegia o avanço das condições de produção e da vida material. A isso se acrescentam os efeitos da dispersão populacional e dos precários meios de transporte.

Tal quadro configura, conforme indicamos, um momento de dificuldade para as trocas. Entre os produtos para consumo de massa tais como alimentos, madeira para uso como combustível, vestuário grosseiro, as dificuldades ocasionadas pela própria organização da sociedade feudal suplantam os impulsos para o comércio. Em termos estritos se pode dizer que os custos de transporte não permitem que produtos com baixa relação entre preço e volume (ou peso, conforme o caso) possam atender às exigências da circulação mercantil. Como resultado, os circuitos de comércio para produtos de consumo

generalizado e baixa relação preço/volume (ou peso) são praticamente interrompidos. A organização da produção feudal não permite que se produza excedente em quantidade adequada para reduzir os preços unitários de transporte, assim como não se encontram disponíveis condições de transporte adequadas. O comércio local fica, portanto, circunscrito a uma pequena expressão pelas próprias características do feudalismo europeu. Ele envolve apenas o montante que supera a subsistência do camponês e que não foi apropriado pela nobreza[24].

Todavia isso não esgota a investigação sobre as principais formas assumidas pelo comércio na Europa feudal. Ao lado da economia natural predominante entre os camponeses, assiste-se à concentração de riqueza e renda nas mãos de alguns setores da nobreza, ou de mercadores que giram ao seu redor. Tal estamento, como fica claro na bibliografia sobre o período, utilizava-se amplamente do consumo de artigos de luxo como maneira de exprimir sua condição diferenciada e dispor de maior conforto em seu cotidiano. Nesse ponto se insinua a segunda importante modalidade do comércio na Europa feudal: o comércio de longa distância, que se intensifica a partir dos séculos XI e XII.

A formação dessas cadeias mercantis se articula à existência de pré-condições já apontadas anteriormente. O comércio de longa distância envolve comerciantes que irão se aproveitar dos diferenciais de preços e diversidade de mercadorias entre diversas regiões para daí lançar as bases de sua acumulação. Os produtos transacionados apresentam grande valor em relação a seu peso (ou volume) — pedras preciosas, especiarias, açúcar, tecidos finos, tornando suportáveis os custos e riscos de seu transporte e se destinam à nobreza e seu consumo ostentatório. Boa parte das grandes cidades na Europa medieval se formam em torno de grandes feiras desse comércio na baixa Idade Média.

Com isso cremos ter insinuado as características básicas da economia feudal, ao menos quanto às relações entre sua estrutura e o desenvolvimento de formas mercantis.

Esses são os traços fundamentais que, num primeiro momento, consideramos conveniente salientar quanto à organização da sociedade feudal. No entanto, tal estrutura não era estável. Sujeito a oscilações e transformações, o feudalismo se desenvolve em

---

[24] Obviamente, indicamos aqui as condições da vida material que representavam na verdade a organização da sociedade feudal enquanto produtora de valores-de-uso, em oposição à forma valor-de-troca predominante nas economias mercantis desenvolvidas. Ver Karl MARX. *O capital: crítica da economia política.* São Paulo: Nova cultural, Livro I, c. 1.

diferentes formas. O movimento de transformação das estruturas feudais que estamos salientando acontece em dois momentos distintos: um de expansão, entre os séculos XII e XIV, e o outro de estagnação/recessão a partir de meados do século XIV[25]. Num primeiro momento, nos ocuparemos da caracterização do momento de expansão e amadurecimento das estruturas feudais que conduziram à formação de um setor mercantil no seio de uma economia predominantemente agrária.

A partir do século XII a Europa inicia um ciclo de expansão. Parte de uma posição periférica se a compararmos com o desenvolvimento de outras regiões[26]. Mas quais seriam as características principais dessa fase de crescimento do feudalismo europeu? O movimento de expansão se caracteriza pelo crescimento demográfico e avanço da produção no âmbito da sociedade feudal européia. Lentamente o número de habitantes do continente vai se avolumando e com ele uma série de atividades ganham força (alguns autores chegam mesmo a falar em uma elevação dos níveis de produtividade das terras). Mas devemos articular essa expansão à estrutura própria da sociedade feudal para indicar quais as características de seu desenvolvimento[27].

Recorreremos aos elementos que já havíamos indicado. A organização fundiária e produtiva da sociedade feudal impede o desenvolvimento das forças produtivas. Se isto é verdadeiro, a quantidade de alimentos que uma determinada parcela de terra pode produzir é quase que estacionária. Acrescente-se o fato de que os transportes também eram um fator limitante para o tamanho máximo atingido por uma determinada aldeia. Nessas condições, o predomínio no movimento de expansão se ligava à incorporação de novas áreas, por meio da implantação de novos núcleos agrícolas. O crescimento demográfico e produtivo, no seio da sociedade feudal, desemboca num determinado tipo de expansão horizontal, característica importante desse movimento.

Acompanha esse processo de incorporação de novas áreas o fenômeno do adensamento dos núcleos urbanos. O aumento populacional e a aproximação das aldeias pelo processo de crescimento horizontal leva à criação de novas cidades, ocupadas por

---

[25] Immanuel WALLERSTEIN. *The modern world-system*…, p. 37.

[26] Wallerstein cita o Mediterrâneo (Bizâncio, cidade Italianas, África Setentrional), o Oceano Índico-Rio Vermelho, a China, a Ásia central e o Báltico, que ainda estaria em processo de integração. *Ibid*, p. 17.

[27] Com essa postura estamos indicando nossa discordância com as interpretações estritamente demográficas sobre a transição da sociedade feudal. Para maiores detalhes, ver Eduardo MARIUTTI. *A transição do feudalismo*..., p. 61-72.

servos fugidos ou expulsos de seus respectivos feudos. A outra face desse fenômeno é o desenvolvimento das trocas no âmbito local, ainda que em caráter subsidiário. O comércio de longa distância também aparece como outro beneficiado pelo processo de expansão já que a base econômica de exploração dos senhores se ampliou.

Ato contínuo ao desenvolvimento das trocas, ocorre também uma crescente monetização da economia. Indicativo e causa dessa tendência o fato de que os senhores passaram a cobrar uma parcela (ou mesmo a totalidade) das obrigações feudais sob forma monetária. Implicitamente já está indicado o acesso dos servos ao comércio, a partir do qual obtinham acesso ao numerário para o pagamento das obrigações.

No entanto, as transformações não se esgotam com os processos apontados acima. O desenvolvimento das cidades permite o aparecimento de pequenas oficinas de artesãos, responsáveis pela confecção de produtos diversos. A pequena produção independente avança nas cidades, fomentando as atividades mercantis.

Até aqui, com as características que apontamos, a expansão da sociedade feudal entre os séculos XII e XIV apenas indica a ocorrência da chamada "fase A" dos longos ciclos econômicos e demográficos que caracterizaram o feudalismo na Europa. Segue de perto o que foi prenunciado por autores como M. M. Postan: a idéia de que o desenvolvimento econômico no feudalismo responderia predominantemente às tendências mais gerais dadas pela relação entre o crescimento da população e variações no nível de produtividade. Nessa perspectiva, o crescimento apenas seria possível até o ponto em que o crescimento da população sufocasse as atividades agrícolas. Atingido esse limite, haveria uma reversão do ciclo — "a fase B" — na qual a população declinaria e as condições para as atividades agrícolas iriam paulatinamente se recompor, o que permitiria, no futuro, novo ciclo expansivo[28].

No entanto, conforme argumenta Brenner[29], essa interpretação sobre os movimentos da economia feudal é insuficiente para entender a dinâmica vivenciada pela

---

[28] Para o debate entre Brenner e outros pesquisadores sobre os mecanismos que permitiram o crescimento contínuo da economia européia e os mecanismos de transformação daquela sociedade ver Trevor ASTON. & Charles PHILPIN. *The Brenner Debate*... Brenner retoma essa discussão em seu trabalho mais recente para propor novos caminhos para a interpretação do período da transição do feudalismo ao capitalismo. Ver Robert BRENNER. *Property and progress*...

[29] *Idem*., *Property and progress*…, p. 1-5.

Europa Ocidental a partir da crise do século XIV. Nessa época, em determinadas regiões[30], foi possível o surgimento de novas condições para a reprodução material da sociedade devido ao resultado das lutas entre as diferentes classes integrantes da sociedade feudal. Com base no resultado dessas lutas surgiu um novo padrão de reprodução econômica que paulatinamente se expandiu e lançou as bases para a formação da Europa da Era Moderna.

É justamente nesse desenvolvimento de novas condições sociais aliadas ao desenvolvimento do comércio em que se encontra o cerne de nossa argumentação. A tendência à expansão da economia feudal, com as características apresentadas, leva ao aparecimento de um setor mercantil no seio de uma economia natural, em que as trocas não são o objetivo último da produção nas unidades individuais, resumindo-se à condição fortuita.

A partir de nossa argumentação, começam a se revelar as características de um setor novo na economia feudal. Impulsionado pela ampliação demográfica, produtiva e comercial, é possível a um determinado grupo de homens lançar as bases para o desenvolvimento de uma nova forma de articulação econômica. Paulatinamente aparecem elementos que unem elos de cadeias produtivas dispersas a fim de valorizar seu estoque de riqueza. O exemplo clássico é o *putting-out system*. Nele um mercador monta uma determinada cadeia produtiva se ocupando da compra das matérias-primas para unidades de produção independentes — geralmente compostas por artesãos, ordenando suas atividades e cuidando da comercialização do produto final. É justamente o caráter não-capitalista da produção, realizada em núcleos dispersos sujeitos às regulações de caráter social e político do feudalismo, que garante a manutenção desse sistema. Cada vez mais aparece o elemento mercantil, ainda estranho numa sociedade em que a produção não está totalmente subordinada às trocas e à necessidade de valorização de riqueza. É isto que marcará a ascensão do capital comercial como articulador de importantes parcelas da vida material, fenômeno catalisador de profundas modificações na sociedade feudal.

Conforme apontamos, não se trata de um processo banal. Ele lança as bases para o desenvolvimento posterior da economia européia a partir da crise do século XIV. Focaremos os aspectos da longa crise iniciada na segunda metade do século XIV, cuja

---

[30] Tanto Brenner quanto Anderson diferenciam os resultados obtidos pelas diversas regiões européias quanto ao seu desenvolvimento econômico e os referenciam às suas específicas estruturas sociais. Para detalhes ver Robert BRENNER. O*p. cit*. e Perry ANDERSON. *Passagens*... , principalmente p. 143-282.

aceleração remonta à Guerra dos Cem Anos[31]. Nesse novo quadro, devemos apontar quais os resultados para os diferentes setores e para a organização feudal como um todo.

As manifestações da crise secular atingiram os alicerces do mundo feudal. As mudanças não se resumiram a simples oscilações demográficas e produtivas e apontaram para mudanças de ordem qualitativa para a ordem feudal[32]. Estamos diante da formação das bases da Era Moderna e de dois de seus componentes fundamentais — o capital comercial autônomo e a monarquia Absolutista — que passaremos a analisar a seguir.

A crise do século XIV se dá após um longo período de crescimento da economia feudal. Durante essa fase de crescimento, assistiu-se a uma intensificação do comércio entre as diversas regiões do continente europeu — paulatinamente chega mesmo a extravasar seus limites. As redes locais de comércio se fortaleceram, bem como a Europa começou a experimentar um nível importante de intercâmbio com outras regiões como a China, a Índia e o Oriente próximo.

Todavia, essa articulação econômica entre as diversas regiões da Europa se dá de maneira bastante singular. Será possível encontrar o estabelecimento de redes comerciais que conformam um todo coerente, ordenado, sem que para isso seja necessário o estabelecimento de um vínculo político que suplante essas determinações econômicas. Trata-se do processo de formação das bases de uma economia-mundo moderna nos termos assinalados por Wallerstein[33].

Impulsionada pelo processo de expansão de suas atividades econômicas, a Europa conheceu um modo de organização de sua produção em constante avanço, crescentemente ligado ao desenvolvimento das cadeias de comércio. Diferentes atividades produtivas passaram a ser entrelaçadas por um novo ramo de atividade exercido pelos mercadores.

Esse raciocínio já havíamos anteriormente. Agora devemos avançar: qual a significação econômica desse novo setor? Ele é o responsável por articular diferentes espaços produtivos, cada qual com seus mecanismos de controle sobre a mão-de-obra, suas

---

[31] Immanuel WALLERSTEIN. *The modern world-system*..., p. 21.

[32] Robert Brenner avança substancialmente com uma análise que tenta vincular a estrutura econômico-social com as condições gerais de reprodução de um determinado sistema econômico. Segundo o autor, a estrutura de propriedade e as relações de produção que caracterizam o feudalismo em seu período clássico tendiam a um certo tipo de crise muito próximo ao sintetizado pelas correntes demográficas. Brenner irá justamente enfatizar como o resultado da luta de classes em determinadas regiões modificou as relações de produção básicas e abriu caminho para transformações profundas na economia feudal. Ver Robert BRENNER. *Property and Progress*...

[33] Immanuel WALLERSTEIN. *Op. cit.,* c. 1.

próprias regulações políticas e sociais e vicissitudes culturais. No entanto, não é capaz de se auto-reproduzir: é exatamente a disparidade entre os diversos modos de produção dispersos que permite a sua existência.

A nosso ver, tal qual sugerem autores como Fernando Antonio Novais[34], estamos diante de uma época de forte atuação do capital mercantil autônomo. As pré-condições para sua existência já estavam dadas e nesse período assistimos ao seu avanço. Sua gênese e desenvolvimento contribuirão para as modificações da economia européia numa certa direção. Sua lógica é a da acumulação de riqueza sob forma monetária, capaz de metamorfosear-se rapidamente em mercadorias para que, no mais breve período e com a maior rentabilidade possível, seja novamente permutado pela forma numerário. Paulatinamente a existência dessa nova lógica se espalha pela sociedade feudal e expressa transformações outras em curso no seio da economia-mundo européia.

A atuação do capital comercial autônomo é possível exatamente por seu caráter externo às atividades econômicas locais. Ele não é capaz de reproduzir as condições de sua própria existência. É, pois, fruto da existência de lógicas concorrentes à sua própria, que garantem a extração do excedente da base da economia, ou seja, da economia natural camponesa[35]. Daí termos falado na seção precedente da ascensão de um setor mercantil no seio de uma economia natural, em que a produção não é prioritariamente voltada às trocas, não há uma expressiva divisão social do trabalho, nem o advento de manufaturas.

Na conjuntura de crise, surgem as bases para uma nova fase de desenvolvimento da economia européia, em que o predomínio será do capital mercantil, agente da economia-

---

[34] Ver principalmente Fernando NOVAIS. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. In: *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 2005, p. 57-116. A idéia da existência de um capital comercial autônomo é retomada por Jobson Arruda. Ver José Jobson ARRUDA. Exploração colonial e capital mercantil. In: Tamás SZMRECSÁNYI. *História Econômica do período colonial.* São Paulo: Edusp, 2002.

.

[35] A respeito da articulação entre a existência do capital comercial autônomo e as condições econômicas do período que estamos estudando, Mariutti assinala: "(...) a característica fundamental deste período é que a produção ainda não era predominantemente capitalista, mas já contava com um setor mercantil relativamente desenvolvido. Só que, exatamente por causa do caráter não-capitalista da produção, o capital só existia na esfera da circulação, e, deste modo, fundamentava-se necessariamente na inequivalência das trocas. (...) Uma economia com estas características não possui uma lógica exclusivamente econômica: exatamente por isto a indução ao desenvolvimento é extra-econômica (em grande parte empreendida pelo Estado) (...)". Eduardo MARIUTTI. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

mundo em expansão. No entanto, o predomínio do capital mercantil não pode ser compreendido sem que tenhamos em mente as transformações ocorridas na esfera política. Tais transformações levam à formação do Estado Absolutista que irá desempenhar papel fundamental na afirmação do capital comercial autônomo.

O processo de profundas mudanças na ordem feudal em direção à Era Moderna apresenta seu aspecto mais importante na esfera política com a ascensão das monarquias absolutistas. Pretendemos indicar quais determinações levaram à afirmação dessa forma de organização política, bem como apontar seus principais traços.

Para tanto, precisamos descrever brevemente algumas modificações importantes no seio da sociedade feudal, que levam a mudanças na configuração do jogo político. Para explicitar os mecanismos que levaram à afirmação do Estado Absoluto é necessário destacar como a crise do século XIV abalou definitivamente a estrutura da sociedade feudal.

Os efeitos fundamentais da crise foram o declínio da população e a queda na produtividade agrícola. O primeiro fator se liga à eclosão de conflitos e aos problemas com as doenças e insuficiência alimentar que assolam a Europa durante o período. Quanto à queda da produtividade agrícola, vários são os fatores que contribuíram: a ocupação de terras marginais menos produtivas, o esgotamento dos solos, o adensamento populacional que levou à substituição de áreas para criação de animais — responsáveis pela adubação do solo — por culturas de cereais, entre outros.

A retração demográfica e econômica tem interações com a estrutura social e política da sociedade feudal. O decréscimo populacional levou ao esvaziamento das terras menos produtivas ou localizadas em lugares ermos. Acompanhou esse fenômeno de decréscimo da atividade rural o fenômeno do *Wüstungen*: uma recessão dos assentamentos situados em terras marginais que em diversos casos levou ao desaparecimento de vilas inteiras[36]. Entre as causas para tal esvaziamento rural, além é claro do processo de recessão generalizada, estão o processo de cercamentos dos campos nas áreas rurais, que atinge mais diretamente aqueles com menores parcelas de terra, e a busca por segurança frente à eclosão de conflitos em diversas partes do continente. Nas cidades também se apresentam repercussões desse fenômeno, expressa principalmente na falta de trabalhadores urbanos e

[36] Immanuel WALLERSTEIN. *Op. cit.*, p. 27.

no aumento dos salários. Mas o problema da retração demográfica e produtiva não se esgota no esvaziamento da área rural e no fenômeno do *Wüstungen*. Conforme procuraremos mostrar, ele se articula com as condições sociais e políticas específicas da época e lhes dá um novo contorno, uma nova dinâmica.

Antes de indicar quais os elementos principais dessas mudanças, algumas palavras sobre as transformações sociais ao longo da Idade Média. A expansão dos séculos XII e XIII levou a uma diversificação da malha social. Entre a população mais pobre começou a se manifestar um novo grupo de camponeses que conseguiu ampliar a parcela de terra sob seu usufruto, seja através do arrendamento, seja através de sua compra. Tratam-se de pequenos e médios produtores mais prósperos, capazes de fazer investimentos em suas propriedades e assim avançar com o nível de produtividade. Paulatinamente começaram também a se utilizar de mão-de-obra assalariada, uma vez que o tamanho do empreendimento não era compatível com a organização da produção predominante no regime feudal, que se baseava fundamentalmente no trabalho coletivo no nível da aldeia ou, ao menos, no nível das famílias. Os trabalhadores eram recrutados em meio à expansão demográfica que, dado o caráter estacionário do nível produtivo das aldeias, continuamente expelia trabalhadores que não podia alimentar e empregar. A produção era comercializada nas cidades em crescimento, o que indica a crescente mercantilização da economia feudal com o crescimento da produção e da produtividade das unidades agrícolas[37].

Por sua vez, a nobreza envolvia-se cada vez mais com o comércio, sobretudo o de bens de luxo, fundado no intercâmbio de longa distância. Gradativamente os nobres trocaram o costume de receber seus direitos dos servos *in natura* por pagamentos em numerário. Sem perceber, a nobreza consumia e alimentava o crescimento dos setores mercantis, que no futuro apresentarão interesses divergentes dos seus.

Isto posto, voltemos às implicações da crise do século XIV. As dificuldades aparecem para as cidades e para os arrendatários de terras — que se vêem às voltas com a escassez de braços e a elevação dos salários — e para os tradicionais senhores de grandes domínios. Nas cidades, a carência de braços levou ao aumento dos salários e dos preços dos produtos manufaturados. Ao mesmo tempo, a queda da demanda por produtos agrícolas levou à redução de seus preços.

---

[37] Perry ANDERSON. *Op. cit.*, p. 181-183.

A retração populacional abre uma nova conjuntura em que a escassez de mão-de-obra terá múltiplas conseqüências. Incomodava aos setores urbanos e aos arrendatários, que se ressentiram da falta de braços. Mas era também um duro golpe para a nobreza, cuja base econômica era a exploração do trabalho servil. Mas qual dos setores realmente se torna "vencedor" com essa nova conjuntura?

Os resultados diferem de acordo com a região pesquisada. Na Europa Central, os camponeses conseguem se libertar gradativamente dos entraves feudais. Na Europa Oriental ocorre o fenômeno da "segunda servidão". Para os objetivos a que nos propomos, esmiuçar os determinantes dessas diversas vias não se apresenta indispensável. Optamos por nos reter nos desenvolvimentos ocorridos na Europa Central e Ocidental.

Nessas regiões, aos poucos, os servos conseguem se livrar do jugo senhorial. Alguns deles se transformarão em pequenos produtores, agora com direito de posse sobre sua fatia de terras. Outros conseguirão mesmo progredir e se transformar em proprietários e/ou arrendatários de maiores parcelas das quais retiram seus rendimentos. Outros tantos se dirigirão às cidades em busca das novas atividades ligadas às manufaturas e ao comércio.

A nobreza se enfraquece seja devido à retração populacional e à evasão dos feudos, seja pela inflação que ocorreu no período e corroeu suas rendas, que, como dissemos, cada vez mais eram cobradas sob forma monetária e, em alguns casos, não sofriam reajustes. Procura diversas saídas para a crise: arrendamento de suas terras, endurecimento dos mecanismos de exploração feudal (o que ao fim resulta em mais um mecanismo de repulsa de camponeses) e as conquistas (guerras entre a nobreza e expansão territorial). Em geral, pode-se dizer que a base material de sustentação da nobreza foi minada pela crise.

A própria decadência do comando dos senhores já insinua a ascensão de novos setores fortes no âmbito da economia feudal. Os arrendatários se tornaram prósperos e o processo de concentração fundiária — por meio dos cercamentos e da incorporação por médios e grandes proprietários das terras desocupadas pela retração demográfica — apontaram para a formação de trabalhadores livres despossuídos de meios de trabalho.

Essas são algumas das características principais das mudanças na esfera econômica. No entanto, a crise do século XIV impõe a retração demográfica também ao jogo político feudal. Vimos que a crise mina a base econômica da nobreza, mas seus efeitos

não se esgotam nesse movimento. Para uma análise das implicações políticas desse fenômeno, faz-se necessário dividir a argumentação em dois momentos.

Primeiro, devemos analisar os novos termos em que ocorrem as relações entre os senhores feudais e os servos. A queda da população diminui os rendimentos da nobreza, que irá procurar compensar estas perdas. De sua parte, os servos continuavam convivendo com uma situação precária que, a depender das condições climáticas e outros tipos de calamidades (guerras, doenças), poderia resultar em sua aniquilação.

A despeito das condições servis, a reação nobre caminha no sentido de aumentar a exploração a fim de contrabalançar os efeitos da crise. Contudo, nas novas condições da sociedade feudal, esse procedimento irá apresentar resultados diferenciados[38].

Uma primeira possibilidade era a intensificação da exploração e do uso da coerção direta, o que levou normalmente à revolta camponesa. A fome e as doenças marcam a eclosão de repetidas revoltas, que marcam a Europa ao longo da crise secular. Em muitos casos as revoltas camponesas apontam para demandas como posse das terras e regulação dos direitos dos senhores feudais, que eram estipulados discricionariamente. Conseqüência dessas revoltas foi a necessidade de ampliação do aparelho coercitivo, o que envolvia custos elevados numa conjuntura marcada exatamente pela queda das rendas feudais. Nem todos os senhores poderiam arcar com essa possibilidade. Ainda assim, entre aqueles que assim procedessem, a repressão sobre os servos simplesmente poderia repercutir na fuga do feudo em direção às cidades ou a outros domínios.

A segunda possibilidade era a concessão de direitos aos servos no intuito de mantê-los sob seu domínio. Assim como ocorria no caso das revoltas, o senhor era obrigado a fazer frente a outras alternativas que pudessem atrair seus servos, o que em muitas ocasiões o levava a conceder anuências às requisições. Aqui também se manifestava o enfraquecimento econômico e político da nobreza, obrigada a negociar com setores antes subalternos.

Nos termos gerais aqui expostos, o período da crise aponta para o enfraquecimento da nobreza frente aos servos e aos homens livres. Cabe agora estudar as relações entre a nobreza.

---

[38] Para outras conclusões sobre os efeitos da crise secular sobre a estrutura política da sociedade feudal, ver Robert BRENNER. *Op. cit*.

A guerra entre nobres era uma das possibilidades para fazer frente ao declínio das rendas individuais. Todavia, existiam limites para o uso desse expediente. Em primeiro lugar, ele tendia a destruir boa parte das plantações e sacrificava um número considerável de camponeses, o que contrariava os interesses imediatos do conquistador. Em segundo lugar, a tecnologia bélica estava em transformação: a adoção de novas armas, como a pólvora, tornou a arte da guerra muito mais dispendiosa. Mais homens e mais armas eram necessários para se vencer as disputas.

Esses fatores indicavam mais um traço do enfraquecimento da nobreza. Mesmo os mais poderosos se encontravam largamente impossibilitados de fazer frente à crise por meio das conquistas. As guerras entre os nobres, ao fim, apenas vulnerabilizavam ainda mais suas próprias condições frente aos outros grupos. Transferiam recursos que poderiam ser utilizados, por exemplo, na contenção das revoltas camponesas para disputas inter-nobiliárquicas.

Pode-se inferir pela argumentação que as condições da nobreza no jogo político tenderam a se deteriorar. As disputas entre os nobres e os avanços obtidos pelos servos e pela população livre apontavam para a superação desse grupo no embate político. No entanto, essas contradições irão lançar as condições para o surgimento de uma instituição central para a conformação da Era Moderna: o Estado Absolutista. O Estado Absolutista aparece como aquele que irá tomar o poder para si na figura do rei, seu representante e, pelo menos no plano do discurso, detentor de todos os poderes.

Articular o surgimento do Estado Absolutista com a decadência da nobreza exige uma série de mediações. As formas precedentes de organização estatal presentes no feudalismo indicavam que, ainda que com características próprias, o poder central nunca deixou de existir por completo e mantinha para si determinadas funções vitais para a manutenção do *status quo*. Não se deve, contudo, negar a existência de uma forma de Estado propriamente feudal por não se encontrar registro de formações similares às encontradas no mundo moderno. Sobre as características do poder dos reis na sociedade feudal, as palavras de Anderson parecem designar corretamente o modo como deve ser encarada a questão:

> "(...) havia uma ambigüidade ou oscilação inerente no vértice de toda a hierarquia das dependências feudais. O pico desta cadeia era, em certos aspectos

> importantes, seu elo mais fraco. A princípio, o nível mais alto da hierarquia feudal em qualquer território da Europa Ocidental necessariamente era diferente — não em gênero — mas apenas em grau, dos níveis subordinados de senhorio abaixo dele. O monarca, em outras palavras, era um suserano feudal de seus vassalos, aos quais estava ligado por laços de feudalidade, e não suserano supremo colocado acima de seus súditos. Seus recursos econômicos provinham quase exclusivamente dos seus domínios pessoais enquanto senhor, enquanto aos seus vassalos pedia contribuições de natureza praticamente militar. Ele não teria acesso político direto à população como um todo, pois a jurisdição sobre ela seria intermediada por muitas camadas de subfeudos. Na verdade, ele só poderia ser o senhor de suas propriedades, sendo, fora delas, uma simples figura decorativa."[39]

Como se vê, as funções estatais eram bastante reduzidas pela estrutura de poder presente na sociedade feudal. No entanto, ainda que a pedra angular do sistema de poder estivesse na fragmentação da soberania entre os diversos senhores, havia uma contradição intrínseca a essa forma de poder. Se levada ao limite, a divisão da soberania e dos poderes entre os diferentes senhores feudais conduziria ao esfacelamento da ordem feudal. Novamente nos valemos das palavras de Anderson:

> "O modelo acabado de tal forma [feudal] de governo, em que o poder político estava estratificado para baixo de tal maneira que seu ápice não detinha nenhuma autoridade qualitativamente separada ou plenipotenciária de forma alguma, jamais existira em nenhuma parte na Europa Medieval. A ausência de qualquer mecanismo real de integração no topo de um sistema feudal que implicava este tipo de política impunha uma ameaça permanente à sua estabilidade e sobrevivência. Uma completa fragmentação da soberania era incompatível com a própria unidade da classe da nobreza, pois a potencial anarquia que isto implicava era necessariamente disruptiva de todo o modo de produção sobre o qual repousavam seus privilégios. Assim, dentro do feudalismo havia uma contradição não-definida, entre sua própria tendência rigorosa à decomposição de soberania e a exigência absoluta de um centro final de autoridade onde poderia ocorrer uma recomposição prática. A *monarquia* feudal, portanto, jamais foi redutível a uma suserania do rei (...) Ao mesmo tempo, o verdadeiro poder real sempre tivera de ser defendido e estendido contra a unidade espontânea da política feudal como um todo, em luta constante para estabelecer uma autoridade 'pública' fora da teia compacta das jurisdições provadas."[40]

Isto posto, vê-se que a forma de organização do Estado feudal não era inexistente, apesar de centrífuga. Ela respondia às tensões criadas pela estrutura de poder que lhe era subjacente. A crise do século XIV, ao modificar a base sobre a qual repousa essa organização do poder político, leva a possibilidades para transformações no aparelho de Estado e no papel por ele desempenhado.

---

[39] Perry ANDERSON. *Op. cit.*, p. 147.
[40] *Ibid.*, p. 147-148.

Nessa perspectiva, o Estado Absolutista responde ao fortalecimento dos príncipes e das estruturas de um poder central. Em primeiro lugar, o poder central foi capaz de manter uma base material mais regular e estável, tributando as atividades urbanas e mercantis e se aliando aos camponeses, ou melhor, retirando dos nobres os direitos de cobrança de uma série de direitos e os transferindo a si enquanto auxiliava os servos em sua luta contra a autoridade feudal.

A partir dessa base material, o Estado Absoluto foi capaz de atender a outras necessidades impostas pela crise para a manutenção da ordem. Foi capaz de criar um exército regular estatal, financiado pelo erário régio, que possuía vantagens sobre as formas anteriores. O mesmo exército era capaz de servir para coibir as revoltas camponesas em diferentes partes, ao mesmo tempo em que, por ser apenas uma organização, poderia otimizar os custos com os novos equipamentos bem como melhor arcar com as novas despesas resultantes da nova organização do exército moderno, mais sofisticado. Além disso, a imposição do poder central se assentou na supressão do direito à força dos senhores, o que necessitava de um mecanismo suficientemente forte para fazer frente aos poderes individuais dispersos.

Foi também a partir de sua base material ampla e em expansão que o Estado Absolutista foi capaz de incorporar os elementos da nobreza ao lhes conceder cargos e benesses pagos exatamente por meio dos impostos que, antes, eram recolhidos diretamente, sob a forma de prestações, por essa mesma nobreza[41].

Este último movimento já lança a idéia de que crescentemente o Estado Absolutista se aliou à nobreza, ou melhor, incorporou esse grupo tendo em vista seu próprio fortalecimento. Ao mesmo tempo, porém, o Estado Absolutista serviu como mecanismo privilegiado para o estabelecimento de vantagens para as burguesias nacionais, cada vez mais em acirrada competição. Nesses termos, o Estado Absolutista se articula estrategicamente com o capital mercantil autônomo, garantindo sua reprodução por meio da manutenção de mecanismos extra-econômicos de extração do excedente.

Se pensarmos que esse processo ocorre concomitantemente em várias partes do continente europeu, embora cada qual com suas vicissitudes, já se insinua o germe das

---

[41] *Idem*. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 26-35.

disputas intermetropolitanas no mundo colonial, capitaneadas pela necessidade de expansão da economia-mundo e do capital comercial autônomo.

1.2 – Formação da Europa Moderna e suas relações com a expansão ultramarina

Conforme apontamos na seção precedente, a partir da crise do século XIV aparecem na Europa em determinadas áreas as pré-condições para o rompimento com os padrões seculares presentes na sociedade feudal. Essa superação não se dá de forma homogênea, tampouco apresenta a mesma temporalidade em distintas regiões. Nossa intenção foi apresentar como tais mudanças no seio da sociedade feudal se refletem em dois elementos básicos relacionados respectivamente à esfera econômica e à política: o surgimento do capital comercial como agente importante no processo de reprodução da vida material e a ascensão das monarquias absolutas em algumas partes do continente europeu. Ambos são processos de longo prazo de maturação e se encontram entre as bases do que se poderia chamar de Europa da Era Moderna. Logo, a análise desses dois fenômenos não esgota as possibilidades de estudo sobre o período, ou seja, apenas reflete uma determinada divisão metodológica que se justifica pela importância que esses elementos apresentam na discussão sobre a formação da Europa em suas relações com a expansão ultramarina.

Isto posto, devemos agora avançar com a discussão deste capítulo. A tarefa de reconstrução do debate a respeito da economia colonial necessariamente requer o esforço de compreensão de quais seriam as bases que alicerçam as diversas interpretações. Pode-se apresentar sucintamente duas linhas interpretativas básicas subjacentes à discussão sobre a economia colonial na América portuguesa.

Em primeiro lugar, é possível agrupar uma série de autores cujas idéias apresentam relativa convergência a respeito do papel jogado pela expansão ultramarina no cenário do desenvolvimento econômico europeu. Nesse grupo as principais teses se referem a uma articulação entre a gênese e expansão do mundo colonial e as profundas transformações em curso no continente europeu. Como veremos, tais interpretações tendem a considerar não uma relação de causalidade estrita, mas uma forma de articulação muito

peculiar entre a expansão dos domínios ultramarinos e as disputas entre capitais comerciais "nacionais" e monarquias absolutistas em formação no ocidente europeu.

Por outro lado, encontraremos outra linha de trabalhos mais recentes que buscam questionar tais relações entre o fenômeno da expansão ultramarina, a gênese e desenvolvimento do capital comercial e a formação e consolidação das monarquias absolutistas. Nessas interpretações a argumentação busca novos caminhos para entender as inter-relações entre a colonização e as transformações ocorridas na Europa dessa época.

Nas próximas subseções nossa intenção é apresentar os termos em que se encontra o debate entre essas duas linhas interpretativas. O objetivo desse movimento é explicitar de que maneira esse "pano de fundo" influi — nem sempre explicitamente — no debate sobre a economia colonial no Brasil. Num primeiro momento, são discutidas algumas visões que convergem no sentido de articular o surgimento do Absolutismo, a expansão do capital comercial e a expansão ultramarina como partes de um mesmo fenômeno. Contraposta a essa linha historiográfica, apresentamos na segunda subseção novas interpretações sobre o fenômeno da expansão ultramarina e suas relações com as transformações ocorridas na Europa.

1.2.1 – Absolutismo, capital comercial e expansão ultramarina

A crise geral do século XIV representa um momento fundamental para se entender a fase posterior de mudanças na economia européia em direção a uma nova dinâmica, que corresponde à transição de uma sociedade cujas formas econômicas respondiam à produção de valores de uso para outra em que o valor de troca predomina como pólo indutor do processo de produção individual. Obviamente essa mudança apenas reflete mudanças na organização social de determinadas regiões em que aparecem as pré-condições para o aparecimento de uma divisão social do trabalho mais profunda.

Conforme argumenta Brenner[42], há, ao menos, dois elementos básicos que permitem o desenvolvimento de uma economia mercantil nos termos do que se convencionou chamar capitalismo. A primeira delas, numa clara convergência às teses de Marx, vem a ser a separação dos produtores diretos de seus meios de produção. Segundo a

[42] Robert BRENNER. *Property and Progress*..., p. 10-11.

argumentação de Brenner, não é necessário que o produtor direto seja espoliado de todos os meios de produção dos quais depende seu trabalho, mas é preciso que, com base nos meios de produção sob seu controle, ele não seja capaz de produzir todos os elementos requeridos para sua subsistência Isso é importante não apenas porque permite a transformação da força de trabalho em mercadoria, mas também porque faz dos produtores diretos dependentes do mercado, ou seja, são agora compelidos a produzir da maneira mais eficiente possível, pois do contrário não conseguiriam vender sua produção.

Outra condição fundamental requer que os proprietários dos meios de produção, que apóiam sua existência na apropriação de excedente não pago, não possam usar de meios de coação extra-econômica para extrair vantagens da massa desapropriada. Dessa forma, as unidades produtivas individuais sob controle de certo capitalista também não podem manter-se apartadas dos mecanismos da economia mercantil, visto que, do ponto de vista dos exploradores, é também necessário buscar sempre a otimização do processo de trabalho a fim de não ser excluído do processo de concorrência. Concretamente, a realidade da coação extra-econômica por meio da força exercida pelos senhores feudais deixa paulatinamente de ser uma atitude racional do ponto de vista econômico e vai encontrar seus limites e sua crise no período de transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista.

Desde esse ponto de vista, pode-se observar a importância das transformações pelas quais passa o continente europeu. Ainda segundo Brenner, a natureza das modificações sociais ocorridas principalmente na Europa Ocidental permitiu a superação dos ciclos *malthusianos* que caracterizaram *grosso modo* a história do feudalismo europeu. Pela primeira vez após vários séculos, as relações de produção caminharam num sentido que permitiu e estimulou o aumento dos investimentos na economia agrícola de maneira a aumentar a produtividade e reduzir as necessidades de mão-de-obra no campo. Estaria nesse processo uma das chaves do desenvolvimento econômico europeu dessa época.

No entanto, é necessário situar historicamente alguns elementos a que fizemos referência. Em primeiro lugar, conforme já salientamos em passagens anteriores do texto, o processo de desenvolvimento da economia mercantil não foi uniforme. De acordo com o resultado das disputas entre senhores e camponeses na sociedade feudal vem à tona um largo espectro de possibilidades. Na Europa Oriental, a pressão nobre e a manutenção de

certas características das relações de produção básicas — como a imobilidade servil e a supremacia da jurisdição senhorial sobre as terras — permitiram o fenômeno da segunda servidão. No ocidente, por sua vez, houve um paulatino avanço de determinados setores do campesinato — como o direito de herança para o uso de possessões de terras, flexibilização do estatuto servil — que lançaram as bases para o avanço das relações mercantis.

Em segundo lugar, há que se salientar a temporalidade dos fenômenos aqui descritos. Nossa argumentação carece de uma pesquisa documental mais ampla sobre este tópico e pode passar ao leitor a sensação de uma rápida ruptura das formas feudais de organização social. Ao contrário, é necessário salientar a lenta gradação por meio da qual se observa a transformação da sociedade feudal em direção a uma economia mercantil, processo este que leva séculos até seu amadurecimento.

Isto posto, deve-se voltar ao quadro das transformações na Europa durante a crise do século XIV. As transformações a que fizemos referência permitem o aparecimento de um setor mercantil no seio de uma economia predominantemente natural em transformação. A crise ocorre após um longo período de crescimento da economia feudal. Durante essa fase de crescimento, assistiu-se a uma intensificação do comércio entre as diversas regiões do continente europeu — paulatinamente chega mesmo a extravasar seus limites. As redes locais de comércio se fortaleceram, bem como a Europa começou a experimentar um nível importante de intercâmbio com outras regiões como a China, a Índia e o Oriente próximo. No âmbito dessas transformações, as relações mercantis começam também a moldar com sua lógica própria o espaço europeu de maneira a articular diferentes regiões por meio do comércio.

Essa articulação econômica entre as diversas regiões da Europa se dá de maneira bastante singular. Será possível encontrar o estabelecimento de redes comerciais que conformam um todo coerente, ordenado, sem que para isso seja necessário o estabelecimento de um vínculo político que suplante essas determinações econômicas. Trata-se do processo de formação das bases de uma economia-mundo moderna nos termos assinalados por Wallerstein.

> "No final do século XV e no início do XVI, surgiu o que nós poderíamos chamar uma economia-mundo européia. Não era um império ainda que fosse tão vasta quanto um grande império e compartilhasse algumas características com ele. Mas era diferente, e nova. Era um tipo de sistema social que o mundo ainda não havia

> conhecido antes e o qual é a característica distintiva do moderno sistema-mundo. É uma entidade econômica, não uma entidade política, diferentemente de impérios, cidades-estado e Estados-nações. De fato, ela precisamente abarca dentro de seus limites (é difícil falar em fronteiras) impérios, cidades-estado, e 'Estados-nações' emergentes. É um sistema 'mundo', não porque abarque o mundo inteiro, mas porque é maior que qualquer unidade política juridicamente determinada. E é uma '*economia*-mundo' porque a ligação básica entre as partes do sistema é econômica, apesar de isto ser reforçado em alguma medida por laços culturais e eventualmente (...) por arranjos políticos e mesmo estruturas confederativas". [43]

Impulsionada pelo processo de expansão de suas atividades econômicas, a Europa conheceu um modo de organização de sua produção em constante avanço, crescentemente ligado ao desenvolvimento das cadeias de comércio. Diferentes atividades produtivas passaram a ser entrelaçadas por um novo ramo de atividade exercido pelos mercadores.

Esse raciocínio já havíamos exposto na seção precedente. Agora devemos avançar: qual a significação econômica desse novo setor? Para responder a esse questionamento é necessário recorrer à organização econômica sobre a qual ele se assenta. Trata-se de um conjunto heterogêneo de realidades, cada qual com seus mecanismos de controle sobre a mão-de-obra, suas próprias regulações políticas e sociais e vicissitudes culturais. Basta nos remetermos às disparidades existentes entre as diversas regiões da Europa que vimos analisando para considerarmos a diversidade de organizações econômico-sociais que eram articuladas por esse novo agente da economia-mundo em expansão.

Sua caracterização parte, portanto, do papel por ele desempenhado no seio das transformações na economia européia. Em primeiro lugar, trata-se de um processo em que o comércio se estabelece sobre uma base produtiva ainda frágil. Em algumas regiões, a produção já se organiza em torno das práticas mercantis — produzir para vender, mas ainda padece das irregularidades e deficiências provenientes do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. A importância do trabalho morto, materializado sob a forma de investimento — máquinas, melhoramentos técnicos, é muito reduzida. Ligada a isso, a produção média por trabalhador é também bastante diminuta. Além disso, a precariedade da técnica e das condições dadas à produção — estoque de materiais e equipamentos necessários, redes de transporte, provimento de alimentação sem intermitências — não permite a generalização dos circuitos de intercâmbio em grande parte das ocasiões. O

[43] Immanuel WALLERSTEIN. *Op. cit.,* p. 15, grifos do próprio autor.

comércio se desenvolve, mas está sempre sujeito às condições naturais (sobretudo climáticas) e ao ritmo da produção nas unidades individuais que, pelo já exposto, não apresentavam condições suficientes para garantir as bases para uma reprodução mercantil ampliada.

Em outras regiões, o desenvolvimento de relações mercantis se depara com realidades de outra natureza. Em determinadas áreas a produção continua ditada pelas necessidades mais imediatas dos produtores diretos, ou seja, as relações de produção permitem ainda a produção para subsistência, produção de valores de uso. É o caso, por exemplo, das regiões em que os senhores mantiveram o estatuto da servidão em suas linhas mais gerais. Nelas, os camponeses se viam obrigados a produzir para atender suas próprias necessidades e garantir o pagamento das obrigações feudais, fossem elas *in natura* ou em numerário. Também nessas áreas as relações mercantis penetraram, seja no âmbito da vida camponesa — o comércio local de pequenos excedentes, seja entre a nobreza, sobretudo pelo comércio de longa distância de bens de consumo de luxo. As dificuldades para a perenidade dos fluxos de comércio eram também consideráveis nesses casos. A maior delas relacionada ao caráter natural da economia feudal, em que os níveis de investimento eram extremamente reduzidos e a produtividade ascendia lentamente ou mesmo permanecia estagnada, o que colocava os fluxos mercantis a mercê das condições naturais e ainda reproduzia os problemas de ordem demográfica para o crescimento econômico dessas regiões.

Nessas condições, poderia-se considerar que o desenvolvimento das atividades mercantis era fundamentalmente interrompido pelas características da economia-mundo européia, o que seria uma contradição à sua própria existência. No entanto, a aparente contradição se torna inexistente se tomarmos os elementos presentes à época sem um olhar anacrônico. Na verdade, a existência de uma base produtiva heterogênea é que permite a reprodução do capital comercial na fase de transição da economia natural para uma economia desenvolvida.

Porém, não se trata de uma forma de capital tal qual aparece nas formas mercantis desenvolvidas. A nosso ver, assim como sugerem autores como Fernando Antonio Novais e

José Jóbson Arruda[44], estamos diante da época de formação do capital mercantil autônomo. As pré-condições para sua existência já estavam dadas e nesse período assistimos à sua gestação. Sua gênese e atuação contribuirão para o desenvolvimento da economia européia numa certa direção.

Para entendermos sua lógica de funcionamento é necessário buscar suas especificidades. O ponto de partida é distingui-lo da forma funcional do capital comercial presente nas economias capitalistas e cujo conceito foi formulado por Marx[45]. O capital comercial no seio de uma economia capitalista aparece como forma funcional do capital, do valor em seu processo de valorização. Ele é decorrência do próprio processo de valorização na medida em que se ocupa da realização do excedente produzido. É também resultado do desenvolvimento das formas mercantis — especificamente do capital-mercadoria — e, nesse sentido, representa uma fração do capital total que se autonomiza com o objetivo de reduzir custos e buscar a maior taxa de lucro possível. Assim sendo, sua manutenção se assenta sobre a própria existência de formas mercantis desenvolvidas uma vez que ele próprio é fruto dessa especialização das tarefas e das funções do capital. Não pode, portanto, ser desvinculado da produção — do capital industrial e do capital em geral, visto que sua remuneração depende do excedente produzido no processo geral de acumulação capitalista.

Assim, ao facilitar a realização no processo geral de acumulação, ele participa na reposição das condições de produção e, ao fazê-lo, demanda certa parte do excedente produzido. Sua existência se refere a uma economia em que as trocas são generalizadas e, portanto, não há diferenciais substanciais de preço entre regiões. Ele é agente do processo

---

[44] Ver principalmente Fernando NOVAIS. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. In: *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 2005, p. 57-116. A idéia da existência de um capital comercial autônomo é retomada por Jóbson Arruda. Ver José Jobson ARRUDA. Exploração colonial e capital mercantil. In: Tamás SZMRECSÁNYI (Org.). *História Econômica do período colonial.* São Paulo: Edusp, 2002. Ver também José Jobson ARRUDA. O Sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil. In: José TENGARRINHA. (Org.) *História de Portugal*. Bauru: Edusc, 2002.

[45] Para detalhes sobre o processo de substantivação do valor sob a forma capital ver Karl MARX. *O Capital*..., Livro I, c. 4 e Livro II, c. 1. Para a abordagem que fazemos sobre a autonomização das formas funcionais do capital, ver Reinaldo CARCANHOLO & Paulo NAKATANI. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: *Ensaios FEE*, v. 20, nº 1, pp.264-304. Porto Alegre, junho de 1999, p. 4-9.

geral de valorização do capital, o qual, somente em uma economia capitalista, pode converter-se em um valor que se autovaloriza.

Por sua vez, a economia natural predominante ainda na Europa durante sua fase de transição ao capitalismo não contém os elementos necessários para a reprodução do capital e, portanto, não é possível a manifestação de um "capital comercial" com essas características. Aqui se trata de uma forma específica de existência do capital, predecessora das presentes nas economias capitalistas modernas[46]. Apesar de procurar sua própria valorização, o capital comercial autônomo não desenvolve o mesmo papel e está subordinado a condições próprias de existência. Encontra uma economia fundamentalmente agrária e natural em transformação, em que as trocas são fortuitas e, nessas condições, os diferenciais de preços são sistemáticos.

Assim sendo, é nas peculiaridades da economia européia em transição que reside o fundamento básico para a atuação do capital comercial autônomo. Sua lógica é a da acumulação de riqueza sob forma monetária, capaz de metamorfosear-se rapidamente em mercadorias para que, no mais breve período e com a maior rentabilidade possível, seja novamente permutado pela forma numerário. A rentabilidade está largamente assentada na existência de diferenciais de preço criados seja pelas próprias características da base produtiva, seja por outros fatores — *manu militari*, acordos entre comerciantes, etc. Paulatinamente a existência dessa nova lógica se espalha pela sociedade feudal e repercute na ascensão de determinados grupos.

A atuação do capital comercial autônomo é possível exatamente por seu caráter externo à estrutura produtiva feudal. Ele não é capaz de reproduzir as condições de sua própria existência. É, pois, fruto da operação de lógicas concorrentes à sua própria, que garantem a extração do excedente da base da economia, ou seja, da economia natural camponesa. A respeito da articulação entre a existência do capital comercial autônomo e as condições econômicas do período que estamos estudando, Mariutti assinala:

---

[46] "As formas — o capital comercial e o capital gerador de juros — são mais antigas que a oriunda da produção capitalista, o capital industrial, a forma fundamental das relações de capital regentes da sociedade burguesa e com referência à qual as outras formas se revelam derivadas ou secundárias. (...) E é por isso que o capital industrial, no processo do seu nascimento, tem primeiro de subjugar aquelas formas e convertê-las em funções derivadas ou especiais de si mesmo. Encontra, ao formar-se e ao nascer, aquelas formas mais antigas." Karl MARX *apud* Reinaldo CARCANHOLO & Paulo NAKATANI. *O capital especulativo*..., p. 9.

> "(...) a característica fundamental deste período é que a produção ainda não era predominantemente capitalista, mas já contava com um setor mercantil relativamente desenvolvido. Só que, exatamente por causa do caráter não-capitalista da produção, o capital só existia na esfera da circulação, e, deste modo, fundamentava-se necessariamente na inequivalência das trocas. (...) Uma economia com estas características não possui uma lógica exclusivamente econômica: exatamente por isto a indução ao desenvolvimento é extra-econômica (em grande parte empreendida pelo Estado) (...)"[47].

Uma vez caracterizado o processo de gênese do capital comercial autônomo, pode-se falar dos mecanismos de seu funcionamento e das decorrências de sua operação para a fase de transição da sociedade européia. A organização dos setores ligados ao capital comercial e seu funcionamento lança novos interesses no jogo político da época de transição.

Em primeiro lugar, a manutenção dos diferenciais de preço entre as regiões era condição essencial para a sobrevivência do capital comercial autônomo. Com a generalização das relações capitalistas de produção e o desenvolvimento de circuitos regulares de comércio, o espaço de atuação do capital comercial deveria, em tese, se reduzir. Contudo, como já insinuamos, havia mecanismos a partir dos quais os diferenciais de preços poderiam ser mantidos ao longo do tempo. Como sugere Wallerstein[48], dois desses mecanismos fundamentais seriam o exercício da força bélica e a associação dos comerciantes e produtores com o objetivo de proteger seus lucros em detrimento dos seus consumidores.

Além desses mecanismos que representariam a tentativa de impor restrições aos "andares de baixo" da estrutura social, havia também a disputa entre os grandes capitais individuais em busca das melhores oportunidades para valorização. A formação e ocupação de entidades públicas passou, nesse sentido, a ser de fundamental importância para a manutenção das atividades comerciais nos marcos da existência do capital comercial autônomo. O aparelho coercitivo estatal poderia ser utilizado não apenas para subjugar a massa no campo e na cidade, mas também para defender os interesses dos capitais de determinadas regiões frente a outros.

---

[47] Eduardo MARIUTTI. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.
[48] Immanuel WALLERSTEIN. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. São Paulo: Contraponto, 1998, c. 2.

Neste ponto tocamos no passo seguinte desta linha de argumentação. A ascensão econômica das atividades ligadas ao capital comercial representou também um importante passo para a busca de supremacia política por esses novos setores. Aparece aqui, portanto, o tema das relações entre a ascensão do capital comercial autônomo e a consolidação das monarquias absolutistas.

Para iniciarmos a argumentação desse tópico é importante fazer referência ao aparecimento das monarquias absolutas, enquanto órgãos centrais de poder, em flagrante contraposição à dispersão das soberanias presente no âmago da sociedade feudal. A argumentação de Anderson apresentada na seção precedente nos dá a idéia central para entender o aparecimento do poder centralizado após séculos de predominância de um sistema político centrífugo. O Estado absolutista não pode ser entendido como um fenômeno externo à própria sociedade feudal. A tensão entre os poderes locais dos senhores e a necessidade de uma coordenação central dessas pequenas soberanias sempre esteve presente, mesmo que em caráter simbólico em muitos casos[49]. Havia uma contradição imanente ao sistema político feudal: sua estrutura de distribuição de poder estava assentada na fragmentação de soberanias, mas, se essa mesma fragmentação fosse levada ao seu limite, ela implicaria na dissolução dos laços cooperativos entre os membros da nobreza e a perda de suas prerrogativas frente aos camponeses.

De igual maneira, a seu modo, Brenner também percebeu essa tensão entre os poderes locais e a necessidade de uma certa organicidade das classes nobres como um todo como meio de garantir a submissão dos servos e garantias frente a ameaças externas. A noção de acumulação política (*political accumulation*) formulada por Brenner também capta a tensão existente entre camponeses e senhores, bem como as disputas entre os próprios senhores:

> "Na ausência de acesso a novas terras, os senhores tinham reduzidos meios para aumentar sua renda a não ser pelo melhoramento de sua habilidade para redistribuí-la coercitivamente dos camponeses ou de outros senhores. Como resultado, os senhores comumente encontravam sua regra de reprodução mais viável no que eu chamaria de 'acumulação política'. Isto envolvia a aplicação de recursos para construir potencial militar e político por meio da montagem de comunidades políticas mais fortes — melhores armadas, maiores e mais coesas — com o objetivo de dominar e controlar mais eficazmente o campesinato e vencer guerras. Em lugar de investimento sistemático, eles buscavam uma

[49] Ver nota 40.

> estratégia anti-crescimento de consumo compulsivo — isto é, sistematicamente dispersavam seu dinheiro em equipamentos militares para armar seus grupos feudais e em bens de luxo para trazer e manter vassalos ao seu redor. A formação de Estados — por meio da atração de mais seguidores para a comunidade política senhorial, concedendo-lhes melhoramentos nos equipamentos bélicos, e permitindo que perseguissem uma forma de vida que os distinguisse como membros da elite — era, ao fim, a condição *sine qua non* para a sobrevivência e prosperidade senhorial.[50]"

Isto posto, fica esclarecida a presença já no seio da sociedade feudal de tensões que poderiam levar ao fortalecimento do poder central. A partir da crise do século XIV em algumas regiões as pré-condições para a emergência de unidades centrais de poder político mais fortes apareceram. Conforme já indicamos, sua ascendência representa um momento de enfraquecimento relativo da nobreza *vis-à-vis* outras classes no seio da sociedade feudal. No entanto, ainda que consideremos a gênese das monarquias centralizadas como sintoma da perda de determinadas prerrogativas da nobreza, deve-se ainda buscar elementos que permitam identificar quais grupos foram os mais beneficiados pela nova estrutura do poder político.

O ponto de partida para o tema na nossa perspectiva é o trabalho de Anderson, *Linhagens do Estado Absolutista*. Nesse trabalho o autor se refere ao Estado Absolutista como arma de dominação da nobreza em decadência: "(...) o Estado absoluto nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, ainda menos um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a carapuça política de uma nobreza atemorizada."[51] O Estado absolutista foi, por um lado, "*um aparelho de dominação feudal alargado e reforçado*, destinado a fixar as massas camponesas na sua posição social tradicional, a despeito e contra os benefícios que elas tinham conquistado com a comutação alargada de

---

[50] Robert BRENNER. *Property and progress*..., p. 19. A idéia de acumulação política está também presente em momentos anteriores da obra de Brenner. Veja por exemplo Robert BRENNER. The agrarian roots of European capitalism. In: Trevor Aston & Charles Philpin. *The Brenner Debate*…, principalmente p. 236-242. Na página 239, argumenta Brenner: "A acumulação política (...) era, ainda, um processo qualitativo que requeria uma auto-organização da classe governante feudal cada vez mais sofisticada. Em primeiro lugar, os senhores necessitavam de mais extensas e elaboradas formas de cooperação política para extrair excedentes de comunidades camponesas cada vez mais organizadas, e para contra-atacar os efeitos da mobilidade campesina. (...) Segundo, os senhores requeriam formas políticas mais desenvolvidas para facilitar a proteção recíproca de suas propriedades frente um ao outro, e isto significava o estabelecimento de direitos por meio da promulgação e exercício da lei. Finalmente, a competição intensificada entre grupos de senhores tendeu a requerer formas cada vez mais sofisticadas de organização militar e armamentos. (...) Por toda a época feudal, portanto, a guerra foi o grande motor da centralização feudal."

[51] Perry ANDERSON. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984, p . 17.

suas obrigações."[52] Ao mesmo tempo, serviu como arma da nobreza frente à burguesia mercantil em ascensão.

Como pode ser deduzido das palavras de Anderson, para se entender a formação e consolidação do Estado absolutista é necessário afirmá-lo como mecanismo de poder da elite senhorial feudal. Isso, no entanto, não esgota os questionamentos a respeito das relações entre o Estado Absolutista, a nobreza feudal e os representantes das classes em ascensão, entre elas os grandes comerciantes — agentes do capital comercial autônomo. Torna-se imprescindível lançar luz sobre essas tensões para que seja corretamente compreendido o movimento de transformação vivido por algumas partes do continente europeu.

Segundo Anderson, haveria na fase de consolidação das monarquias absolutistas e de expansão do capital comercial autônomo um espaço de concordância entre a nobreza tradicional e os novos grupos em ascensão. Nessa perspectiva, haveria uma conciliação de interesses relativamente estável durante um certo período — entre os setores mercantis em expansão e o predomínio político da nobreza.

> "Contudo, havia sempre um campo de *compatibilidade potencial*, nesta fase, entre a natureza e programa do Estado absolutista e as operações do capital manufatureiro e mercantil, pois na concorrência internacional entre classes nobres que produzia a guerra endêmica da época, o volume do setor de mercadorias dentro de cada patrimônio 'nacional' era sempre de importância fundamental para a sua força militar e política relativa. Cada monarquia tinha, portanto, o seu interesse em reunir tesouros e promover o comércio sob a sua própria bandeira, na luta contra seus rivais. (...) A centralização econômica, o protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado feudal, embora beneficiassem a burguesia incipiente. Aumentaram os rendimentos coletáveis de um oferecendo à outra oportunidades comerciais. As máximas circulares do mercantilismo, proclamadas pelo Estado absolutista, deram expressão eloqüente a essa coincidência provisória de interesses."[53]

Nesse sentido, apesar de representar um mecanismo de reafirmação da supremacia política da aristocracia feudal, o absolutismo significou também possibilidades para a harmonização de interesses em conflito. Tal convergência de interesses foi apenas possível numa fase específica, assentada ainda sobre uma base econômica relativamente frágil, não-

---

[52] *Ibid*., p. 16-17, grifos do autor.
[53] *Ibid*., p. 43-44, grifos do próprio autor.

capitalista, no processo de acumulação primitiva de capitais que levaria ao surgimento das pré-condições para o capitalismo industrial.

Contudo, a interpretação proposta por Anderson para o período em análise não esgota as possibilidades para a compreensão deste assunto. Suas conclusões estão referenciadas à idéia de que o Estado absolutista é uma forma de poder feudal, dominada pela nobreza. Dessa maneira, convém chamar atenção para as idéias de Nicos Poulantzas, para quem o Estado absolutista representa um Estado de transição, idéia essa que exploramos a seguir.

Ao contrário de Anderson, que nos passos da historiografia inglesa sobre o tema[54], enxerga no Estado absolutista um mecanismo de dominação feudal, Poulantzas inaugura uma linha que busca entender o período a partir de suas características específicas, de maneira a caracterizá-lo por um período de transição. A profundidade das transformações por que passava a Europa após a crise do século XIV implicou a dissociação entre as esferas da existência social. Alguns campos como a economia e a política se autonomizaram nessa época, respondendo a fenômenos com temporalidades distintas. Em termos mais concretos, as mudanças na estrutura econômica, política e social permitiram que os mecanismos de poder fossem abertamente disputados pelas classes mais fortes em conflito. Entendido dessa maneira, o período pode ser chamado "de transição": não respondia mais completamente à lógica de dominação feudal, tampouco poderia ser considerado como época de consolidação dos mecanismos de dominação da classe dominante no capitalismo. A respeito das idéias de Poulantzas, assinala Vieira:

> A dinâmica da transição se revela na coexistência de distintos modos de produção em relações de dominância ou subordinação caracterizadas por um deslocamento contínuo e muitas vezes oculto. O que essencialmente caracteriza a especificidade da transição seria a não correspondência entre as esferas política e econômica, vale dizer, verifica-se a autonomia da esfera política, ao nível do Estado que, embora constituído também de elementos feudais, aproxima-se da tipologia do Estado capitalista, precisamente no momento em que o modo de produção capitalista não está plenamente constituído e a classe burguesa não se constitui como classe dominante. (...)

[54] "A tendência a sustentar o conteúdo feudal do Absolutismo, em geral, está presente na tradição dos marxistas ingleses e implica na centralidade das revoluções burguesas como processo de derrumbe do feudalismo pela burguesia, momento culminante da transição". Carlos VIEIRA. *Interpretações da colônia*: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Economia, 2004, p. 60.

> O caráter de transição do Estado absolutista relacionado à referida cisão entre as esferas política e econômica se manifesta em suas funções, em particular no que respeita ao processo de acumulação primitiva de capital. Sua autonomia relativa diante do conjunto da sociedade e em particular da luta de classes expressa uma funcionalidade desvinculada da dinâmica específica de um modo de produção plenamente constituído em desenvolvimento. Na verdade, orienta-se no sentido de produzir as relações constitutivas de um modo de produção ainda em formação, de circunscrever certos limites dentro dos quais deverá se desenvolver a nova sociedade – em particular, trata-se da pedra angular do processo de acumulação primitiva, porquanto esta pressupõe relações de poder e dominação extraeconômicas.[55]

Como se vê no trecho acima, além de salientar a existência de um período de transição na época do absolutismo europeu, o comentário de Vieira sugere ainda elementos para se entender o papel específico desempenhado pelo Estado Absolutista na fase de formação das bases para o desenvolvimento do capitalismo na Europa. Vieira explicita a importância dos mecanismos do Estado para o processo de acumulação primitiva de capitais, que seja através dos instrumentos utilizados para a espoliação de camponeses e de setores da nobreza, seja por meio da formação de mecanismos de disputa interestatal, necessita de "relações de poder e dominação extraeconômicas" para se desenvolver.

Eis, portanto, uma diferença substancial entre as duas interpretações. Na perspectiva adotada por Anderson, o Estado Absolutista, apesar de visceralmente ligado à nobreza feudal, ao fim, ajuda no processo de acumulação de capitais e lança as bases para sua própria superação[56]. O sinal do acirramento da crise seria a eclosão das revoluções burguesas cujo objetivo foi estabelecer o predomínio político da burguesia no aparelho de Estado. Por sua vez, a noção de um Estado de transição explicita as disputas pelo poder no seio de uma sociedade em transformação. Símbolo do poder político e instituição que acumulou inúmeras prerrogativas, o Estado central é também alvo de disputas entre as classes. Desse ponto de vista, ele também participa no processo de formação do capitalismo através do que se convencionou chamar acumulação primitiva de capitais. Parece-nos mais promissor adotar a idéia de um Estado de transição, visto que ela irá permitir uma análise

---

[55] Ibid., p. 70-71.

[56] "Em outras palavras, [o Estado absolutista] cumpriu certas funções parciais na *acumulação primitiva* necessária ao triunfo do próprio modo de produção capitalista." Perry ANDERSON. *Linhagens*..., p. 40. Sobre o significado do fim do Estado absolutista, Anderson acrescenta: "O domínio do Estado absolutista era o da nobreza feudal, na época de transição para o capitalismo. O seu fim assinalaria a crise do poder de sua classe: o advento das revoluções burguesas e a emergência do capitalismo." *Ibid*., p. 41.

mais profícua dos processos relacionados à expansão ultramarina a partir do século XV, tema fundamental deste trabalho.

Com o objetivo de explorar as relações entre as transformações em curso no continente europeu e a colonização de regiões ultramarinas, é preciso distinguir algumas articulações fundamentais existentes entre o desenvolvimento do Estado absolutista numa fase de transição no continente europeu e a afirmação do capital comercial autônomo e de seus representantes — a burguesia mercantil ascendente — frente aos setores tradicionais e frente uns aos outros.

Para isso, torna-se necessário recorrer a elementos fundamentais da política absolutista já destacados por Anderson, mas agora necessariamente referendados ao diálogo com outras perspectivas. Segundo o autor, seriam cinco os principais instrumentos do Estado absolutista para a afirmação de seu poder[57]: o exército nacional regular com presença maciça de mercenários estrangeiros, para controle interno da população camponesa e combate a ameaças externas; a burocracia, que acabou sendo um dos mecanismos de incorporação da nobreza ao Estado Absolutista por meio da compra de cargos; a tributação, cujo objetivo era sustentar o Estado e a burocracia e que acabou se tornando um mecanismo importante para a unificação do mercado interno; o comércio, cuja política era o mercantilismo; e a diplomacia, conseqüência da formação de um sistema político internacional.

Deve-se notar dois pontos importantes de convergência presentes entre a argumentação de Anderson e o ponto de vista de outros autores aqui apresentados. O primeiro deles a maneira como Anderson retoma a importância da guerra e das disputas inter-senhoriais como elemento essencial para se entender a dinâmica de centralização do poder, assim como faz Brenner. Advém desse ponto a importância da centralização do aparelho militar que teria ao menos duas implicações importantes: permite que os gastos com equipamentos militares e manutenção de tropas sejam otimizados numa organização única e ao mesmo tempo retira paulatinamente dos senhores feudais o mecanismo essencial para o exercício de sua autoridade — a utilização individual legítima da força bélica.

Em segundo lugar, e nisso Anderson se aproxima de uma dimensão das idéias de Wallerstein, à formação das monarquias absolutistas corresponde um movimento de gênese

---

[57] *Ibid*., p. 29-39

de um sistema internacional de poder. Note-se que não é o caso do aparecimento de uma unidade política única, mas a afirmação de rivalidades no campo militar, político e econômico entre distintas regiões, o que remete à idéia de formação de uma economia-mundo.

Isto posto, se voltarmos à argumentação de Anderson, encontraremos dentre os cinco principais instrumentos utilizados pelas monarquias absolutistas para afirmação de seu poder a política mercantilista e a diplomacia. Cremos serem os dois elementos que merecem maior atenção de nossa parte, visto que eles indicam elementos mais diretamente ligados ao tema da colonização em territórios ultramarinos.

Comecemos pela diplomacia. Representa uma conseqüência da formação dos Estados absolutos e um de seus mecanismos principais de interação uns com os outros. A diplomacia é o reconhecimento da existência de um sistema internacional de poder pelas monarquias em formação, embora nem sempre isso ocorra de forma explícita. Veja-se, por exemplo, que a pirataria e a guerra foram instrumentos muito utilizados pelas monarquias absolutas em suas disputas diplomáticas, embora nem sempre como atividades oficiais. No entanto, isso não invalida a idéia de que paulatinamente se criou no continente europeu uma estrutura hierarquizada de Estados, em que a disputa determinava o raio de ação militar e econômica das nações em conflito. Devem ficar claras as implicações da formação desses Estados absolutos e do jogo de poder entre eles para a dinâmica do mundo colonial.

Em primeiro lugar, as colônias apareciam às monarquias como espaços econômicos monopolizados, a partir dos quais se poderiam obter recursos para seu engrandecimento frente a outras potências. Ao mesmo tempo, as possessões coloniais representavam também um espaço privilegiado para a atuação do capital comercial, uma vez que seu princípio fundador era exatamente a obtenção de mercadorias com elevados preços no mercado europeu. Como se vê, existia interesse tanto da parte do Estado absolutista, personificado na figura do rei — e de sua dinastia — e cujos interesses estavam sempre em conflito com outras monarquias, quanto das burguesias nacionais, interessadas no engrandecimento de seu próprio aparelho estatal, o que permitiria a manutenção das colônias e dos lucros elevados.

A convergência entre esses dois setores estava, portanto, submetida a uma condição fundamental, qual seja, o exercício de coerção extraeconômica — por ação militar

direta ou por pressão diplomática — como mecanismo promotor do intercâmbio, o que assegurava a exploração das colônias por parte das metrópoles. A troca se fundamentava não em mecanismos de uma economia mercantil desenvolvida, mas a partir de uma desigualdade que extrapolava o campo econômico. Mais uma vez se insinua a esfera de atuação do capital comercial autônomo. Dessa forma, desde essa linha de raciocínio, se pode pensar em compatibilidade e complementaridade de interesses entre o Estado absolutista e as diferentes burguesias nacionais. A articulação entre a problemática do desenvolvimento dos vários Estados absolutistas em ininterrupta disputa e do crescimento das atividades comerciais capitaneadas pelas burguesias circunscritas a cada um desses Estados permite entender de que maneira a diplomacia, ou melhor, as disputas entre os diferentes Estados absolutistas participantes de um sistema político internacional, referem-se também à própria dinâmica do mundo colonial. A capacidade de expandir e manter domínios ultramarinos se refere em larga medida às sucessivas conjunturas no jogo político entre as nações européias, ao mesmo tempo em que a manutenção das colônias pelas metrópoles é um fator de crescimento e desenvolvimento dessas últimas.

Por sua vez, o comércio deve ser entendido como uma arma do Estado absoluto para acumular recursos e reforçar sua supremacia no plano interno. Mas, sem dúvidas, é no plano externo que o significado do comércio se torna claro e permite uma compreensão adequada da política econômica dos Estados absolutistas, ou seja, a política mercantilista. O comércio é também expressão da luta entre as monarquias absolutas em expansão. Novamente se faz necessária referência ao caráter da economia européia da época, em que o capital mercantil autônomo, fruto da coexistência de um setor mercantil desenvolvido no seio de uma economia predominantemente natural, lança as bases para sua hegemonia. Nessas condições, a disputa pelo excedente econômico se torna uma espécie de jogo de soma zero, ou seja, em que para que uma parte ganhe, a outra terá que perder. Não existe elevada elasticidade na produção: a disputa econômica escapa a mecanismos estritamente mercantis. Assim sendo, os capitais mercantis locais estão em constante disputa. Conforme acontecia com o jogo diplomático, a luta entre diferentes capitais se torna também luta entre diferentes Estados, visto que seus interesses rivalizam nesse campo. Os comerciantes querem abarcar a maior gama possível de atividades de maneira a lhe garantir elevada rentabilidade e rápido giro de seu capital. A coroa busca reforçar sua base econômica, pré-

condição para sua expansão e engrandecimento. Assim apresentada a questão, a política econômica adotada pelas monarquias absolutistas, o mercantilismo, baseada na manutenção de superávits comerciais que evitavam o "esvaziamento da riqueza" da nação, pode ser entendida como meta totalmente racional e, na verdade, atende ao interesse de mercadores e do Estado absolutista em formação.

Nesse quadro, as colônias são elementos importantes da política mercantilista. Servem como fornecedoras de mercadorias exóticas para o mercado europeu, mas não apenas isso. São abarcadas por uma política de complementaridade em relação à economia metropolitana. Sua produção se organiza numa direção que não envolva conflito com a metropolitana e, à medida que ocorre a especialização produtiva, espera-se mesmo que a colônia possa produzir matérias-primas necessárias às atividades manufatureiras metropolitanas para, em seguida, servir como mercado consumidor dessas mesmas mercadorias em condições que atendam ao principal elemento articulador entre colônia e metrópole no processo de colonização da época moderna: o capital comercial autônomo.

Neste ponto do trabalho se torna desnecessário avançar substancialmente a respeito dos mecanismos de exploração existentes entre metrópole e colônia uma vez que esse tema será revisitado no capítulo seguinte, onde acreditamos ser mais adequado tratá-lo. Para concluirmos esta seção, convém ainda explicitar algumas características fundamentais das interpretações a que brevemente fizemos referência.

Os diversos autores que apresentamos nas páginas anteriores não apresentam discursos plenamente compatíveis entre si. Contudo, suas visões a respeito do tema da formação da era moderna e suas relações com a expansão ultramarina contêm certas características que lhe garantem uma relativa uniformidade.

A primeira delas é sem dúvida a adoção da perspectiva da totalidade. Segundo esses autores, não se pode entender a história do desenvolvimento europeu bem como das áreas coloniais a partir de estudos sobre suas partes tomadas individualmente. Para a compreensão do desenvolvimento europeu é mister se fazer referência ao conjunto das transformações que englobam esse movimento, "as suas partes constituintes só podem ser compreendidas em suas relações recíprocas"[58]. Portanto, para se entender a colonização ultramarina na América a partir do final do século XV é imprescindível analisá-la em sua

[58] Eduardo MARIUTTI. Colonialismo..., p. 66.

totalidade, ou seja, enquanto elemento de um movimento maior, relacionado à transição da Europa feudal em direção à Era Moderna. Ao se negar essa articulação fundamental, está-se, portanto, negando a própria essência do fenômeno da colonização, sua historicidade.

Derivada da característica acima, deve-se também chamar atenção para as características dessa "totalidade". Não se trata de uma perspectiva que trate das infindáveis relações que tomam parte na realidade histórica entre as diferentes esferas do convívio social. Como se vê, trata-se de um olhar que prima pela revelação das determinações principais envolvidas em determinado fenômeno, mas o faz de maneira a refutar qualquer explicação monocausal. Por exemplo, ao se tratar da política mercantilista, não se propõe sua irracionalidade frente aos desígnios do modo de produção capitalista; ao contrário, o que se procura é compreender os diversos movimentos envolvidos no fenômeno em estudo de maneira a revelar sua racionalidade própria, historicamente formulada. Nesse sentido, embora isso seja uma tarefa impossível de se realizar plenamente, a totalidade busca articular todos os elementos da realidade concreta a fim de lhes desvendar seu movimento próprio. Isso não implica de forma alguma uma meta-narrativa, discurso desprovido de historicidade, senão implica a busca incessante pela correta compreensão das especificidades de cada época histórica.

Isto posto, acreditamos ter revelado algumas características fundamentais sobre interpretações que buscam articular a formação da Era Moderna no continente europeu e o fenômeno da colonização ultramarina a partir de alguns elementos específicos: o capital comercial autônomo e o Estado absolutista. A seguir, apresentaremos outra linha interpretativa sobre o mesmo tema. Acreditamos que além das diferenças em relação às teses defendidas por cada uma das visões, há também um debate subjacente a respeito da própria noção de totalidade e do método mais adequado para a pesquisa histórica a respeito da colonização da época moderna.

1.2.2 – Novas interpretações sobre a colonização ultramarina da Época Moderna

Na seção precedente, pudemos observar as características principais de uma linha de argumentação preocupada em articular a colonização ultramarina realizada durante a Época Moderna com as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no

continente europeu durante a fase de transição do feudalismo para novas formas de organização social.

Todavia, essa linha de argumentação não é a única possível no debate sobre as relações entre mundo colonial e Europa. Além dela, outras interpretações foram construídas com o objetivo de dar novo sentido ao período em estudo. Obviamente, à gênese de um novo entendimento sobre as relações entre a Europa da Era Moderna e o colonialismo corresponde também uma distinta forma de pesquisa sobre a realidade na América portuguesa. Dessa forma, para entender o debate ocorrido sobre a economia colonial nos territórios que vieram a compor o Brasil, torna-se imprescindível nuançar quais os principais pontos de discórdia que aparecem no debate recente sobre a colonização ultramarina. Esta é, portanto, a tarefa desta parte do trabalho. Pretendemos aqui expor os principais desenvolvimentos da nova historiografia sobre o período de maneira a contrapô-los às idéias presentes nas interpretações clássicas apresentadas na seção anterior.

Nosso ponto de partida é a polêmica levantada por alguns autores que, a partir do Congresso Internacional de História Econômica realizado em Milão em 1994, intensificaram suas críticas a respeito das interpretações que declaravam o colonialismo como um fenômeno fundamental para o desenvolvimento econômico da Europa em direção ao capitalismo[59]. Nesse sentido, o congresso realizado na cidade italiana marca uma inflexão: a idéia da importância das colônias para o desenvolvimento europeu, com destaque para o papel das colônias durante a Revolução Industrial inglesa, é negado. A edição subseqüente do congresso, realizada em Madri em 1998, segue na mesma direção, desta vez com destaque para as intervenções de Patrick O´ Brien que reitera o ponto de vista de negar a importância do colonialismo para o desenvolvimento econômico europeu.

Não será possível reconstituir todos os elementos dessa polêmica, mas alguns de seus aspectos devem ser considerados para nossa argumentação. Em primeiro lugar, a tendência tem sido negar perspectivas totalizantes[60], que liguem o desenvolvimento econômico das diferentes regiões por meio de uma lógica única. Os críticos argumentam

---

[59] Para tal periodização recorremos ao trabalho de Eduardo MARIUTTI. *Colonialismo, Imperialismo e...* p. 1-7.

[60] Quando falamos em perspectivas totalizantes, queremos indicar interpretações tais como a idéia de Sistema-Mundo desenvolvida por Wallerstein e o conceito de Antigo Sistema Colonial desenvolvido por Fernando Novais que, a nosso ver, são compatíveis. Para uma discussão mais detalhada a respeito das características presentes nessas interpretações, com especial enfoque às formulações de Wallerstein, ver *Ibid.*, p. 65-70.

que tais interpretações totalizantes desconsideram as evidências empíricas, que justamente indicam a irrelevância (ou, quando muito, o papel secundário) das relações econômicas entre metrópoles e colônias para o desenvolvimento econômico das primeiras.

Um segundo aspecto importante, que não pode ser separado do primeiro, é a ênfase nas estruturas econômicas que fogem à lógica de transferência de excedentes entre áreas do planeta. Nesse sentido, por oposição às interpretações totalizantes, há um nítido privilégio do peso do mercado intra-europeu para explicar a Revolução Industrial, bem como em salientar vários mecanismos e rotas comerciais que escapavam aos traços fundamentais da exploração colonial (comércio entre colônias, contrabando com outras potências européias).

Esta nova tendência apresentada nos congressos internacionais de história econômica não é, no entanto, o foco principal de nossa atenção[61]. É importante citá-la porque isso torna possível indicar de que maneira o movimento da historiografia sobre as relações entre Portugal e suas colônias responde também a mudanças mais gerais nas perspectivas adotadas pelos pesquisadores que trabalham temas relacionados à história econômica. Além disso, ela nos permite apresentar o foco central da argumentação nesta parte do trabalho, qual seja, a recente produção sobre as relações entre o Império Português e suas colônias, que surgiu com teses divergentes das estudadas na seção anterior deste trabalho.

Entre as obras mais recentes que tratam da colonização portuguesa ultramarina, percebe-se claramente a preferência pela negação da oposição *metrópole x colônia* como alicerce fundamental para as pesquisas. Segundo os novos autores, tal divisão é fruto de um viés ideológico que tentava identificar a exploração colonial com a realidade de pobreza presente nas ex-colônias, argumentação essa de cunho nacionalista e circunscrita a uma determinada época da produção historiográfica[62]. Desde tal perspectiva, a apreciação da

---

[61] O leitor interessado nesse debate encontrará um tratamento completo sobre o tema em Mariutti, E. *Op. cit*.

[62] Vejam-se as palavras de Hespanha sobre o assunto: "Se, por exemplo, lermos alguma historiografia brasileira (que, neste aspecto, é exemplo único e paradigmático na área ex-portuguesa) é bastante evidente sua vinculação e um discurso narrativo e nacionalista, no qual a Coroa desempenhava um papel catártico de intruso estranho, agindo segundo um plano 'estrangeiro' e 'imperialista', personificando interesses alheios, explorando as riquezas locais e levando a cabo uma política agressiva de genocídio em relação aos locais, por sua vez considerados basicamente solidários, sem distinção entre elites brancas e população nativa. Esse exorcismo historiográfico permite um branqueamento das elites coloniais, descritas como objetos (e não sujeitos) da política colonial." António HESPANHA. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: João FRAGOSO, Maria BICALHO & Maria GOUVÊA. (Org.) *O Antigo*

história por meio da contradição entre metrópoles e colônias resulta numa visão completamente parcial da temática, que por vezes mitifica a realidade em nome da manutenção de seus pressupostos. Acaba, por conseguinte, tornando-se um obstáculo ao avanço da pesquisa.

Isto posto, a nova abordagem proposta pela historiografia é fundada nas relações entre as metrópoles e seus respectivos domínios coloniais. Para o caso lusitano, procura-se definir as relações no seio do Império português, ou seja, no conjunto de possessões portuguesas nas diversas partes do planeta. Dessa forma, torna-se possível evitar duas ordens de problemas supostamente encontrados na historiografia clássica. O primeiro deles seria estabelecer tão somente relações entre metrópoles e colônias como as principais no processo de colonização. Esse raciocínio é próprio das interpretações dualistas, cuja síntese encontra-se na idéia de pacto colonial e exclusivo metropolitano. Se aceitas as idéias dos novos trabalhos, ao se abandonar a oposição obsessiva entre metrópoles e colônias se pode entrever toda a variedade de formas adotadas pelas relações entre metrópole e colônias, mas, principalmente, entre as próprias colônias. Por outro lado, a adoção desse enfoque alternativo permite também o favorecimento dos estudos das realidades locais, uma vez que a idéia de exploração sistemática das colônias não favorecia a pesquisa das formas de organização, dominação e exploração locais — em que cada área colonial apresentava suas vicissitudes, pois tendia a homogeneizar todo o espectro de possibilidades sob a idéia de "exploração colonial".

Do exposto já se pode notar uma modificação importante dos enfoques utilizados para a pesquisa histórica. Contudo, esse movimento não esgota as críticas da nova historiografia relacionadas à linha de argumentação apresentada na seção anterior deste trabalho. Além de criticar a articulação idealizada entre as transformações da Europa rumo à Época Moderna e o fenômeno da colonização e propor uma nova forma de interpretar essas relações, a historiografia recente procura também negar a importância de elementos centrais da argumentação clássica tal como é o caso da idéia de centralização precoce do poder político nas monarquias absolutistas[63].

Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 168-169.

[63] "Desde os inícios da década de 1980, a historiografia política e institucional da Europa meridional (especialmente, italiana e ibérica) vem sofrendo uma mudança de referências cruciais. Categorias como as de

Em *As Vésperas do Leviathan*, Hespanha desenvolve a tese de que não havia sido produzida em Portugal ainda ao final do século XVII a estrutura do que poderia ser chamado de Estado centralizado.

> "(...) com base num jogo de forças sociais que é preciso ainda esclarecer, os sécs. XVII e XVIII continuam a conviver com os ingredientes fundamentais da construção institucional (e mesmo doutrinal) da *respublica* medieval. A polarização do poder político numa entidade única, soberana *erga exteros ac subditos* — o tal estado que Th. Hobbes personificou no Leviathan e cuja problematização constitui uma das linhas de força do pensamento político dos nossos dias — não se tinha ainda produzido."[64]

A base para tal conclusão está em sua pesquisa a respeito das jurisdições em Portugal que sugeririam a divisão dos poderes — que numa monarquia absolutista seriam prerrogativas do rei — entre organizações locais e senhores de terras. Hespanha se vale de fontes documentais sobre as práticas jurídicas em Portugal ao longo do século XVII para negar a existência de um poder central forte tal qual imaginado pelas interpretações clássicas. Segundo ele, a visão dogmática a respeito da centralização política impede a historiografia de enxergar as formas de exercício do poder que fugiam ao controle real.

> "Em Portugal, meu livro As vésperas do Leviathan questionou uma série de idéias estabelecidas sobre a moderna constituição portuguesa, revelando um peso insuspeitado (mas facilmente suspeitável) de poderes (nomeadamente, das câmaras e das instituições eclesiásticas ou senhoriais), que tiravam partido da fraqueza do poder [central], nos seus aspectos doutrinais e institucionais, para ganhar um espaço de efetiva, ainda que discreta, autonomia"[65]

As críticas de Hespanha encontram seu alicerce, portanto, na suposta incorreção das interpretações que entendem ter ocorrido um processo de centralização nas monarquias européias após a crise do século XIV ao mesmo tempo em que essa concentração dos poderes teria sido um dos elementos fundamentais para organizar o processo de expansão ultramarina e reordenamento econômico no continente europeu.

'Estado', 'centralização' ou 'poder absoluto', por exemplo, perderam sua centralidade na explicação dos equilíbrios de poder nas sociedades políticas de Antigo Regime". António HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*: instituições e poder político Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994, p. 165.

[64] *Ibid*., p. 528.

[65] Antonio HESPANHA. *A constituição do Império português*..., p. 166.

Para ilustrar a argumentação do autor, vejam-se seus questionamentos a respeito das interpretações precedentes sobre o absolutismo europeu[66]. Sua principal crítica se refere ao fato de que a idéia de centralização no sistema político moderno se tornou um dogma. A adoção dessa perspectiva "centralista" encontra na historiografia uma série de fontes. A primeira delas relacionada a uma visão retrospectiva, que enxerga no passado os elementos constitutivos do Estado liberal e molda a história à necessidade de não conflitar com o seu aparecimento. Em segundo lugar, entre a historiografia portuguesa, surge a idéia de que a centralização pressupõe a supressão das cortes e dos poderes da nobreza e, dessa forma, remonta ao século XV. Para Hespanha, a obra de Eduardo d´Oliveira França é exemplar quanto a essa última linha interpretativa. Sobre a obra de França — *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo* — afirma:

> "A investigação das condições sociais que explicariam o declínio daquelas ordens [nobres, representados pelas cortes] e da sua expressão 'constitucional' — embora baseada, via de regra, em materiais já conhecidos — merece uma atenção inabitual. Ao lado de argumentos usuais, como o do vigor original do poder real em Portugal e o da inexistência do feudalismo, ganham aqui relevo os factores de decadência da nobreza relacionados com a crise da economia rural dos fins do século XIV e com o caráter revolucionário da crise política de 1383-1385, factores que teriam possibilitado o êxito da política anti-nobiliárquica de D. João II."[67]

Nesse trecho, quando Hespanha cita alguns elementos da argumentação de França para criticá-los, podemos encontrar uma profunda discordância com a perspectiva apresentada na seção precedente, que exatamente privilegia o conflito de classes no seio da sociedade feudal — em articulação com a crise do século XIV — como fator crucial para a ascensão do Estado absolutista. Nesse sentido, começam a ficar claros os termos do debate entre nova historiografia e os trabalhos clássicos, a começar pela questão da existência/inexistência de um movimento de centralização do poder nas mãos do rei.

No entanto, ao questionar as bases sobre as quais se alicerça o poder político em Portugal na época em estudo, apresenta-se como necessidade premente para Hespanha a elaboração de um novo nexo explicativo que abarque todas as condições que, a seu ver, as interpretações clássicas não são capazes de considerar em sua argumentação.

---

[66] Antonio HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*..., p. 21-36.
[67] *Ibid*., p. 31-32.

Para resolver esse impasse, Hespanha cria o conceito de monarquia corporativa. A base para se entender a dinâmica da sociedade portuguesa, visto que não se tratava de uma organização social com poder político plenamente centralizado nas mãos do monarca, está na apreensão do sistema de valores que regulava a reprodução das relações sociais. Para revelar esse conjunto de valores e costumes, é preciso caracterizar a estrutura e os mecanismos de convívio disseminados na sociedade lusitana.

Isto posto, em primeiro lugar, Hespanha apresenta a estrutura demográfica, político-geográfica, financeira e político administrativa do Reino de Portugal durante os séculos XVI e XVII de maneira a exprimir a manutenção de uma série de instâncias jurídicas descentralizadas, cujos vínculos com a coroa eram inexistentes ou reduzidos[68].

A existência desses espaços jurisdicionais autônomos encontra justificativa no que o autor denomina teoria corporativa da sociedade. Segundo Hespanha, a doutrina política da época, aceita também em Portugal, entendia que a sociedade feudal era dotada de um equilíbrio natural em que cada estamento deveria se dedicar a um círculo restrito de tarefas e gozar de direitos limitados e ditados pela tradição. A doutrina entendia que as diferentes ordens — *bellatores, oratores, laboratores* — deveriam preservar suas prerrogativas e cuidar para que o equilíbrio da sociedade fosse mantido. Não existiam concessões para a noção de indivíduo autônomo tal qual existe atualmente, em que a condição social de um indivíduo não está estritamente ligada à função social de sua família. Ao contrário, a condição social do indivíduo era decidida no momento de seu nascimento e caberia a ele apenas servir da melhor maneira possível na tarefa a ele designada pelas tradições e pelo costume. A sociedade era entendida pela doutrina como um corpo, daí Hespanha falar em teoria corporativa da sociedade, em que o interesse comum se confundia com a manutenção da paz e estabilidade da estrutura social.

Se a doutrina previa a manutenção de tal equilíbrio como pré-condição para o bem estar social, qual o papel reservado à coroa? Ela aparece como uma espécie de árbitro. Sua ação de condiciona à necessidade de permitir um convívio pacífico e estável entre as ordens. Suas tarefas se referem ao julgamento de disputas entre os estamentos, sempre que um deles estabelece relações ou atividades que extrapolem o espaço entendido como natural pela concepção corporativa da sociedade. Longe de detentor das prerrogativas

[68] *Ibid*, principalmente p. 61-294.

comumente atribuídas ao Estado absolutista, a coroa lusitana era obrigada a partilhar as jurisdições de seus domínios e admitir interferência de costumes e tradições locais em suas decisões.

Com essas características, a posição da coroa estaria longe de buscar para si o controle incondicional do poder e de seus mecanismos. Ao contrário, o papel da coroa é de agente neutro, responsável pela manutenção da paz e da ordem na sociedade feudal. Não cabe a ela avançar sobre os direitos tradicionalmente relegados às distintas ordens. Abre-se assim novamente espaço para a conclusão de que não existia uma perspectiva centralizadora na coroa portuguesa, ou mesmo que os mecanismos de poder estivessem sendo nela concentrados.

Em lugar disso, Hespanha irá se referir à existência de limites ao poder monárquico e a um equilíbrio entre a coroa e os senhores. Para tanto descreve os inúmeros privilégios desfrutados pela nobreza e pelo clero como prova de que a coroa não dispunha de meios para coagir as ordens da sociedade portuguesa por intermédio de mecanismos estritamente políticos. Não se tratava de um monarquia absolutista, mas de uma monarquia corporativa, caracterizada da seguinte maneira:

> "(...) o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica e pelos usos e práticas jurídicas locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; e os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real."[69]

Com essas especificidades, não se poderia esperar da monarquia portuguesa a primazia na condução do jogo político. Seu papel era determinado pelas condições de disputa com a nobreza. Não cabia à coroa interferir em assuntos para os quais havia uma jurisdição local. Com base nesses elementos, é impossível, segundo Hespanha, falar em uma monarquia absolutista em Portugal na época dos descobrimentos ultramarinos.

Essa perda de centralidade da coroa é de fundamental importância para o tema que analisamos. A articulação entre a expansão ultramarina e os desenvolvimentos no continente europeu não poderia ser explicada pela tensão entre os Estados absolutistas e

[69] *Ibid*, p. 166-167.

pelos capitais comerciais "nacionais"[70]. Em lugar disso, torna-se necessário procurar novos enfoques que permitam explicar os interesses envolvidos na gênese e desenvolvimento do colonialismo português durante a Época Moderna.

Para entender o movimento de expansão ultramarina, a idéia de monarquia corporativa representa uma noção bastante útil. A colonização de territórios pelos portugueses em diversas partes do planeta parte efetivamente do território do reino. Todavia, uma vez instalados os funcionários régios e toda a estrutura necessária ao funcionamento do comércio nas colônias, a debilidade da coroa frente aos demais setores promove a fragmentação das competências e poderes nas possessões lusitanas ultramarinas tal qual ocorre no continente europeu. Em primeiro lugar isso advém da inexistência de um "modelo ou estratégias gerais para a expansão portuguesa"[71]. Segundo Hespanha, até meados do século XVIII não havia uma política sistemática da coroa para os territórios coloniais[72] e, assim sendo, isso permitia um largo espaço para manobras políticas locais que favorecessem senhores de determinados domínios, cujos interesses nem sempre estavam em convergência com os da coroa. Segundo fator importante para a perda de centralidade da coroa no mundo ultramarino, inexistia uma estrutura institucional adequada para fazer valer os interesses do poder central. Por um lado, prevaleciam estatutos locais nas colônias, muitas vezes em discordância explícita com as determinações metropolitanas. Tais estatutos tendiam a sobrepor os costumes e necessidades da população e, sobretudo, das elites locais aos anseios do governo metropolitano. Por outro lado, o direito colonial também não era uniforme e apresentava variações importantes a depender de influências locais e dos interesses dos verdadeiros detentores do poder. Por fim, a estrutura de governo também era outro mecanismo que impedia o efetivo exercício da autoridade real sobre seus domínios. Hespanha destaca a existência do que chama "estrutura administrativa centrífuga", em que prerrogativas centrais para a própria manutenção da empresa colonial

---

[70] "A imagem de centralização ainda é mais desajustada quando aplicada ao império ultramarino. Aí, alguns módulos (Timor, Macau, costa oriental da África) viveram em estado de quase total autonomia até o século XIX." Antonio HESPANHA. *A constituição do Império português*..., p. 167.

[71] *Ibid*., p. 169.

[72] Hespanha afirma a inexistência de uma política sistemática e, para confirmar sua assertiva, ironiza as pesquisas sobre os esforços da coroa para organizar e operacionalizar a exploração colonial. "Não é por acaso que a historiografia romântica e nacionalista alimentou várias teorias que destacavam o caráter intencional e programático da expansão portuguesa — 'Plano das Índias', 'Escola de Sagres', 'Política de segredo', 'Idéia imperial' e, talvez, a idéia de um 'Pacto colonial' cuidadosamente deliberado, estabelecendo o modelo de trocas entre metrópole e ultramar." *Ibid*., p. 167

são delegadas a postos cujo grau de submissão ao rei é bastante diminuto, ou seja, mais próximo da influência das elites locais do que da sanção real[73].

Do exposto se pode concluir pela formação de um novo estatuto que regia as relações entre metrópoles e colônias. De fato, o foco da análise deixa de ser a formação do império colonial português no âmbito das disputas intermetropolitanas européias e se desloca em direção ao estudo das realidades locais. Nesse sentido, a noção de perda da centralidade da coroa se articula a outros elementos e permite uma mudança drástica no viés explicativo para a formação e desenvolvimento das economias coloniais.

Isto posto, resta ainda avançar com a análise sobre as divergências mais expressivas entre esta concepção que acabamos de analisar e a precedente. Para isso, recorremos a um trecho de um trabalho de Russel-Wood que nos servirá de ponto de partida para esse aspecto da discussão:

> "O que os historiadores têm demonstrado é que a visão de pacto colonial, baseada em noções dualistas, polarizadas, ou mesmo bipolarizadas, necessita ser recolocada a partir de uma perspectiva mais aberta, mais holista e flexível, que seja mais sensível à fluidez, permeabilidade e porosidade dos relacionamentos pessoais, assim como da variedade e nuança de práticas e crenças religiosas."[74]

Russel-Wood apresenta algumas interpretações como fruto de uma noção dualista. Seu raciocínio remete, como já indicamos, à própria oposição entre metrópoles e colônias ("noção bipolarizada" no trecho citado acima), idéia muito cara ao conjunto de pesquisadores apresentados na seção anterior. Assim sendo, entende Russel-Wood que a perspectiva adotada por estudos com essas características é inflexível e avessa a pesquisas sobre aspectos da vida cotidiana e das relações pessoais. Em seu lugar, são sugeridas novas abordagens mais holistas, preocupadas com maior número de esferas da vida social.

As críticas de Russel-Wood abrem espaço para um amplo leque de questionamentos. Vimos na seção anterior que uma das características das interpretações

---

[73] "Resumindo, podemos dizer que um dos atos de poder mais importantes numa colônia 'de plantação' — a concessão de terras para agricultar — dependia dos governadores das capitanias, enquanto a avaliação sucessiva da legalidade do uso da terra pelos sesmeiros estava a cargo de magistrados mais ou menos dependentes das elites locais" *Ibid*., p. 179

[74] Anthony RUSSEL-WOOD. Prefácio. In: João FRAGOSO; Maria BICALHO & Maria GOUVÊA (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.14.

que vinculam a expansão ultramarina ao desenvolvimento do capital comercial e à ascensão do Estado absolutista é justamente a preocupação com a totalidade, ou seja, com o entendimento integral dos fenômenos, em oposição ao procedimento analítico em que seus componentes são tomados isoladamente. Portanto, a perspectiva adotada por esses autores é exatamente uma perspectiva holista no sentido estrito da palavra.

Contudo, ainda assim, Russel Wood os critica exatamente pela sua rigidez, pela seu desapego ao holismo. Fica claro que o problema se encontra exatamente no que se entende por uma perspectiva holista. O próprio Russel-Wood nos dá os elementos para compreender as divergências sobre esse ponto. Para ele, assim como para Hespanha, uma perspectiva adequada para entendimento da realidade colonial na Época Moderna é a abordagem de um maior número possível de esferas da realidade social. Somente pode ser completa a interpretação que deixe de lado a predominância de determinadas esferas da realidade social — como pode ser o caso da econômica, política, entre outras — e busque sempre nuançar as características do maior número possível de relações, sejam elas culturais, sociais, etc. Partindo dessa perspectiva, somente assim se poderia atingir o holismo, ou melhor, a tentativa de abarcar todas as lógicas concorrentes da vida social, cada qual com suas manifestações na vida cotidiana.

Logo se evidencia uma profunda discordância quanto ao método para a análise da realidade histórica, tensão essa que acaba por se expressar no significado atribuído por Russel-Wood à idéia de holismo. Para os autores embasados na perspectiva da totalidade, a análise dos fenômenos apenas pode se realizar a partir da compreensão de um todo histórico que determina seus movimentos. Isso de forma alguma reduz a história cotidiana e local ao funcionamento mais geral da totalidade. Ao contrário, são as especificidades da vida local que dão à sociedade sua fluidez, sua capacidade de mundança. Não se pode dizer que cada aspecto da realidade cotidiana seja fruto da ação de uma estrutura total, mas sempre estão latentes em cada aspecto da vida social as tensões provocadas por essa mesma estrutura. Há determinações entre estrutura e acontecimentos cotidianos, mas não são determinações monocausais. Por sua vez, o método adotado pela nova historiografia justamente critica a suposta rigidez dessa abordagem. Sugere que o recorte da realidade em infindáveis campos de estudo poderia ser mais adequado ao entendimento dos processos históricos. Tais estudos seriam tão numerosos quanto os aspectos da realidade cotidiana

passíveis de pesquisa e, assim, assinalariam a emergência de uma compreensão histórica mais "holista". As determinações se perdem no meio desse fluido em que se transforma a história, visto que cada fenômeno pode ser pesquisado sem se referir a uma determinada totalidade que lhe dê sentido. Assim sendo, cada aspecto da realidade histórica representa um objeto de estudo cuja justificativa se encontra em sua própria existência, sem referência a outros processos.

A adoção dessas premissas por parte da historiografia mais recente se relaciona a uma aproximação com a perspectiva weberiana. Veja-se o exemplo dado por Hespanha. Segundo o autor, a persistência de mecanismos jurisdicionais que escapavam ao controle régio revela a continuidade de espaços relevantes de poder descentralizado e nega as interpretações baseadas na idéia de centralização precoce da monarquia portuguesa. Para chegar a tais conclusões, Hespanha restringiu seu estudo ao que ele denomina campo jurídico-institucional. Assim sendo, ao eleger a prática jurídica como campo importante para se entender o caráter do Estado português na época em estudo, Hespanha está indicando que seu marco teórico se refere à idéia de autonomia das esferas da existência social como justificativa metodológica para seu enfoque[75]. Se realmente existe tal autonomia, argumenta Hespanha, é legítimo um estudo que considere os aspectos relacionados à prática jurídica e aos símbolos do poder. Dessa forma, o estudo proposto pelo autor não se resume à caracterização da estrutura e prática jurídica, mas também compreende uma pesquisa a respeito dos impactos da mentalidade da época sobre a doutrina e a prática jurídica, tomadas como esfera da existência social autonomizada.

Obviamente, essa profunda discordância a respeito do método para a pesquisa histórica repercute em outras características apresentadas pelas diferentes interpretações. Na nova historiografia, um primeiro movimento importante é a ênfase em destacar

---

[75] "Na esteira de M. Weber, adotou-se aqui, como ponto de partida para a delimitação temática, uma definição de poder político que o distingue dos restantes instrumentos de dominação social pelo fato de conter em si a ameaça de constrangimento. Trata-se, valha a verdade, de uma perspectiva teórica que — embora possa apoiar-se na necessidade analítica de distinguir entre si as várias formas de poder (econômico, cultural) — nos parece justificada sobretudo por razões tácticas, nomeadamente pela necessidade de conter a investigação dentro de limites razoáveis." *Ibid*., p. 37. Em outro trecho, Hespanha reafirma a mesma idéia: "O político nem é explicável pelo econômico (pelo cultural), nem é instrumento de lutas verificadas nesse campo. É, pelo contrário, um campo social autônomo, onde se produz, por mecanismos também autônomos, um capital próprio. Pelo que, o problema das relações entre este campo de poder e os restantes apenas pode ser resolvido por uma meta-teoria do poder, que estude as modalidades de transferência para outros campos dos resultados obtidos em um deles." *Ibid*., p. 39.

particularidades da sociedade, coroa e colonização portuguesas. Afinal, de acordo com as obras mais recentes, é a transposição dos valores do Antigo Regime português para as possessões ultramarinas um dos principais elos explicativos para a formação da economia colonial e não a lógica de uma determinada estrutura econômica e política em desenvolvimento no continente europeu.

Como vimos, no quadro das novas interpretações sobre a expansão ultramarina, a perda da perspectiva sistêmica — que liga o desenvolvimento da Europa rumo ao capitalismo à colonização moderna — leva à delimitação de um recorte na historiografia que privilegia as relações no Império português. No entanto, a adoção de tal recorte logo implica novos problemas. Qual a temporalidade dos fenômenos ocorridos no Império português? Qual a sua fase de auge e por que ela ocorre? Qual a fase de seu declínio? O que explica sua ruptura? Como se vê, essas respostas não estão adequadamente respondidas pela nova historiografia, deficiência essa que, a nosso ver, advém exatamente da mudança drástica de enfoque na abordagem. Ao apontar os supostos vícios dos trabalhos clássicos e descartar várias de suas conclusões, ainda resta apresentar verdadeiras respostas aos questionamentos levantados pelos próprios estudiosos. Adiante veremos como essas questões reaparecem sob novas formas no debate ocorrido sobre a colonização portuguesa na América do Sul.

Capítulo II – O debate sobre a colonização na América Portuguesa

Após apresentarmos alguns aspectos acerca de interpretações mais gerais sobre o fenômeno da colonização presentes na historiografia internacional, é possível avançar o objeto específico de nossa pesquisa, tarefa essa desempenhada neste segundo capítulo. A discussão apresentada no capítulo anterior apenas ganhará sentido pleno se confrontada a essa nova etapa de nossa argumentação, bem como, acreditamos, servirá para delinear algumas características presentes nos autores que tratam especificamente da colonização portuguesa na América do Sul.

Contudo, entender o movimento da historiografia internacional é um passo insuficiente, embora necessário, para que possamos estudar com rigor os trabalhos sobre a economia colonial na América portuguesa. Além disso, para a compreensão do debate a respeito da colonização e desenvolvimento dos territórios que viriam a compor o Brasil, torna-se necessário respeitar sua história própria. A produção das principais obras históricas sobre o período colonial da história brasileira não pode ser uniformizada arbitrariamente, como se as interpretações pudessem ser diretamente comparadas umas às outras sem as corretas mediações com o ambiente da produção historiográfica à época. O entendimento do debate, e das principais questões que o permeiam, necessita referenciar os textos ao ambiente da etapa em que foram produzidos sob pena de desqualificar incorretamente suas conclusões.

Isto posto, acreditamos que o debate que pretendemos reconstruir apresenta duas fases distintas que, embora compartilhem questionamentos similares, encaminham as questões de maneira substancialmente diferentes, o que nos obriga a uma delimitação precisa da discussão. Assim sendo, a apresentação dos autores e de suas principais idéias se organizará em dois momentos. Primeiro serão tratadas as contribuições de dois grupos distintos de autores que constituem um debate clássico situado entre as décadas de 40 e 80 do século passado. Em seguida, será apresentada uma nova fase do debate iniciada no final da década de 80 e que ainda hoje permanece viva entre os estudos do período.

A partir da comparação entre as duas fases do debate, e das conclusões apresentadas por esses grupos de autores em diferentes momentos, será possível ressaltar as divergências mais profundas entre suas interpretações e separá-las dos elementos que,

apesar de por vezes se repetirem ao longo do debate, representam mais disputas momentâneas e pontuais, em muitas oportunidades movidas pelo calor das discussões, que verdadeiras questões que possam apresentar novas alternativas de pesquisa e novas possibilidades para uma síntese histórica sobre o assunto. Ao apresentarmos um balanço do debate acreditamos ser este um ponto central a ser discutido nas páginas a seguir.

2.1 – A discussão clássica

Nesta seção, nossa intenção é explorar as interpretações clássicas sobre a história econômica do período colonial. Aglutinamos neste ponto a polêmica que envolve os autores do "sentido da colonização" (Caio Prado, Celso Furtado, Fernando Novais) e aqueles ligados à perspectiva da existência de um modo de produção independente (Jacob Gorender e Ciro Cardoso). Contudo, antes da apresentação e confrontação das idéias dos diferentes autores, são necessárias algumas palavras sobre a história do debate a fim de enquadrar corretamente as críticas e os encaminhamentos propostos pelos próprios pesquisadores envolvidos na discussão.

O ponto de partida para nossa argumentação é a obra de Caio Prado Jr., em especial seu célebre trabalho *Formação do Brasil Contemporâneo*[76], publicado pela primeira vez em 1942. Aliás, as contribuições de Caio Prado Jr. se inserem em um quadro de transformações pelas quais passa a produção historiográfica brasileira após a década de 30, em que se destacam, além das obras de Prado Jr., os trabalhos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda[77]. O saber histórico passa por uma crescente profissionalização, deixa de ser atividade de eruditos autodidatas e gradativamente ganha espaço nas Universidades que começam a se formar[78]. Entre as principais características dessa nova historiografia produzida no Brasil está a preocupação com a formulação de interpretações globais que revelem a própria identidade do povo e da nação brasileiros. A obra de Caio Prado representa, sem dúvidas, um marco para a produção historiográfica no Brasil.

---

[76] Caio PRADO JR.. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
[77] Ver Fernando NOVAIS. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: Reginaldo MORAES, Ricardo ANTUNES & Vera FERRANTE (Org.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9-11.
[78] José Jobson ARRUDA, & José TENGARRINHA. *Historiografia Luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.41.

Dotada de grande profundidade e norteada pela idéia de um "sentido" conformador da existência do própria formação brasileira, a perspectiva iniciada por Caio Prado Jr. inaugura um novo campo próprio para pesquisas. Diversas são as obras que aparecem embasadas na idéia de sentido da colonização, apresentadas no livro Formação do Brasil Contemporâneo. Neste trabalho, tratamos especificamente de dois dos mais destacados autores que se valeram das idéias de Caio Prado para avançar com suas próprias pesquisas. O primeiro deles, Celso Furtado, autor de *Formação Econômica do Brasil* (escrito em 1959), economista que trabalhou a idéia de sentido da colonização e, a partir desse princípio norteador da análise, procurou desvendar os entraves que se apresentaram ao desenvolvimento econômico brasileiro desde os primórdios de sua formação. Outro importante autor a se valer da perspectiva pradiana foi Fernando Novais, que se preocupou em sua tese de doutoramento — *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*[79] (defendida em 1973 e publicada em 1979) — em desvendar a política econômica da metrópole portuguesa em relação à sua principal colônia na época de crise das estruturas que representavam o sentido da colonização já indicado por Caio Prado.

Tais obras, como veremos adiante em detalhes, sustentam a idéia de que o desenvolvimento da economia colonial está intimamente ligado às transformações da economia européia e das necessidades por ela criadas. Daí se falar em uma economia primário-exportadora, ou seja, cujo setor dinâmico encontra-se em atividades ligadas ao extrativismo ou à agropecuária e que pretende atender a demandas geradas no exterior, no território metropolitano. Toda a análise se norteia por esse princípio, a fim de buscar uma compreensão total dos fenômenos históricos.

Os trabalhos dessa linha interpretativa ganham durante muito tempo um amplo espaço no meio acadêmico e político. Contudo, outros autores acabam por se contrapor a algumas de suas idéias, entre os quais se destacam Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender durante as décadas de 1970 e 1980. Segundo a crítica desses autores, a idéia de sentido da colonização abriu a possibilidade para uma série de estudos sobre a história do período colonial, contudo desde uma perspectiva unilateral. As relações mais significativas estariam apenas no eixo externo, entre metrópole e colônia. Tal enfoque apenas poderia

[79] Fernando NOVAIS. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hucitec, 2006.

reservar um papel muito tímido, senão insignificante, às determinações internas, o que empobreceria a análise sobre o período.

Assim sendo, a obra de Gorender — principalmente *O Escravismo Colonial* cuja primeira edição é de 1978[80] — e os trabalhos de Cardoso sobre a brecha camponesa e as possibilidades do escravo no interior da economia de plantation[81] são uma crítica às interpretações alicerçadas sobre a idéia de sentido da colonização, ao mesmo tempo que representam propostas para novos enfoques e pesquisas sobre o período colonial. Os trabalhos de Gorender e Cardoso buscaram, portanto, superar os limites impostos pela visão unilateral presente na idéia de sentido da colonização por meio do estudo das determinações internas presentes na estrutura da economia colonial na América portuguesa. Apoiados em uma leitura marxista[82], os dois autores procuraram demonstrar as singularidades do modo de produção fundado nas colônias, daí podermos falar que suas contribuições podem ser agrupadas sob a terminologia "modo de produção independente". Contudo, seria ilusório pensar que entre esses autores existiu plena concordância a respeito de quais seriam os mecanismos internos de funcionamento da economia colonial. Conforme veremos a seguir, existiam divergências quanto às suas formulações, questões essas que nem sempre encontraram uma solução de consenso por parte desses pesquisadores.

Isto posto, está apontado o quadro geral em que ocorre esse primeiro momento de debate a respeito da economia colonial na América portuguesa. A seguir são tratados em maiores detalhes os trabalhos dos diversos autores citados anteriormente. O objetivo é expor a controvérsia com maior grau de detalhamento e assim apresentar claramente quais questões animam as discordâncias apresentadas pelos diversos autores. Apenas a partir

---

[80] A obra de Jacob Gorender, O Escravismo Colonial foi terminada em 1976, mas publicada em 1978. Após a controvérsia gerada pelo trabalho, que suscitou um amplo debate com outros autores, Gorender decidiu revisar e ampliar a obra em 1985. Utilizamos em nosso trabalho o livro de 1985, Jacob GORENDER *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

[81] Ciro CARDOSO. As concepções acerca do "sistema econômico mundial" e do "antigo sistema colonial"; a preocupação obsessiva com a "extração de excedente". In: José LAPA. (Org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1980, p. 109-132. Idem. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1979. Ciro CARDOSO. (Org.) *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

[82] Em sua dissertação de mestrado, Carlos Vieira trabalha o tema das interpretações sobre a economia colonial de inspiração marxista, dentre as quais salienta Gorender e Cardoso. Carlos VIEIRA. *Interpretações da colônia*: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista. Campinas: Instituto de Economia (Dissertação de mestrado), 2004.

dessa primeira fase do debate se poderá realmente nuançar a importância da discussão contemporânea, exposta na segunda seção deste capítulo.

2.1.1 – O sentido da colonização

Conforme exposto anteriormente, a principal idéia que norteia este grupo de autores se refere ao sentido da colonização, ou seja, que o desenvolvimento da economia colonial na América portuguesa está intimamente ligado às transformações da economia européia e das necessidades por ela criadas.

Contudo, não é legítimo assumir que Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais — autores por nós considerados os mais relevantes dessa linha interpretativa — adotem a mesma posição quanto ao processo de gênese e desenvolvimento da economia colonial. Embora compartilhem de um marco comum, suas idéias necessitam ser apresentadas em separado para que possam ser melhor apreciadas. Por outro lado, igualmente equivocado seria procurar entre eles uma ruptura fundamental que impedisse a classificação que nós proposta.

Assim sendo, ainda que cada autor apresente contribuições próprias ou mesmo apesar de possíveis divergências entre eles, o núcleo fundamental de suas visões a respeito da economia colonial está centrado na idéia de sentido da colonização. Por trás de tal concepção, desvendam-se alguns pressupostos.

O primeiro deles é de que o desenvolvimento do capitalismo deve ser considerado enquanto movimento único, total. Não é possível apreender o movimento de qualquer uma das partes sem proceder à devida articulação com o todo. Assim sendo, não é possível falar de colonização na época moderna sem pensar no papel que ela desempenhou para o desenvolvimento do capitalismo europeu, bem como é impossível negligenciar que este papel específico reservado às regiões coloniais impôs, em larga medida, determinadas estruturas à economia e à sociedade dessas regiões. O segundo de que, apesar de variações conjunturais, o desenvolvimento da economia colonial pode ser enxergado como um processo de transformação e esgotamento de uma dada estrutura histórica. O referido processo, no entanto, apresenta um lento e complexo desenrolar, que não obedece a qualquer linearidade, embora, *a posteriori*, seja possível lhe conferir um certo sentido, ou

seja, extrair dos inumeráveis acontecimentos a essência que explica seus movimentos singulares.

2.1.1.1 – Caio Prado Jr.

Nosso esforço de síntese sobre as diferentes visões sobre a economia colonial se inicia com as contribuições de Caio Prado Jr. A obra do autor é inovadora ao aplicar com pioneirismo o materialismo dialético[83] como metodologia para o estudo da formação da sociedade brasileira. A idéia central de Caio Prado, como veremos a seguir, inspirou uma série de outros trabalhos, passando a interpretar a história do Brasil com base na idéia de "sentido da colonização", exposta nas páginas iniciais de Formação do Brasil Contemporâneo:

> "Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo 'sentido'. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada direção"[84]

O trecho acima ilustra idéias importantes. A noção de sentido é apenas assimilada quando a história é observada "à distância". O sentido não é um pressuposto da teorização proposta pelo historiador. Se assim fosse, estaria encerrada aí uma teleologia. Ele se expressa *a posteriori*, fruto da observação de uma certa continuidade, que sobrevive aos variados movimentos que a ação humana pode tomar. A idéia de sentido remonta à essência da formação da economia colonial, base sobre a qual se ergue a futura nação brasileira. É fruto de uma abordagem dialética da história. A esse respeito, as palavras de Novais ao comentar o encadeamento das idéias proposto por Caio Prado Jr. em Formação do Brasil Contemporâneo parecem bastante precisas:

---

[83] Para uma interessante discussão a respeito da utilização do materialismo histórico como método nas obras de diversos autores, entre eles Caio Prado Jr., ver Rodrigo TEIXEIRA. O capital como sujeito e o "sentido da colonização". In: *X Encontro Nacional de Economia Política*. Campinas, 2005.

[84] Caio PRADO JR. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 19.

> "(...) o seu travejamento dialético vai transparecendo: o 'sentido', isto é, a essência do fenômeno, explica as suas manifestações, ao mesmo tempo em que é explicado por elas. (...) É, em suma, essa categoria que explica os vários segmentos (dá-lhes 'sentido'), ao mesmo tempo que por eles se explica, isto é, a análise dos fenômenos vai enriquecendo e comprovando a categoria fundamental."[85]

Assim sendo, a natureza do conceito de sentido da colonização não guarda em si uma teleologia, mas sim o resultado de uma investigação cujo método de análise é o materialismo dialético. Por outro lado, exatamente por ser fruto de uma abordagem dialética, a idéia de sentido apenas pode ganhar contornos mais definidos se referida a uma determinada totalidade. Nesse sentido, Caio Prado Jr. inaugura uma perspectiva sistêmica do desenvolvimento da economia colonial. Ela apenas pode ser apreendida se seus elementos forem relacionados ao desenvolvimento da economia central à qual é subsidiária. Mais uma vez nos valeremos das palavras do autor:

> "Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos 'descobrimentos', articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores."[86]

Dessa forma, desde cedo na obra de Caio Prado Jr., mas de maneira mais contundente em Formação do Brasil Contemporâneo, a economia colonial se organiza de maneira dependente, submissa a interesses que lhe são exteriores. Daí a importância dada à contradição entre colônia e metrópole, da qual resulta a idéia de exploração colonial. A idéia de sentido nasce, portanto, da articulação entre o desenvolvimento da economia colonial e as transformações pelas quais passa o continente europeu nessa época. Assim sendo, a colonização ultramarina nas chamadas colônias de exploração durante a era moderna pode ser assim definida:

---

[85] Fernando NOVAIS. *Caio Prado Jr. na historiografia brasileira*..., p. 16.
[86] Caio PRADO JR. *Op. Cit*., p. 22.

> "No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes;"[87]

Isto posto, ao avançarmos o entendimento da obra do historiador, pode-se observar que a principal forma de contato entre os colônia e metrópole, entre explorado e explorador, é o comércio externo. Todavia, desde já se deve negar a perspectiva de um comércio livre, benéfico a ambas as partes, tal qual preconiza a tradição liberal. Ao contrário, o intercâmbio é organizado por meio da força, de um estatuto político que concede vantagens a um dos pólos da relação. O intercâmbio principal entre metrópole e colônia se dá por intermédio do capital comercial, que se comunica com as diferentes realidades e as articula: norteia a produção interna colonial, primordialmente voltada ao exterior e com fracas ligações entre seus dispersos núcleos, e a liga com o centro propulsor do próprio movimento de colonização na era moderna, ou seja, a economia européia. Nesse ínterim, a economia colonial brasileira se insere numa determinada divisão internacional do trabalho de maneira subordinada, sempre produzindo produtos primários para atender às demandas externas.

> "Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão,e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país."[88]

Partindo dessa linha de argumentação, Caio Prado Jr. observa que o sentido da colonização se expressa na formação da economia e da sociedade brasileiras pela reiteração de estruturas destinadas a atender às demandas externas. O comércio externo, ou melhor, a articulação entre a economia colonial brasileira e o centro dinâmico do capitalismo, aparece como fator explicativo primordial de "longa duração" para a gênese da sociedade brasileira.

---

[87] *Ibid*, p. 31.
[88] *Ibid*, p. 32.

Como reflexo dessa articulação com a economia externa, a colônia acaba desenvolvendo uma certa estrutura, condizente com sua posição subordinada. Apresentam-se basicamente dois setores na economia. Aquele setor voltado ao comércio externo, dinâmico e responsável pela geração da maior parte do excedente, e um outro voltado a atender às necessidades mais básicas da economia de *plantation*. Conforme observa o próprio Caio Prado:

> "Na agricultura colonial brasileira é preciso distinguir dois setores cujo caráter é inteiramente diverso. (...) De um lado, a grande lavoura, seja ela do açúcar, do algodão ou de alguns outros gêneros de menos importância, que se destinam todos ao comércio exterior. Doutro, a agricultura de 'subsistência', isto é, produtora de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno. (...) A grande lavoura representa o nervo da agricultura colonial; a produção dos gêneros de consumo interno — a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais — foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária." [89]

Como se vê, ao delimitar as atividades de exportação como as principais existentes na economia colonial e articular seu desenvolvimento com a idéia de sentido da colonização, o autor permitiu também uma interpretação a respeito dos demais setores que compunham a economia da época. Seu caráter é subsidiário, as unidades produtivas são relativamente autárquicas e, dessa forma, pouco espaço existe para o desenvolvimento de processos de acumulação interna. É também comum a absorção dos setores de abastecimento pelas grandes unidades produtoras voltadas à exportação. Dessa forma, se torna importantíssimo frisar que esse enfoque não implica negar o desenvolvimento dos setores voltados ao abastecimento interno. Ao contrário, permite formular a temática do amadurecimento desses setores dentro dos limites impostos pela lógica do sentido da colonização. Como se pode observar, o desenvolvimento dos setores de abastecimento (ou daqueles voltados ao restrito mercado interno) não foi impedido pela existência do sentido da colonização, mas foi por ele determinado ao ter de respeitar os limites impostos pela forma de articulação da economia colonial com o exterior.

Aliás, a partir da centralidade dos setores produtivos ligados ao comércio externo, pode-se entender a superação por Caio Prado Júnior da perspectiva de que o desenvolvimento da economia colonial se daria por um comportamento cíclico, fases em

---

[89] *Ibid*., p. 142. Também citado por Iraci COSTA. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior*. São Paulo, Cadernos NEHD-FEA/USP, 1995. p. 1-2.

que o produto principal da pauta de exportações perdura por algum período, contudo encontra limites à sua expansão e posteriormente entra em declínio[90]. Ao explicitar a existência de um sentido da colonização, Caio Prado permite observar que, apesar da sucessão de culturas como produto principal da pauta de exportações ao longo do tempo, a essência da história econômica da colônia não está na natureza diversa dos produtos exportados e nas variações conjunturais de seus mercados, mas sim na sua forma de articulação com a economia metropolitana, que acaba por impor limites ao seu próprio desenvolvimento. Não são os ciclos de produtos os determinantes estruturais da economia colonial; eles são apenas uma expressão da estrutura que lhe é subjacente.

Assim ficam expostos alguns dos elementos principais que compõem as contribuições de Caio Prado para o estudo da economia colonial na América portuguesa. Ao fazê-lo, cremos ter caminhado para apresentar algumas categorias básicas para avançar a discussão. Longe de encerrar o tema, a intenção se torna encaminhar o trabalho para futuras questões. Sabemos que foi grande a contribuição de Caio Prado Jr. para a historiografia sobre a economia colonial no Brasil. A partir de um interessante arranjo interpretativo, Prado Jr. foi capaz de lançar as bases para toda uma linha de pensadores subseqüentes, além de suscitar um debate permanente sobre a dinâmica básica dos fenômenos que animam a economia colonial na América portuguesa.

2.1.1.2 – Celso Furtado

Para se avaliar as contribuições de Celso Furtado para o debate sobre a colonização é imprescindível remeter essa avaliação a um panorama mais geral, ao ambiente intelectual em que suas principais idéias foram gestadas. A atuação do economista Celso Furtado se concentra principalmente no debate sobre a condução da política macroeconômica e nas alternativas para se superar o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, em específico o Brasil. Nesse sentido, uma compreensão

---

[90] A idéia dos ciclos da economia brasileira já havia sido formulada por Normano e desenvolvida também por Roberto Simonsen conforme apontam Ronaldo SANTOS. *O rascunho da nação*: formação, auge e ruptura da economia colonial. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1985, introdução, p. 1 e Jacob GORENDER. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, p. 2-3.

adequada da obra do autor torna necessária uma referência ao desenvolvimento do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Ao nos referirmos aos desenvolvimentos teóricos propostos pela CEPAL, que em larga medida se confundem com as principais idéias de Celso Furtado, estamos na verdade delimitando um certo conjunto de concepções sobre a realidade econômica vivenciada pelos países latino-americanos.

Contudo, não é objetivo deste trabalho a preocupação com o detalhamento das principais teses cepalinas. Para avançarmos nossos objetivos, basta nos determos em um conceito chave proposto pelos estudiosos da CEPAL: o valor dado à idéia de subdesenvolvimento. Na formulação desses estudiosos, em que Celso Furtado tem uma importância iniludível, "o subdesenvolvimento não é apenas uma etapa de um processo linear e evolucionista de crescimento pelo qual passarão as economias subdesenvolvidas até chegarem a economias capitalistas desenvolvidas. (...) O subdesenvolvimento é uma produção histórica do capitalismo (...)"[91]. Assim sendo, a idéia de subdesenvolvimento remonta a uma condição fruto de um processo histórico particular, circunscrito ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Trata-se, portanto, de uma resposta contundente a interpretações que tendem a abstrair a importância da história enquanto fator explicativo fundamental para se entender a evolução econômica de um determinado país ou região[92].

Outro importante aspecto da obra de Celso Furtado é seu enfoque teórico. Mais uma vez em consonância com os autores da CEPAL, suas interpretações se valem de conceitos utilizados em diversos paradigmas[93]. É possível encontrar referências a idéias keynesianas, marxistas e mesmo instrumentos de análise utilizados primordialmente pela economia neoclássica. Ao contrário dos outros autores a que fazemos referência nesta seção

---

[91] Francisco de OLIVEIRA. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: Reginaldo MORAES, Ricardo ANTUNES & Vera FERRANTE. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[92] Segundo Francisco de Oliveira, à época da formulação das principais teses da CEPAL, ao menos duas concepções conflitantes foram diretamente confrontadas por suas proposições. A primeira delas seria a teoria neoclássica, cujos pressupostos e mecanismos analíticos levam a um total desapego às diferenças históricas. A segunda linha seriam leituras dogmáticas e empobrecidas da obra de Marx, que sob o argumento de confrontar o pensamento burguês prevalecente, acabavam por também padecerem do mesmo equívoco. Ver *Ibid.*, p. 151-153.

[93] "Seu próprio campo teórico [da CEPAL] é muito eclético, e se constitui tomando empréstimos de vários campos teóricos, tanto do neoclassicismo quanto sobretudo do keynesianismo e mesmo do marxismo, mas os empréstimos são redefinidos em uma nova globalidade, que é inteiramente original." *Ibid*. p. 153. Para Francisco de Oliveira esse mesmo ecletismo representa uma das maiores fragilidades do pensamento cepalino em geral e de Furtado em particular, embora não invalide suas contribuições para a discussão sobre a economia latino-americana e brasileira. Ver *Ibid*., p. 166.

de nosso trabalho sobre o debate clássico a respeito da economia colonial, Furtado não corresponde a um estudioso com vínculos mais estreitos ao marxismo, fator esse que traz singularidades para sua participação na discussão. Adiante voltaremos a este aspecto de seu pensamento.

Podemos agora nos focar em sua contribuição a respeito da colonização na América portuguesa. Em *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado apresenta algumas de suas principais idéias sobre a formação econômico-social da nação brasileira. Para tanto, na parte inicial do texto, retoma a discussão sobre o processo de colonização do território pelos portugueses a fim de destacar algumas características desse movimento. Convém ressaltar dois aspectos dessa abordagem realizada por Furtado. Em primeiro lugar, a obra do autor a respeito do período colonial da história brasileira não é um dos componentes mais volumosos de sua obra, embora sua análise a respeito dessa época — e das características que ela deixou como herança aos territórios que vieram a formar o Brasil — seja um núcleo fundamental de sua reflexão. A maior parte de seus escritos vai tratar de debates relacionados às alternativas de políticas para a superação da condição de subdesenvolvimento enfrentada pelos países da América Latina. Em segundo lugar, embora esse aspecto não possa ser separado do primeiro, deve-se salientar que o objetivo de Furtado em Formação Econômica do Brasil era apresentar distintas fases do movimento de formação de uma economia industrial — baseada no trabalho assalariado — no Brasil. Nesse sentido, trata-se de um olhar retrospectivo para o passado, procurando os elementos que se encadearam para conduzir à situação atual. É fundamental observar neste ponto da argumentação que o trabalho de Celso Furtado é um trabalho de retrospectiva econômica e não de história econômica. Em Formação Econômica do Brasil, o autor está preocupado em apontar como uma série de dificuldades para o avanço econômico da nação brasileira já estavam dados bem antes de sua Independência política em 1822. Por ser essa sua preocupação, a modalidade de análise de Celso Furtado é distinta da de Prado Jr. e de Fernando Novais e privilegia os aspectos de continuidade dos fenômenos ligados à dinâmica econômica. Por isso é necessário advertir o leitor desse caráter peculiar do raciocínio de Furtado que, como dissemos, não tinha como preocupação principal mostrar os mecanismos de desgaste e os limites da estrutura subjacente à economia colonial, mas apenas desvendar aspectos de seu funcionamento que interessavam aos objetivos centrais

de seu estudo, ligados, como já ressaltamos, ao debate sobre a condução da política nacional nas décadas de 50 e 60 do século XX. Nas palavras do próprio Furtado: "Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos. (...)"[94].

Feitas essas ressalvas, podemos retomar a interpretação de Furtado a respeito da economia colonial. Se, como dissemos, seu marco teórico e metodológico é diverso em relação ao de autores como Caio Prado Jr. e Fernando Novais, suas conclusões, contudo, se aproximam das propostas por Caio Prado em diversos aspectos. Furtado retoma a noção de que a economia brasileira é primordialmente voltada ao exterior, produzindo produtos primários destinados à demanda da economia européia em expansão[95]. Nesse ponto acompanha de perto o caminho indicado por Prado Jr., ao mesmo tempo que se aproxima das idéias cepalinas a respeito da existência de um sistema econômico polarizado entre centro e periferia, em que as condições dadas pelo sistema impediam a redução das disparidades econômicas entre as regiões — senão as aprofundavam.

Para estruturar sua argumentação sobre a economia colonial brasileira, o raciocínio de Furtado está condicionado pela comparação entre a colonização portuguesa na América do Sul com o desenvolvimento de outras regiões, notadamente a América do Norte, que devido ao seu estatuto diferenciado — colônias de povoamento, puderam alcançar um grau igualmente diverso de desenvolvimento econômico[96]. Deve-se notar que a manifestação do sentido da colonização para as terras sob domínio das nações ibéricas leva à conformação de sociedades extremamente diferentes daquelas identificadas com as colônias de povoamento. Melhor dizendo, em sua análise, Furtado quer apontar os fatores cruciais que levaram a padrões de desenvolvimento econômico tão diferenciados. Além disso, ao apontar essas disparidades, é também interesse do autor revelar os caminhos para a

---

[94] Celso FURTADO. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2003, introdução, p. 14.

[95] "A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa." *Ibid*., p. 15. Essa frase, com a qual Celso Furtado abre Formação Econômica do Brasil, indica sua concordância com as idéias principais de Caio Prado Jr, sobretudo com a noção de sentido da colonização.

[96] "Para compreender o desenvolvimento dos EUA no período imediato à independência, é necessário ter em conta as peculiaridades dessa colônia (...). À época de sua independência, a população norte-americana era mais ou menos da magnitude da do Brasil. As diferenças sociais, entretanto, eram profundas, pois enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe de pequenos agricultores é um grupo de grandes comerciantes urbanos dominava o país." *Ibid.*, p. 101-102.

superação dos entraves existentes na economia brasileira, fruto em larga medida de estruturas já presentes na sociedade colonial sob domínio português. É sob esse ponto de vista, portanto, que o sentido da colonização se revela com maior força na obra de Celso Furtado. Como expressão do conjunto de características que levaram ao atraso da futura sociedade brasileira.

A partir dessa leitura, pode-se lançar luz sobre alguns elementos indicados por Celso Furtado em sua análise da economia colonial. Furtado concorda com Prado Jr. que existem dois setores básicos da economia: aquele voltado ao exterior e um segundo voltado à economia de subsistência. Concorda, ainda, que essa dicotomia econômica é fruto da inserção das colônias portuguesas no movimento de expansão comercial européia. É a partir desse quadro de inserção subordinada no sistema econômico mundial e da existência dessa polaridade no interior da economia que Furtado apresentará suas interpretações sobre as transformações sofridas pela economia colonial.

O setor exportador é aquele que comanda a atividade produtiva no interior da colônia. É ele quem atende aos pedidos vindos do exterior e, dessa forma, obtém recursos para eventuais importações. Detém acesso privilegiado aos recursos, seja através do comércio exterior, seja por meio do crédito. Abastece-se através da compra de mão-de-obra escrava, também fruto de transações com o exterior. Assim sendo, com a praticamente inesgotável fronteira de novas terras e o aumento da oferta de escravos, o fator crucial para se entender as flutuações na economia colonial se torna a procura externa.

> A economia escravista dependia, assim, em forma praticamente exclusiva, da procura externa. Se se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário. Esse processo, entretanto, não apresentava de nenhuma maneira as características catastróficas das crises econômicas.[97]

Do trecho acima deve-se destacar dois aspectos. O primeiro que reforça nossa interpretação de que, para Furtado, o setor externo era a principal força motriz da economia colonial, responsável por ditar as linhas mestras de sua dinâmica. Além disso, ao seu lado, aparece a produção para abastecimento interno, setor esse que acaba por amenizar os efeitos de retrações na procura externa sobre a economia colonial. A produção interna se

[97] *Ibid.*, p. 60.

compõe de pequenas propriedades próximas às grandes unidades exportadoras, ou mesmo de áreas reservadas no interior da *plantation* para a cultura de gêneros básicos. A essas atividades se destinam recursos ociosos — sobretudo a mão-de-obra escrava — quando a procura externa pelos produtos tropicais entra em declínio, o que evita o aprofundamento de crises econômicas advindas de quedas na demanda externa.

Nessas condições, a autonomia dos setores ligados ao mercado interno é bastante reduzida, com estreito horizonte para as trocas que não as ligadas ao circuito importação/exportação. Assim sendo, quando há uma alta dos preços externos do produto principal, as terras agricultáveis próximas ao litoral — que são aquelas que oferecem mínimas condições de transporte, bem como a maior parte possível da mão-de-obra disponível, são aproveitadas para a expansão da cultura do gênero exportável. Com a baixa elasticidade da oferta de gêneros alimentícios existentes, mesmo após a subseqüente elevação de seus preços, era comum a carestia, principalmente para os escravos e camadas pobres da população[98]. Novas inversões poderiam ser feitas pelo setor exportador para ampliar a oferta de seu produto. A expansão no setor exportador perdurava enquanto os preços dos produtos exportáveis se mantivessem elevados frente à concomitante elevação dos preços dos bens de subsistência, o que reitera a idéia de predominância do setor externo.

Por sua vez, a fase decadente dos preços externos tinha efeito reverso. A queda dos preços desestimulava o trabalho nos setores de exportação. A mão-de-obra escrava utilizada nesses trabalhos era então destinada a atividades de produção para consumo interno, já que não podia ser simplesmente dispensada, evitando-se o custo de sua manutenção. Esse quadro de estagnação permanecia enquanto durasse a fase de preços declinantes do principal produto de exportação. Ou a curva de preços se revertia ou um novo "produto-rei" emergia para lançar as bases de uma nova fase de prosperidade.

---

[98] A situação tornou-se ainda mais severa quanto a esse aspecto durante o ciclo aurífero. São comuns os alvarás régios determinando a obrigatoriedade de cultivo de gêneros para subsistência, quase sempre burlados pelos colonos. De maneira geral, a segurança alimentar nunca foi garantida em território colonial. Ver, por exemplo, Ciro CARDOSO. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 139.

Numa estrutura com essas características, Furtado irá ressaltar os entraves para a dinamização da economia colonial[99]. As trocas eram reduzidas e, por conseguinte, a circulação monetária era diminuta, embora isso não implicasse a existência de uma economia não monetária[100]. O consumo tornava-se pouco diversificado e dependente de conjunturas externas. A utilização de mão-de-obra escrava apresentava-se como conseqüência e condição necessária dessa situação de represamento do desenvolvimento das forças produtivas. Expressa-se, nesses termos, uma estrutura para a economia colonial que a subordina à dinâmica de mercados externos e que se encarrega de destinar a esses mercados um fluxo de renda resultante de sua exploração.

Assim sendo, para Furtado, a herança colonial é um dos componentes que explica o relativo atraso da economia brasileira no século XX ao impedir o afloramento de uma economia com amplo circuito mercantil — e, por conseguinte, com maior grau de especialização. Pesa ainda a predominância de setores ligados a interesses internos, que acabaram por reproduzir uma estrutura que engessava o processo de desenvolvimento econômico.

2.1.1.3 – Fernando Novais

Autor de *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, Novais retoma uma linha de análise bastante próxima à de Caio Prado Jr. Pretende desde cedo avançar

---

[99] Deve-se fazer referência ao fato de que, embora nossa intenção seja de apresentar em linhas gerais como ocorrem as flutuações na economia colonial, Furtado considera características próprias para diferentes fases do processo de colonização. Em Formação Econômica do Brasil, o autor primeiro analisa a agricultura canavieira e de suas atividades acessórias (Parte II), em seguida fala do complexo minerador (Parte III) e finalmente falará do algodão no Nordeste (Capítulo XVI) e da ascensão do café no período pós-Independência (Capítulo XIX). Em cada uma dessas etapas aparecem novos elementos que se agregam para uma melhor avaliação dos mecanismos de acumulação econômica.

[100] "É fácil compreender que, se a quase totalidade da renda monetária estava dada pelo valor das exportações, a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não-residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior. Pertencendo todos os fatores a um mesmo empresário, é evidente que o fluxo de renda se resumia na economia açucareira a simples operações contábeis, reais ou virtuais. Não significa isto que essa economia fosse de outra natureza que não monetária. Tendo cada fator um custo que se expressa monetariamente, e o mesmo ocorrendo com o produto final, o empresário deveria de alguma forma saber como combinar melhor os fatores para reduzir o custo de produção e maximizar sua renda real." *Ibid.*, p. 58.

com as formulações deste autor, de quem retoma a idéia de sentido da colonização[101]. Novais, assim como Caio Prado e Celso Furtado, entende que as relações entre metrópole e colônia exprimem uma condição desigual entre os dois pólos, em que um é explorado pelo outro, por meio das relações que ocorrem sob o regime de "exclusivo" metropolitano[102].

No entanto, a idéia de sentido tal qual formulada por Caio Prado, embora lance uma idéia importantíssima para a interpretação da colonização na Época Moderna, não esgota o conjunto de relações que esse movimento exprime. Para Novais, o caminho aberto pela perspectiva de Caio Prado Jr. deve ser avançado para uma melhor compreensão da natureza da colonização da era moderna:

> "Expansão comercial européia é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno. (...) Deste modo, a análise, embora centrada numa região [a América portuguesa], seria sempre a análise do movimento em seu conjunto, buscando permanentemente articular o geral e o particular. A colonização não apareceria apenas na sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva do capital mercantil no centro do sistema."[103]

Em sua tese, defendida em 1973 e publicada em 1979, parece-nos que o caminho percorrido por Novais é, em larga medida, tentar especificar qual o tipo de articulação entre o fenômeno da colonização e o desenvolvimento da economia capitalista européia. Já em um artigo publicado em 1967, Novais chama a atenção para a necessidade de interpretação do período colonial e de seu significado histórico. O autor reserva uma posição de destaque para a interpretação de Caio Prado Jr. em seu livro Formação do Brasil Contemporâneo. A partir de sua leitura da obra de Caio Prado Jr., toma como objetivo central estudar os

---

[101] "Caio Prado Jr. deu um passo, a meu ver fundamental, seguido por outros historiadores, ao tomar, como recorte do chamado período colonial da história brasileira, a colonização em seu conjunto. Não só a portuguesa. Mesmo que tenha tratado pouco deste assunto, ele o estuda como parte de um processo de colonização mais geral." Fernando NOVAIS. *Aproximações*: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosacnayfi, 2005, p. 356.

[102] "O chamado 'monopólio colonial', ou mais corretamente e usando um termo da própria época, o regime do 'exclusivo' metropolitano constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade européias em transição para o capitalismo integral." *Idem*. *Portugal e Brasil*..., p. 72. Deve-se notar pelo trecho que o uso de aspas na palavra exclusivo já conotava a existência de relações que escapavam a essa dominação formal das metrópoles sobre suas respectivas colônias. O contrabando era prática freqüente na realidade colonial. "As tensões da concorrência, a luta das potências, o contrabando, eram processos que operavam dentro do sistema básico, não negavam o sistema". *Ibid.*, p. 88. Ver também *Ibid*., p. 91-92 e p. 174-198.

[103] *Idem*, *Caio Prado Jr. na historiografia brasileira*..., p. 20.

conceitos de "colonização" e "Sistema Colonial" a fim de "indicar em que linha a utilização dessas categorias se torna fértil para a compreensão do nosso passado colonial."[104]

Com esse objetivo formulado pelo próprio autor em mente, podemos então apresentar as idéias de Novais. Comecemos pela idéia de colonização. Segundo o autor, algumas conceituações de ramos da ciência do homem tendem a enxergar a colonização de uma maneira genérica, como os processos que envolvem a ocupação e organização de atividades econômicas em um novo território. Todavia, a colonização da época moderna não pode ser entendida apenas como uma forma de ocupação e valorização (*mise em valuer*) de novas áreas, uma vez que se trata de uma forma superior, orientada pelo Estado moderno. Deve-se considerar o momento em que o processo se insere para dele extrair sua especificidade. Dessa forma, Novais delimita o âmbito de seu estudo sobre o fenômeno da colonização:

> "(...) na colonização da época mercantilista, a ocupação e a valorização de novas áreas — a europeização do Novo Mundo — se processa nos quadros do "Sistema Colonial" que informa todo o movimento. (...) Há, portanto, uma forma específica de ocupação e valorização de novas áreas dentro do capitalismo comercial e da política mercantilista; ou, noutros termos, a 'colonização' assume a forma predominantemente mercantilista na época que media entre os Grandes Descobrimentos e a Revolução Industrial. (...) Sintetizando, para retomarmos mais adiante, o Brasil nessa perspectiva apresenta-se como produto da colonização européia e parte integrante do Antigo Sistema Colonial."[105]

Portanto, reside na idéia de Antigo Sistema Colonial todo um conjunto de relações que tentam especificar o período estudado pelo historiador. Trata-se de uma estrutura mais geral, subjacente a todos os processos de colonização ocorridos na América durante a Era Moderna e que se articula ao movimento de transformação ocorrido no continente europeu nessa mesma época.

A pesquisa de Novais, no entanto, não se encerra nessa etapa. A partir dessa conceitualização mais geral, Novais irá delimitar um tema específico para estudo: a política econômica portuguesa em relação ao Brasil no quadro da crise do Antigo Sistema Colonial[106].

---

[104] *Idem. Aproximações...*, p. 24.

[105] *Ibid*, p. 27.

[106] *Idem. Portugal e Brasil...*, p. 5-6. Ver também *Idem*, *Aproximações...*, p. 348-349.

Com tal objetivo, seu primeiro passo é caracterizar a sociedade européia do Antigo Regime, ambiente que impulsiona e conforma a colonização. Nos termos do autor, "absolutismo, sociedade de 'Estados', capitalismo comercial, política mercantilista são, portanto, partes de um todo, interagem reversivamente neste complexo que se poderia denominar, mantendo um termo da tradição, *Antigo Regime.*"[107]

Isto posto, pode Novais retomar a idéia de sentido da colonização, mas desta vez referida a um determinado processo histórico: o processo de acumulação primitiva de capitais no continente europeu.

> "Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime (...), a colonização da Época Moderna revela em seus traços essenciais seu caráter mercantil e capitalista; queremos dizer, os empreendimentos colonizadores promovem-se e realizam-se com vistas, sim, ao mercado europeu, mas, tendo em consideração a etapa em que isto se dá, a economia européia assimila esses estímulos coloniais acelerando a acumulação primitiva por parte da burguesia comercial. A aceleração da acumulação primitiva configura, pois, o sentido último da colonização moderna." [108]

Reside na articulação entre o fenômeno da colonização e a crise do Antigo Regime/Desenvolvimento do capitalismo na Europa um dos aspectos fundamentais da contribuição de Novais para o debate sobre a gênese e desenvolvimento da economia colonial. Sua interpretação a respeito do desenvolvimento da economia colonial está, portanto, submetida a esse quadro mais geral que conforma o estudo de fenômenos particulares ligados ao processo de colonização.

Sob esta luz, é possível ao autor explicitar características principais da economia colonial. Além de sua vinculação com o desenvolvimento da economia européia em direção ao capitalismo, surgem algumas determinações a respeito da organização interna da colônia. Por exemplo, já se tornaram célebres suas proposições a respeito do papel desempenhado pelo tráfico negreiro no funcionamento da economia colonial. Ele não representa apenas a oferta de mão-de-obra para a economia de plantation, é também um ramo lucrativo do comércio metropolitano. Ao se olhar para as determinações presentes no Antigo Sistema Colonial, o significado da escolha e manutenção da escravidão africana e do tráfico negreiro ganha novo sentido:

---

[107] *Idem. Aproximações...*, p. 37.
[108] *Ibid,* p. 40.

> "(...) ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. (...) Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário."[109]

De igual maneira, o desenvolvimento da economia colonial, do ponto de vista de sua diversificação, também é mediado por momentos distintos do processo de colonização. A política lusitana para sua colônia na América apresenta variações importantes de acordo com as determinações mais gerais presentes no Antigo Sistema Colonial. Na época da crise do sistema, quando o estatuto colonial e seus mecanismos de funcionamento deixam de responder às necessidades do processo de formação do capitalismo em direção à sua fase industrial, a formulação de políticas para as possessões ultramarinas por parte da coroa portuguesa ganha características próprias, em direção a um reformismo ilustrado[110]. Em conjunturas distintas, a mesma coroa iria, ao contrário, reforçar os mecanismos de controle sobre a colônia e mesmo impedir a diversificação de atividades para, ao mesmo tempo, impedir o desvio de recursos da cultura de exportação para outros setores e evitar concorrência local para produtos metropolitanos.

Do exposto se pode observar como a idéia de sentido da colonização se expressa na obra de Fernando Novais não somente na articulação entre a colonização portuguesa na América do Sul e a acumulação primitiva de capitais na Europa, mas também como fator determinante para se entender os movimentos internos da economia colonial. Trata-se de uma interpretação total do fenômeno da colonização, em que o nível abstrato das estruturas se concatena com os acontecimentos para uma visão profunda do processo estudado. Assim sendo, a transposição do conceito de Antigo Sistema Colonial à realidade concreta sem as devidas mediações pode levar a imputar ao modelo uma série de deficiências que, em verdade, ele não apresenta. As críticas a Novais, bem como a outros autores do sentido da

---

[109] *Idem*, *Portugal e Brasil*..., p. 105.

[110] "É dentro desse quadro de condicionamentos, e somente nele, que se pode entender a formulação de política ilustrada reformista, que visava integrar o desenvolvimento metropolitano e colonial (sem romper o sistema); é por aí que podemos compreender nesta última etapa da colônia, o caráter de abrandamento do exclusivo e de incentivo da produção colonial, combinado com uma política manufatureira e de reforma da metrópole (...)". *Ibid.*, p. 236. Para maiores detalhes sobre os elementos fundamentais envolvidos na formulação da política econômica portuguesa para suas colônias na época da crise do Antigo Sistema Colonial, ver o capítulo IV dessa mesma obra.

colonização, e uma discussão a respeito de sua pertinência serão apresentadas ao longo do trabalho, em momento oportuno.

2.1.2 – O modo de produção colonial

A linha interpretativa que convencionamos chamar sentido da colonização foi exposta na seção precedente com base nas obras de Caio Prado, Furtado e Novais. Na nossa perspectiva, há entre as contribuições desses autores uma continuidade em que determinadas características ficam evidentes. Não há dúvidas quanto ao caráter seminal dessas publicações. São obras de inquestionável relevância pela qualidade de suas pesquisas e pela proficuidade de seus enfoques. Entretanto, seu maior mérito está em articular um novo eixo de debate para a economia colonial.

A publicação e divulgação desses trabalhos lança uma série de questões secundárias que foram cobertas por pesquisas individuais, sobretudo nas Universidades. Seu arcabouço analítico e metodológico foi, portanto, utilizado por uma série de outros estudiosos em suas pesquisas, o que constitui a própria formação de uma determinada linha historiográfica[111]. No entanto, à proporção que a linha interpretativa do sentido da colonização ganhou espaço entre os leitores e pesquisadores do tema da história da colonização portuguesa na América do Sul, por outro lado surgiram também críticas a algumas de suas propostas.

Conforme já observamos, para os limites a que nos propomos neste trabalho, há dois períodos distintos acerca do debate sobre a economia colonial. Num primeiro momento, apresentaremos discordâncias que partem da análise de um grupo de autores que procurou questionar as idéias do sentido da colonização a partir da investigação de determinações internas para o desenvolvimento da economia colonial. Segundo tal perspectiva, os autores do sentido da colonização teriam deslocado as principais determinações que regiam a economia colonial para o exterior, o que tornava viciadas suas análises sobre os movimentos históricos. Por sua vez, estes autores crêem que as determinações internas — responsáveis pela dinâmica da economia colonial — seriam

---

[111] José Jobson ARRUDA & José Manuel TENGARRINHA. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*..., p. 82-87. Fernando NOVAIS. *Aproximações*..., p. 371.

resultado da formação de uma estrutura própria nos territórios portugueses na América do Sul, a qual não é um mero reflexo das estruturas européias.

As singularidades das relações de produção expressas nos domínios coloniais seriam de tal ordem que os autores apontam a existência de modos de produção próprios à realidade colonial. Nas seções seguintes, trabalharemos a perspectiva de dois deles: Jacob Gorender e Ciro Cardoso, com o objetivo de clarificar as características dessa interpretação sobre a gênese e desenvolvimento da economia colonial.

Isso, contudo, não esgota nossas pretensões. Apesar de compartilharem suas críticas a respeito das características centrais das interpretações propostas pelos autores do sentido da colonização, entre Gorender e Cardoso há também divergências sobre alguns elementos que compunham a economia colonial, sobretudo a respeito da questão do escravismo. Retomaremos esse debate logo à frente, pois ele é um componente fundamental que nos permitirá adiante estabelecer uma síntese a respeito da importância dessa discussão clássica para a interpretação do passado colonial da nação brasileira.

2.1.2.1 – Jacob Gorender

Jacob Gorender não foi um intelectual formado na academia. Iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de Salvador, mas os interrompeu em 1943, um ano após ter ingressado na militância política[112]. É através dos debates encontrados no espaço político que Gorender irá encaminhar sua discussão a respeito do caráter da economia colonial anterior à formação do Brasil independente.

Em 1953, é eleito membro suplente do comitê central do PCB. A ocupação de tal cargo lhe permitiu participar de um curso na União Soviética, cujo objetivo era a formação de quadros para o Partido Comunista da União Soviética já sob o domínio de Stálin. Gorender se encontrava em território soviético — próximo a Moscou — quando os relatos de Kruschev a respeito da política stalinista começaram a circular. Devido à grande convulsão gerada no momento, foi reenviado ao Brasil.

---

[112] Mário MAESTRI. O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 35, abr. 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Último acesso em 16 jan. 2008.

De volta, deparou-se com os encaminhamentos propostos pela direção do PCB com base nas orientações da Internacional Comunista. Segundo tal visão, o Brasil era um país de caráter "semicolonial e semifeudal", em que a burguesia não havia, portanto, assumido o poder. A partir de suas discordâncias com essas teses e com as políticas resultantes dessa visão a respeito da realidade e história brasileiras[113], Gorender decide caminhar para uma nova interpretação sobre o passado colonial da nação.

Como já dissemos, sua divergência primeira surge em relação aos estudiosos que entendiam a economia colonial como fruto de uma mescla de características de vários modos de produção, mas principalmente com elementos do escravismo e do feudalismo. Poderiam ser citados Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães como autores importantes dessa perspectiva[114].

Por outro lado, Gorender está também preocupado em problematizar as interpretações que pretendem vincular o desenvolvimento da economia colonial a fatores externos ao seu próprio território. Segundo ele, esta seria também uma visão passível de críticas, pois destinava ao exterior o conjunto de determinações que regiam a economia colonial.

Gorender abre sua obra principal *O Escravismo Colonial*[115] com uma série de reflexões sobre as interpretações acerca da economia colonial. Sua insatisfação se resume com duas linhas básicas de argumentação. A primeira delas, diz Gorender, tenta apresentar um modo de produção específico à economia colonial através de estudos com perspectivas equivocadas, o que, ao fim, acabou represando o desenvolvimento de estudos com base na categoria de modo de produção. Gorender faz referência a dois enganos básicos relacionados a essa primeira linha argumentativa. O primeiro se relaciona com autores que transpuseram características do escravismo antigo para o estudo do escravismo colonial (escravismo caseiro). O segundo ocorre com autores que tentaram deduzir o modo de

---

[113] Ao defender o caráter semicolonial e semifeudal da economia brasileira, a direção do PCB advogava uma união com a "burguesia progressista", cujo objetivo central seria destituir os grupos aristocráticos e permitir o avanço de relações propriamente capitalistas no Brasil. *Ibid*., p. 1. Há ainda outros episódios em que Gorender manifesta suas discordâncias em relação às concepções do partido. Finalmente, em 1968, participa da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

[114] Carlos VIEIRA. *Interpretações da colônia*: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista. (Dissertação de Mestrado) Campinas: Instituto de Economia, 2004, p. 121-136.

[115] Rever nota 80, que esclarece as transformações pelas quais passou a obra ao longo de suas várias edições.

produção colonial a partir de uma mescla entre características do modo de produção feudal e aquele das sociedades pré-colombianas[116].

Por sua vez, a segunda linha argumentativa erra ao resumir o funcionamento da economia colonial como resultado da dinâmica do mercado externo, sobrepondo a esfera da circulação às relações de produção. Como se vê, em larga medida, Gorender retoma os dois grupos que já havíamos destacado como os principais interlocutores da obra de Gorender, ou seja, os intérpretes que afirmavam a colônia como uma sociedade feudal-escravista e os autores do sentido da colonização.

O debate de Gorender acaba se concentrando com a segunda linha interpretativa por ele mencionada, na qual ele destaca as contribuições de Caio Prado Jr. e Fernando Novais.

> "Focalizando agora a linha de interpretação, que se concentrou no mercado e dele fez a chave explicativa da economia colonial, constatamos um resultado invariável desse procedimento metodológico: a sobreposição da esfera da circulação às relações de produção."[117]

Eis uma das principais críticas de Gorender à idéia de Antigo Sistema Colonial e à noção de sentido da colonização. Em seu raciocínio, ao se estudar o modo de produção colonial, o ponto de partida deveria ser, tal qual propõe Marx, a esfera da produção e não a circulação. Gorender assume, portanto, que o sentido da colonização carrega em si o germe de uma interpretação circulacionista da evolução da economia colonial, esvaziando-a de movimentos próprios. Quanto à idéia de Antigo Sistema Colonial, Gorender entende que a mesma impede a apreensão da lógica interna de funcionamento da economia colonial, uma vez que, assumida a idéia de Sistema Colonial, é impossível pensar em desenvolvimento autônomo frente ao exterior.

Apontadas as dificuldades expostas por Gorender, resta indagar qual a alternativa criada pelo autor para a compreensão da economia colonial. Se o modo de produção colonial não pode ser apreendido adequadamente por suas conexões com o exterior, há de se procurar as suas determinações fundamentais em suas características internas.

---

[116] Jacob GORENDER. *O escravismo colonial*, p. 4-6 e p. 39-41.
[117] *Ibid*, p. 6.

> "A desobstrução metodológica impõe a inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro (tanto a partir da família patriarcal ou do regime jurídico da terra, quanto a partir do mercado ou do sistema colonial). A inversão do enfoque é que permitirá correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação específica."[118]

Segue-se, portanto, a necessidade de buscar os elementos que conformariam o modo de produção escravista colonial. A intenção de Gorender é demonstrar que se trata de um modo de produção *sui generis*, capaz de determinar a dinâmica e as características estruturais da economia e da sociedade colonial.

> "(...) O estudo da estrutura e da dinâmica do modo de produção escravista colonial (...) demonstrará o que desde logo vem afirmado, ou seja, que se tratou de um modo de produção historicamente novo, pois a outra conclusão não cabe chegar se este estudo puser em relevo leis específicas distintas de outros modos de produção."[119]

A partir desse enfoque, Gorender irá defender a existência do modo de produção escravista colonial. Tal modo de produção, conforme explicita o autor, deriva da relação de produção escravista, em que o produtor direto está diretamente subordinado a outro homem, privado dos meios de produção e de sua própria liberdade. A força dessa relação de produção molda a estrutura social. A essa estrutura se refere uma determinada organização fundiária, de distribuição de renda, até mesmo uma determinada estrutura demográfica — com predominância de indivíduos do sexo masculino.

Consideradas essas características da sociedade, é possível pensar nas leis de funcionamento do modo de produção escravista colonial[120]. Observe-se que tais leis são deduzidas das categorias fundamentais presentes no modo de produção escravista colonial: a relação de produção escravista e a forma de plantagem[121] assumida pela produção.

Gorender assume que, para falar das leis que regem a dinâmica de um determinado modo de produção, deve-se primeiro estabelecer uma diferenciação fundamental entre elas. Em primeiro lugar, há que se considerar que existem leis de funcionamento presentes em

---

[118] *Ibid*, p. 7.
[119] *Ibid*, p. 40-41.
[120] Descritos na terceira parte do livro de Jacob GORENDER, *op. cit*, p. 145-370.
[121] Expressão utilizada por Gorender, a nosso ver, para se referir à *plantation* escravista. Nesta parte do texto manteremos esta nomenclatura.

todos os modos de produção, ou melhor, leis onimodais. "Tal é, em primeiro lugar, a lei da correspondência determinante entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas".[122] Além delas existiriam ainda duas outras categorias de leis. A primeira delas seriam as leis denominadas "plurimodais", "uma vez que sua vigência não se verifica em todos os modos de produção, mas apenas em mais de um deles. Tal é a lei do valor, que rege as relações mercantis em vários modos de produção"[123]. Por fim, as leis importantes para o entendimento do modo de produção escravista colonial são representadas pelas "monomodais", ou seja, os mecanismos que o tornam específico, presentes apenas em seu funcionamento e, portanto, não se manifestam em nenhum outro modo de produção. Leis essas "cuja vigência é exclusiva de um único modo de produção. É o caso, entre outras, das leis da mais-valia, da formação da taxa média de lucro, exclusivas do modo de produção capitalista. As leis do modo de produção escravista colonial são, ao mesmo título, monomodais ou específicas."[124]

Seriam cinco as principais "leis monomodais" do modo de produção escravista colonial: lei da renda monetária, lei da inversão inicial da aquisição do trabalhador escravizado, leis da rigidez da mão de obra escravizada, lei da correlação entre economia mercantil e economia natural na plantagem escravista e lei da população escravizada.

A lei da renda monetária atesta que o excedente econômico produzido pelo escravo e apropriado pelo seu senhor se expressa sob forma monetária. Essa lei permite, exatamente por ser uma lei monomodal, distinguir o escravismo antigo — chamado por alguns autores de escravismo doméstico ou patriarcal — da escravidão na era moderna. O escravismo antigo "desenvolveu-se como forma peculiar da economia natural, como conjunto de unidades produtoras de auto-subsistência. Sua produção consistia predominantemente em bens de uso, uma parte dos quais permutada por outros bens de uso no processo de escambo."[125] Portanto, o trabalho escravo não era, em geral, fator gerador de um fluxo monetário. Por sua vez, o escravismo colonial na era moderna produz um fluxo monetário, que é expressão da exploração do trabalho dos cativos pelos senhores. A formação desse fluxo monetário é reflexo da própria atividade do modo de produção e

---

[122] *Ibid.*, p. 152.
[123] *Ibid.*, p. 152.
[124] *Ibid.*, p. 152
[125] *Ibid.*, p. 157.

apenas é possível devido à vinculação do modo de produção escravista colonial ao exterior, visto que o mercado interno é demasiadamente reduzido. "Estavam criadas as condições objetivas para que o escravismo mercantil assumisse a única forma em que pode desenvolver-se com amplitude: a forma de escravismo colonial, isto é, de um modo de produção dependente do mercado metropolitano."[126]

A segunda lei se intitula "lei da inversão inicial de aquisição do escravo". Segundo o raciocínio de Gorender, o escravo representa um significativo investimento inicial na produção. No entanto, ao contrário do que acontece com máquinas, por exemplo, o escravo não pode ser considerado capital fixo do empreendimento. Ele é o próprio agente subjetivo do processo de trabalho. A produção no modo de produção escravista colonial não se realiza sem seu esforço. Assim sendo, o que ocorre é que o senhor é obrigado a um adiantamento de recursos que deverão ser reembolsados com a utilização da própria mão-de-obra escrava, ou melhor, parte do excedente econômico produzido pelo escravo e repassado ao senhor sob forma monetária representa apenas o reembolso do capital investido anteriormente.

Essa lei cria uma contradição latente ao modo de produção escravista colonial. Toda a produção está assentada na exploração do trabalho cativo. Contudo, ao senhor não é prudente extenuar seus escravos, pois eles representam uma parcela — a maior delas — de seus cabedais. Para aumentar a lucratividade de seus negócios o impulso do senhor é intensificar ao máximo a exploração da mão-de-obra, de maneira a encurtar o prazo requerido para a recomposição da quantia inicialmente investida. Paradoxalmente, a intensificação e extensão da jornada de trabalho e a exposição dos escravos a condições extremamente insalubres é uma ameaça potencial ao investimento sob forma de escravos, pois pode significar seu extermínio antes mesmo de reposto o custo inicial.

Isto posto, podemos avançar à lei da rigidez da mão-de-obra escrava. Segundo Gorender, por rigidez da mão-de-obra escrava se deve entender:

> "(...) a quantidade de braços de um plantel permanece inalterada apesar das variações da quantidade de trabalho exigida pelas diferentes fases estacionais ou conjunturais da produção. Relacionados assimetricamente como proprietário e

[126] Ibid., p. 163.

> propriedade, senhor e escravo ficam atados um ao outro: se o escravo não se liberta do senhor, tampouco este se desfaz do escravo."[127]

O aspecto da rigidez da mão-de-obra escrava impõe características à dinâmica do modo de produção escravista colonial. Não é possível adaptar a quantidade de trabalho necessário ao desempenho de determinada atividade de acordo com suas sazonalidades. O dimensionamento do plantel dependia do número de trabalhadores necessários para o produto principal de uma determinada área no momento do pico de atividade. Durante o resto do ano, a mão-de-obra era destinada a atividades subsidiárias dentro da própria plantagem, a depender de características específicas do momento e local.

Aliás, esse último ponto nos lança à quarta lei do modo de produção escravista colonial referente à correlação entre a economia mercantil e a economia natural na plantagem escravista. Em verdade, trata-se de uma nova aproximação ao caráter bissegmentado da agricultura de exportação que dominou a economia colonial na América portuguesa. Vieira trata de maneira bastante meritória o tema:

> "A este caráter relativamente dependente de nexos externos do modo de produção escravista vincula-se outra dimensão da economia colonial, já discutida por Caio Prado. Trata-se das relações entre os espaços destinados à produção para o mercado mundial e para a subsistência das plantagens, ou seja, mercantil e natural, aqui elevada à posição de lei do modo de produção. (...) Por um lado a economia natural está estreitamente vinculada ao espaço mercantil e constitui sua necessidade estrutural. Por outro, estabelece com ele uma relação tensa. Pois a produção orientada para os mercados externos tende a sufocar os espaços da economia natural, ou seja, de sua própria subsistência. Assim, como vimos, justamente os períodos de expansão da produção mercantil coincidem com os períodos de miséria e carestia. Analogamente, o setor subsidiário será a retaguarda da economia colonial nos períodos de baixa produção e permitirá que a plantagem escravista sobreviva a crises relativamente prolongadas. O setor da economia natural constitui-se como espaço dependente do setor mercantil e seus movimentos apresentam-se em sentido inverso em relação a este (...)"[128]

Por fim, resta caracterizar a "lei da população escrava". As condições para a reprodução da população escrava na economia colonial, ao menos na América portuguesa, parecem ter sido precárias. Não havia tratamento adequado aos trabalhadores — habitações com condições mínimas de higiene e conforto, tempo livre para descanso e lazer, alimentação escassa em determinados períodos. Ademais, a própria natureza das atividades

---

[127] *Ibid*., p. 210.
[128] Carlos VIEIRA. *Op. cit*., p. 157.

presentes na agricultura de exportação e, posteriormente, nas áreas mineradoras não permitia um equilíbrio entre a parcela feminina e masculina da população — com maioria destes. Assim sendo, nas palavras de Gorender:

> "Com relação ao modo de produção escravista colonial, se considerarmos uma população escrava de dimensões dadas, verificaremos que (...) o mecanismo econômico age tendencialmente no sentido da diminuição absoluta da população escrava e da criação de sua escassez."[129]

Deve-se notar no trecho acima que novamente Gorender vincula a reprodução da economia colonial, ou melhor, do modo de produção escravista colonial ao comércio exterior, visto que a dinâmica econômica desse modo de produção leva a uma escassez de mão-de-obra, mesmo em condições estacionárias. Se acrescermos as necessidades oriundas do crescimento das atividades, a demanda por escravos — setor do comércio externo colonial — toma ainda maior vulto.

Uma vez esboçadas as leis que regem o modo de produção escravista colonial, torna-se importante indicar que, na perspectiva indicada por Gorender, o desenvolvimento da economia colonial se dá em torno de tendências por ela mesma geradas. Na concepção do autor, tal idéia estaria em contradição e superaria as interpretações ligadas ao sentido da colonização.

Antes de terminarmos esta seção, achamos pertinente um adendo a respeito das idéias de Gorender. Para tanto, iremos utilizar algumas contribuições formuladas por Iraci da Costa e Julio Pires, autores que também buscam estudar a economia colonial sob o prisma do desenvolvimento de um modo de produção colonial, mas que chegam a conclusões diversas das de Gorender.

Pires e Costa consideram que realmente os modelos embasados no sentido da colonização subestimam os movimentos internos da economia colonial para o estudo de sua dinâmica[130]. Assim como Gorender, irão desvendar as especificidades da formação sócio-econômica nas colônias a partir de determinantes internos, mas chegarão a um resultado distinto.

---

[129] Jacob GORENDER. *Op. cit.*, p. 319.
[130] Ver, por exemplo, Costa, I. *Repensando o modelo interpretativo*...

Costa e Pires afirmam a existência de um capital mercantil-escravista, forma esta de capital já insinuada por Marx em sua obra, mas não desenvolvida[131].

> "A nosso ver, além das três acima arroladas [capital comercial, capital usurário ou de empréstimo e o capital industrial], Marx sugeriu uma quarta forma de existência do capital. Neste trabalho, como avançado, consideramos esta particular forma de capital, a qual denominamos escravista-mercantil, visando a estabelecer algumas de suas principais características."[132]

A partir de algumas passagens de Marx, os autores chegam à conclusão de que o escravismo produz também mais valia. A mais valia é a expressão da existência de um certo capital em processo de valorização. Daí se pode considerar a existência de uma forma específica de capital tal como assinalam os autores: o capital escravista-mercantil[133].

No que tange ao desenvolvimento de nosso trabalho até este ponto, cabe notar que Costa e Pires não vão entender que existe um modo de produção escravista colonial, visto que o capital escravista mercantil não é uma forma autônoma de existência do capital.

> (...) a forma capital escravista-mercantil não pode existir autônoma e independentemente, pois sua existência pressupõe, na antiguidade, o modo de produção escravista e, em passado mais recente, o modo de produção capitalista. Ademais, sua subsistência também revela-se condicionada e subordinada a tais modos de produção. Como no caso do capital comercial e do capital usurário estamos em face de uma forma de capital que não traz em si as condições de sua existência e de sua subsistência.[134]

A partir dessa conclusão, Pires e Costa negam a existência de um modo de produção alicerçado no capital escravista mercantil. Sua idéia é articular a existência do capital escravista mercantil a uma série de pressupostos e limites para sua expansão. Acabam por recorrer aos nexos entre a economia européia (centro consumidor dinâmico), o continente africano (fornecedor de mão-de-obra) e as áreas coloniais para compreender os limites da existência e influência desta forma de capital. Assim, o papel do capital comercial e do desenvolvimento do capitalismo na Europa acaba por ser retomado, embora

---

[131] Os autores alegam alguns motivos para o não-desenvolvimento por parte de Marx de uma conceitualização acerca dessa forma específica do capital, conforme Iraci COSTA & Júlio PIRES. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, Universidade de São Paulo - Instituto de Estudos Avançados, 14 (38):87-120, jan./abr. 2000. p. 4-5.
[132] *Ibid*, p. 1-2.
[133] *Ibid*.
[134] *Ibid*, p. 3-4.

os autores deixem claro que consideram a existência do capital escravista mercantil uma importante qualificação à interpretação do sentido da colonização[135].

Desse rápido comentário a respeito dos estudos conduzidos por Pires e Costa nota-se a divergência entre o raciocínio desses autores e Gorender. Ambos pretenderam interpretar a economia colonial a partir do enfoque em suas relações de produção. Todavia, pode-se observar que apareceram duas possibilidades à perspectiva do sentido da colonização. Se partimos de Gorender, podemos afirmar a formação de um modo de produção específico nas áreas coloniais — que conformaria as leis gerais de seu movimento. Se partimos para a interpretação de Costa e Pires, encontramos elementos novos na sociedade colonial (por exemplo, os fatores que permitiam a reprodução do capital escravista mercantil), mas nos deparamos com a necessidade de relativizá-los frente ao desenvolvimento dos fatores externos à colônia e da importância da articulação promovida pelo capital mercantil.

2.1.2.2 – Ciro Cardoso

Na seção anterior notamos como a perspectiva de interpretação da economia colonial sob o signo da formação de um modo de produção singular foi explorada por Gorender. Por sua vez, Costa e Pires adotaram o tema das especificidades da economia colonial sob um novo enfoque ao enfatizarem a existência de uma nova forma funcional do capital, o capital mercantil-escravista, cuja valorização obedece a determinações específicas. Apesar de suas discordâncias, notamos a ênfase que recai sobre as formas de valorização da riqueza no escravismo colonial (o ciclo do capital escravista-mercantil para Costa e Pires e os mecanismos de reprodução do modo de produção escravista colonial para Gorender).

No entanto, a discussão a respeito da formação de estruturas produtivas internas próprias não se esgota com as contribuições desses autores. A perspectiva de Ciro Cardoso se diferencia das anteriores. O autor irá apresentar a diversidade de formas que a produção assume no seio da economia colonial. Em sintonia com Gorender e Costa e Pires, as indagações de Cardoso marcam sua insatisfação com os modelos explicativos correntes,

[135] *Ibid*, p. 6-12.

sobretudo aqueles que destinam atenção especial ao papel do comércio externo para o desenvolvimento da sociedade colonial.

> "O dilema que com freqüência apresenta-se ao pesquisador interessado no estudo das sociedades surgidas na América Latina, em função da expansão comercial e colonizadora da Europa moderna, é fácil de entender. Por um lado, tais sociedades só adquirem pleno sentido se são abordadas como parte de um conjunto mais vasto, posto que surgem como anexos complementares da economia européia, e sob a dependência de núcleos metropolitanos que é preciso considerar para compreender a racionalidade da economia colonial. Por outro, a empresa colonial fez aparecer sociedades com estruturas internas que possuem uma lógica que não se reduz à sua vinculação externa com o comércio atlântico e com as suas respectivas metrópoles políticas: desta forma, defini-las como anexo ou parte integrante de um conjunto mais vasto é um momento central da análise, mas não o bastante. É necessário também abordar as próprias estruturas internas, descobrir suas especificidades e seu funcionamento."[136]

No trecho acima se expressam algumas das principais preocupações que nortearam o esforço de pesquisa de Ciro Cardoso. Tal qual ocorreu na seção anterior, em que destacamos as obras de Gorender e Costa e Pires, Cardoso não pretende apenas negar a importância das interpretações sistêmicas. Ao contrário, ele as valoriza por permitirem uma correta articulação entre a sociedade colonial e o mundo que lhe é externo. Porém, assim como os demais autores, entende que a interpretação do sentido da colonização contém um viés circulacionista e impõe uma visão unilateral do processo histórico, que o reduz a suas determinações externas.

Para Cardoso, a sociedade colonial instalada com a empresa portuguesa na América do Sul encerraria uma série de convergências com as demais colônias da época moderna. As similitudes seriam tão apreciáveis que seria possível indicar a existência de um só "modelo escravista na América"[137]. Além disso, as evidências apontariam para uma multiplicidade de arranjos internos possíveis nas economias coloniais, o que permitiria superar as visões assentadas na dualidade metrópole-colônia. A economia colonial estaria muito além das determinações colocadas pelas transformações na economia européia[138].

---

[136] Ciro CARDOSO *apud* Carlos VIEIRA, *Op. cit*., p. 144.

[137] "Seja como for, optamos por este plano de exposição, pois na medida em que acreditamos na existência de um *só modelo de sistema escravista* na América, e não de vários, as lacunas regionais parecem-nos menos graves do que seriam se estivéssemos comparando sociedades heterogêneas." Ciro CARDOSO. *Agricultura, escravidão*..., p. 138, grifos do próprio autor)

[138] "As seções precedentes deste texto fornecem igualmente argumentos ponderáveis contra uma tendência ainda bastante forte neste país (embora sem dúvida já enfraquecida, se compararmos sua influência atual com

Ao avançar com seu raciocínio, surge a idéia de "brecha camponesa", termo formulado por Tadeusz Lepkowski para "exprimir a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation* entendido em sentido estrito"[139]. A existência dessas produções, na perspectiva de Cardoso, escapa à interpretação do sentido da colonização e lança as bases para uma compreensão mais elaborada da economia colonial.

Entre as principais formas avessas à *plantation* escravista, Cardoso indica: os camponeses não proprietários de terras, como foi o caso dos lavradores arrendatários de parcelas não-utilizadas nas grandes propriedades agrícolas; os camponeses proprietários, como os imigrantes açorianos no Sul do país; as atividades camponesas dos quilombolas, tais como atividades de artesanato e agricultura; e o protocampesinato escravo, que trata "de atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas, e no tempo para trabalhá-las, concedidos para esse fim no interior das fazendas."[140].

É exatamente nesta última forma de trabalho não contemplado pelas interpretações precedentes — o protocampesinato escravo — que Cardoso utiliza para desenvolver sua argumentação. No entanto, de partida, a idéia de um protocampesinato já carrega em si uma primeira dificuldade: os negros eram escravos ou camponeses? A saída proposta por Cardoso é interessante: o autor encontra nas atividades dos escravos traços de atividades camponesas (segurança no acesso a uma parcela de terra, certo grau de relação direta com o mercado e um certo grau de gestão sobre a parcela quanto à distribuição dos recursos) que permitem afirmar a existência de um "setor camponês da atividade dos escravos"[141]. Os negros não deixam de ser escravos, essa é sua condição dominante do ponto de vista econômico, mas reproduzem sua existência em relações que ultrapassam os limites da caracterização habitual da escravidão.

Essa composição entre escravismo e atividades camponesas apresenta funções próprias na sociedade colonial. Do ponto de vista econômico, ela permite minimizar o custo

---

a que chegou a ter a uma década): a que consiste em ver, no Brasil colonial e ainda do Império, não uma formação econômico-social — uma sociedade propriamente dita—, mas sim unicamente uma espécie de quintal da Europa. (...)" *Idem*. *Escravidão e abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 157-158.

[139] *Idem*. *Agricultura, escravidão*..., p. 133.
[140] *Ibid*, p. 135.
[141] *Ibid*, p. 136-137.

de reprodução da força de trabalho escrava. Ao mesmo tempo, encerra uma tensão entre senhores e escravos quanto ao aumento/redução da "brecha camponesa" e insinua a existência de direitos — ainda que apenas consuetudinários na maioria dos casos — aos escravos.

Isto posto, a "brecha camponesa" e a idéia de protocampesinato escravo, tal qual expostas por Cardoso, permitem pensar uma economia colonial rica em determinações, em que as formas mercantis internas já encontrariam espaços para seu desenvolvimento — inclusive com a participação de escravos nos circuitos de trocas — e, portanto, encontraríamos uma realidade muito diferente daquela anunciada pelos modelos referidos como dualistas por Cardoso.

Em síntese, tal qual ocorreu com Gorender, o esforço de reenquadramento das interpretações baseadas na idéia de sentido da colonização empreendido por Cardoso — entendidas pelos autores do modo de produção colonial como visões dualistas — levou à afirmação de um sistema que, embora deva ser explicado por suas determinações internas, tem que ser qualificado como dependente, no sentido de não poder se desenvolver sem vinculação ao mercado externo, do qual provêm sua demanda e seu suprimento de força de trabalho.

2.1.3 – A importância da discussão clássica

O debate entre os diversos autores que compõem esta seção encerra, a nosso ver, uma fase clássica do debate a respeito da colonização na América portuguesa. Entendemos que suas contribuições são importantíssimas para a compreensão da natureza e dinâmica da economia colonial e para que possamos avançar ao debate contemporâneo a respeito do tema. Contudo, nossa apresentação a respeito dos autores deixou abertas algumas questões que precisam ser melhor trabalhadas com o objetivo de tornar mais profícuo nosso esforço.

Comecemos pela polêmica entre Gorender e Cardoso. Entre os dois há concordância quanto à inadequação dos modelos que, segundo sua visão, estariam assentados numa visão unilateral e circulacionista da economia colonial. Não obstante, as

divergências entre os dois se expressam numa série de trabalhos nas décadas de 70 e 80 do século passado.[142]

A problemática central da discussão entre os dois autores é o caráter da escravidão na realidade do modo de produção colonial. Para Gorender, a escravidão e a plantagem utilizadas nas atividades representam o núcleo fundamental para a compreensão da natureza dessa economia e sociedade. São essas categorias que permitem a formulação de leis específicas para o modo de produção escravista-colonial. Por sua vez, Cardoso faz referência ao fenômeno da brecha camponesa como elemento essencial para a explicação da dinâmica da economia colonial. Além de explicitar a maneira como os senhores se utilizavam do tempo livre dos escravos para reduzir seus próprios custos, a brecha camponesa também indica um espaço de negociação entre escravos e senhores, pois havia certos direitos consuetudinários conquistados pelos cativos através de suas manifestações — revoltas, abortos provocados, infanticídio, entre outras.

O problema parece se revelar melhor quando comparamos as diferenças de análise e método entre os dois autores. Gorender assume que a idéia de um modo de produção escravista-colonial não repercute necessariamente na inexistência de outras formas de produzir que não a escravidão. Isso apenas implica que o escravismo é a relação predominante[143], com as especificidades de se desenvolver na era moderna, ou melhor, durante a colonização moderna. A idéia de Cardoso, ao falar em brecha camponesa, pretende qualificar a própria idéia de um escravismo colonial, uma vez que dentro da própria escravidão se encontravam relações que escapavam ao estatuto de submissão total dos escravos aos senhores.

---

[142] Desse debate fazem parte a primeira edição de "O Escravismo Colonial" de 1978 e sua edição revista e ampliada de 1985. Ver também Jacob GORENDER. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. In: *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE, São Paulo, 13 [1], jan.-abril 1983, pp. 7-39. *Idem*. *A Escravidão Reabilitada.* São Paulo: Ática, 1990. Ciro CARDOSO. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. cap. 4. *Idem*. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

[143] "Tal dominação [de um modo de produção sobre outras formas subsidiárias ou sobre outros modos de produção] se explicita, a meu ver, nos seguintes aspectos principais (...): a) o modo de produção dominante controla a maior massa de fatores econômicos disponíveis na formação social (recursos naturais, instrumentos de produção e transporte, instalações, mão-de-obra, recursos científicos); b) extorque dos modos de produção subordinados uma parte ou mesmo a totalidade do seu sobreproduto; c) delimita o espaço econômico dos modos de produção subordinados e deles extrai, quando lhe convém, fatores de produção e produtos acabados, de tal maneira que os modos de produção subordinados funcionam como território de reserva; d) constitui a base principal da formação social e, por conseguinte, o determinante principal de sua superestrutura." Jacob GORENDER. *O conceito de modo de produção*..., p. 51-52.

De nossa parte, a perspectiva de Gorender parece mais convincente. Conforme salienta o autor, a coexistência de relações que escapem à forma dominante em determinada sociedade não esvazia o conteúdo da relação principal. Tal é o caso, como sabemos, da forma capitalista de produção, tradicionalmente relacionada ao trabalho assalariado, que convive com inúmeras outras formas de produção sem que isso signifique a não-existência de uma sociedade capitalista. Aliás, é próprio da dinâmica capitalista se aproveitar dessas organizações subsidiárias como fornecedora de matérias primas e mão-de-obra em determinados momentos, bem como a elas destinar parte de sua produção em busca de novos mercados.[144] Além disso, Cardoso apóia suas conclusões a partir de uma base documental bastante exígua. Suas indagações a respeito da existência de uma forma híbrida camponesa-escrava não ultrapassam as formulações de Gorender. Acreditamos que as idéias deste último autor se impõem por representarem uma esforço mais detido de análise a respeito do fenômeno, que se vale de sua leitura da obra de Marx.

Isto posto, podemos nos voltar à polêmica entre os autores do sentido da colonização e os do modo de produção colonial. Neste caso, o debate acaba se desdobrando em dois eixos principais. O primeiro deles trata do método utilizado pelos dois grupos de autores, principalmente no que concerne ao materialismo dialético. Em segundo lugar, a polêmica se desdobra na discussão a respeito da contradição entre desenvolvimento externo e interno da economia colonial, ou seja, em qual desses dois elementos está a força motriz da história da colonização portuguesa na América.

Uma primeira aproximação à questão do método nos leva às críticas de Gorender e Cardoso a respeito do circulacionismo da linha interpretativa do sentido da colonização, ou seja, de que, nas obras de autores como Caio Prado Jr. e Fernando Novais, a economia colonial era interpretada a partir da esfera da circulação. Por trás dessa crítica se revela a intenção desses autores de uma nova abordagem, relacionada a um enfoque baseado nas relações de produção predominantes na economia colonial.

Para Gorender e Cardoso, apesar de suas discordâncias, apenas é possível compreender o movimento da economia colonial a partir de uma economia política do modo de produção que lhe é próprio. Nesse sentido, a economia política é a ciência responsável por estudar os modos de produção específicos a cada região e momento

---

[144] Immanuel WALLERSTEIN. *Capitalismo Histórico e Civilização capitalista*, p. 20-40.

histórico e deles deduzir seus mecanismos fundamentais de funcionamento.[145] Trata-se, portanto, de uma perspectiva interessada em analisar unidades menores a fim de especificar suas características centrais. Desde esse enfoque, é possível entender a crítica de que a interpretação dos autores do sentido da colonização seria circulacionista, uma vez que tentava entender o desenvolvimento da economia colonial a partir de suas articulações externas e não de suas relações de produção.

No entanto, a crítica de que a interpretação dos autores do sentido da colonização seria circulacionista envolve uma deformação das obras em pauta. Para uma correta avaliação de sua contribuição, deve-se entender, como já foi salientado, que a colonização na era moderna responde a movimentos de uma totalidade que a suplementa. Apenas se pode assimilar a essência do processo de colonização caso se faça referência às transformações ocorridas no continente europeu. Quando são feitas críticas ao caráter externo das relações que determinam a economia colonial, comete-se um equívoco. Realmente a realização do excedente econômico produzido nas colônias ocorre fora de seu território, mas ainda dentro da mesma totalidade que lhe confere os traços mais gerais de seu movimento. É essa a significação das idéias de sentido da colonização de Caio Prado e sentido profundo da colonização — acelerar a acumulação primitiva de capitais na Europa — formulada por Fernando Novais. Assim sendo, não existe circulacionismo nas idéias do sentido da colonização, a totalidade em estudo por esses autores os leva a conclusões diversas, mas nem por isso pautadas pelo desprezo às relações de produção.

Por sua vez, Fernando Novais também lança críticas à idéia de um modo de produção escravista-colonial como elemento definidor da colonização moderna. Para Novais, "a análise de Gorender, e de outros autores sobre o escravismo, é de que o escravismo como um modo de produção não se distingue intrinsecamente do escravismo antigo"[146]. Aqui também nos parecem injustas as afirmações. A primeira lei monomodal do modo de produção escravista-colonial justamente trata da especificidade da escravidão moderna que é a expressão monetária do excedente extraído do escravo. Abaixo reproduzimos trecho em que Gorender expõe esse aspecto fundamental:

---

[145] Jacob GORENDER. *O conceito de modo de produção*..., p. 43-45.
[146] Fernando NOVAIS. *Aproximações*..., p. 365.

> "O escravismo colonial não comportava a mercantilização total, pois subsiste nele um setor de economia natural, porém o comércio intensificado não exerce efeito desagregador sobre a sua estrutura. O escravismo colonial nasce e se desenvolve com o mercado como sua atmosfera vital. A explicação já se contém no exposto acima: um modo de produção baseado na escravidão é incompatível com a finalidade mercantil se estiver conjugado a um mercado *externo* apropriado. A existência prévia do mercado externo constitui, portanto, premissa incondicional."[147]

É justamente esse aspecto fundamental que, segundo Gorender, diferencia o escravismo patriarcal antigo do escravismo colonial da era moderna. O autor não foi omisso com relação a esse importante nexo entre colônia e mercado exterior.

Do exposto, nos parece que o debate a respeito da questão do método esconde a disputa que envolve a afirmação de uma visão própria em detrimento de outras rivais. Como vimos, as diferenças metodológicas existem e há resultados discrepantes entre as análises. Todavia, a insistência dos autores em problematizar questões secundárias nas obras de seus respectivos interlocutores revela uma disputa por um lugar de destaque no seio da produção historiográfica, bem como um debate entre duas visões diferentes a respeito da definição e do papel do materialismo histórico como método para a pesquisa histórica.

Quanto ao segundo aspecto do debate, relacionado à dicotomia entre setor externo e interno nas interpretações sobre a economia colonial, também são necessárias algumas mediações para uma síntese do debate.

Apesar das críticas dos autores do modo de produção colonial, a linha do sentido da colonização não nega a existência de determinações internas para o desenvolvimento dessa economia, conforme salientamos anteriormente em seção específica. Sua intenção foi hierarquizar certas determinações e revelar a essência do movimento de colonização em suas articulações com a economia européia. Há um conjunto de determinações principais, mas não são negadas determinações secundárias.

Por outro lado, no campo da pesquisa empírica surgiram trabalhos com informações a respeito de circuitos de trocas, culturas para subsistência e comunidades inteiras situadas à margem das linhas mestras do sentido da colonização[148]. Em alguns

---

[147] Jacob GORENDER. *O escravismo colonial*..., p. 164. Grifo do autor.

[148] Ver, por exemplo, os trabalhos de Iraci da Costa sobre as comunidades mineiras. Iraci da COSTA**.** *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979. Iraci da COSTA & Flávio LUNA. Profissões,

casos, essas descobertas relativizaram algumas conclusões a que haviam chegado os autores do sentido da colonização. Em outros, acabaram por reafirmar suas teses, ao revelar que, mesmo elementos que a princípio revelariam fragilidades no mecanismo de extração do excedente em favor da metrópole, estavam também condicionados pela própria dependência em relação à economia metropolitana

A nosso ver, o que se deve revelar na discussão é o falso caráter dessa dicotomia entre setor interno e externo à colônia. Sobre esse aspecto específico, entendemos que as críticas direcionadas aos autores do sentido da colonização são infrutíferas, pois se destinam a apontar elementos inexistentes em sua argumentação. Aliás, a nosso ver, uma síntese da discussão clássica caminharia exatamente na superação dessas divergências pontuais que escondem um horizonte muito mais profícuo de pesquisas a respeito da realidade colonial. A esse respeito, as palavras de Cardoso, autor preocupado em combater os "equívocos da perspectiva circulacionista", ilustram uma encaminhamento adequado para a questão:

> "Tendo combatido por muitos anos as posturas que enfatizam unilateralmente as relações metrópole-colônia ou centro-periferia, a extração de excedentes, o capital mercantil (hipostasiado em 'capitalismo comercial') e mais em geral a circulação de mercadorias como *locus* explicativo privilegiado, só posso me regozijar com estes novos e sólidos argumentos [dos novos estudos sobre a economia colonial]. Desde que, também neste caso, não se ceda à tentação de mais uma ênfase unilateral. Mesmo se as análises cujos resultados foram aqui resumidos são, às vezes, delimitadas e tratam de elementos e variáveis parciais, não estarão esquecendo exageradamente, empurrando um tanto para fora do horizonte, a dependência colonial e neocolonial — e as determinações e condicionamentos que ela sem qualquer dúvida implicava (ainda que tais análises tenham demonstrado que *algumas* das determinações imputadas a fatores externos eram falsas)? Fique como questão a ser pensada esta minha dúvida." [149]

Retirado o tom crítico ao caráter unilateral da interpretação do sentido da colonização, que a nosso ver não existe, a idéia de Cardoso parece indicar exatamente um caminho para uma síntese. A realidade colonial deve ser apreendida em sua totalidade, sem que reducionismos de qualquer natureza impeçam uma visão completa de sua natureza e desenvolvimento. Seriam essas as linhas gerais para uma síntese que, do nosso ponto de

---

atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: Iraci da COSTA & Flávio LUNA. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1982, p. 57-77.

[149] Ciro CARDOSO. *Escravidão e abolição*..., p. 58.

vista, permitiria um efetivo avanço da discussão em novos termos, superando dicotomias criadas pelo embate historiográfico e que acabaram se cristalizando sob forma de preconceitos e discussões improdutivas.

2.2 – O debate contemporâneo

A discussão a respeito das características centrais da economia colonial prosseguiu após as contribuições que marcaram a fase clássica do debate. No entanto, as linhas mestras do diálogo entre diferentes interpretações já estavam indicadas com relativa clareza. Paralelamente a esse debate sobre a natureza e os processos mais gerais envolvidos na colonização moderna, as pesquisas avançaram e novas problemáticas surgiram. Houve grande avanço na pesquisa primária e novos traços a respeito da organização econômica do período foram revelados[150].

Dentre essas novas contribuições, surgiu um grupo de autores preocupado em superar os modelos interpretativos clássicos, tanto a perspectiva do sentido da colonização quanto a do modo de produção colonial. Conforme veremos em detalhes a seguir, sua insatisfação se dirige novamente aos limites estreitos impostos à compreensão da economia colonial pela idéia de que apenas se poderia estudá-la a partir de suas relações com a economia européia em transformação.

Dois dos autores mais destacados nessa nova fase da produção historiográfica são João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Garcia Florentino, cuja trajetória acadêmica está associada às pesquisas de Ciro Cardoso e Maria Yedda Linhares, com destaque para os circuitos produtivos internos à economia da colônia. Boa parte das críticas formuladas aos autores clássicos provém de seus enfoques a respeito da realidade colonial.

As críticas de Fragoso e Florentino remontam em larga medida a elementos já presentes na discussão clássica. São debatidos pontos como a relevância do mercado interno para a formação colonial; o papel da escravidão na colonização moderna; as vinculações entre o desenvolvimento econômico de parte da Europa e da área colonial,

---

[150] José Jobson ARRUDA & José TENGARRINHA. *Historiografia Luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

entre outros. Obviamente, a polêmica é recuperada em novos termos, mas que, a nosso ver, apenas podem ser plenamente compreendidos à luz das contribuições clássicas sobre o tema.

Cabem a nós, portanto, duas tarefas básicas. A primeira será apresentar as contribuições dos autores interessados em retomar a discussão sobre o caráter da economia colonial na América portuguesa. Isso envolve recuperar a argumentação de Fragoso e Florentino em suas obras, bem como ressaltar os trabalhos de outros estudiosos que se enquadram na mesma linha de interpretação.

Em segundo lugar, devemos proceder a uma investigação sobre a produção desses autores. As obras mais recentes afirmam a necessidade de superação dos modelos "tradicionais", ultrapassados pelas pesquisas posteriores à sua publicação e que, embora tenham tido sua importância singular na historiografia sobre o período colonial, necessitam ter algumas de suas principais conclusões repensadas. Em sua visão, os fatores explicativos para o desenvolvimento da economia colonial têm natureza diversa, fundamentados em mecanismos internos ao seu território.

O desenvolvimento dessa problemática é o tema das duas seções seguintes. Nelas pretendemos fazer dialogar as visões clássicas e as novas contribuições, bem como revelar de que maneira a recente produção historiográfica de autores brasileiros sobre a colonização moderna se comunica com a produção internacional sobre o tema. Assim como ocorreu com os autores incluídos na discussão clássica, o balanço do debate poderá trazer algumas elucidações sobre alguns pontos da controvérsia.

2.2.1 – Primeiros passos: as contribuições de Fragoso e Florentino

Os trabalhos de João Fragoso e Manolo Florentino possuem uma raiz comum. Ambos são frutos de pesquisas coordenadas entre si, voltadas em parte para as mesmas massas documentais, cada qual com suas preocupações específicas, mas com convergências

em vários aspectos[151]. Como já salientamos, esses autores estão ligados à pesquisa de circuitos internos de produção ao longo do período colonial.

Em 1988, João Fragoso já havia avançado substancialmente com suas leituras a respeito das obras clássicas sobre a economia colonial. Em *Escravidão e Abolição no Brasil*: novas perspectivas[152], o autor apresenta suas primeiras críticas a respeito das limitações presentes nas interpretações precedentes.

Contudo, antes de avançarmos ao conteúdo das críticas formuladas por Fragoso, são necessárias algumas palavras a respeito de sua trajetória específica de pesquisa. O enfoque de Fragoso a respeito das obras clássicas deve ser remetido ao contexto geral de sua pesquisa de doutoramento — *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1799-1888*, em que o autor enfoca o desenvolvimento de uma região determinada em contexto histórico específico. Conforme explicita Linhares no prefácio de *Homens de Grossa Aventura*[153] — obra que reúne quatro dos capítulos da tese de Fragoso, a releitura dos trabalhos clássicos visaria o abandono de uma perspectiva nacional (generalizante) rumo a um nível mais específico e concreto de análise, com possibilidades de maior acesso à documentação, e não uma rejeição simples das explicações anteriores.

Essa intenção declarada do autor, contudo, não parece guiar suas proposições a respeito das interpretações clássicas sobre a economia colonial. Ao contrário do entendimento de Linhares, as críticas de Fragoso pretendem contrariar as obras clássicas em grande parte de seus pressupostos metodológicos e em suas principais conclusões.

Ao lado das proposições de Fragoso, o trabalho de Manolo Florentino também se pauta, em larga medida, em críticas às visões clássicas sobre a economia colonial. O tema principal das pesquisas de Florentino é a escravidão, aspecto central do debate entre os autores da discussão clássica. Segundo Florentino, o fato da escravidão ter persistido no Brasil com toda sua força por mais de meio século (1810-1850), mesmo em oposição à

---

[151] Ciro Flamarion CARDOSO. Prefácio. In: João Luís FRAGOSO & Manolo FLORENTINO. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 9 – 10.

[152] João FRAGOSO. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: Ciro CARDOSO. *Escravidão e abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

[153] Maria Yedda LINHARES. Prefácio. In: João FRAGOSO. *Homens de Grossa Aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 9 - 13.

pressão inglesa, marca um paradoxo das interpretações clássicas — notoriamente do sentido da colonização — que consideravam a escravidão fruto da hegemonia do capital mercantil europeu[154]. Seria esse um sinal importantíssimo da necessidade de superação das interpretações clássicas.

Além de suas obras individuais, os dois autores lançaram também *O Arcaísmo como Projeto*[155], livro em que tentam uma síntese de suas contribuições rumo à superação dos enfoques clássicos sobre a economia colonial. Nessa obra se condensam as críticas aos autores precedentes, bem como se encontram de maneira mais explícita e sintética as idéias centrais de sua interpretação.

Isto posto, podemos iniciar a exposição das críticas desses autores às interpretações clássicas. O ponto de partida são as leituras de Fragoso a respeito de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Fernando Novais, Jacob Gorender e Ciro Cardoso, que servem de alicerce para o enfoque utilizado nos seus mais importantes trabalhos.

Como já salientamos, em 1988 o autor já publicara um trabalho com essa intenção. Repete a iniciativa em sua tese, seguida da edição de *Homens de Grossa Aventura* e *O Arcaísmo como Projeto.* A seguir, expomos sumariamente suas principais discordâncias e críticas às interpretações clássicas.

A apresentação dos autores se inicia por Caio Prado Jr. Segundo Fragoso, o modelo explicativo de Caio Prado poderia ser assim definido:

> "Tratar-se-ia de um sistema cujo funcionamento se explicita através da transferência de excedentes para a metrópole de além-mar. Daí que a economia em questão se estruturasse em torno do trinômio grande propriedade, monocultivo e trabalho escravo. As conseqüências de tal quadro explicativo seriam inevitáveis. A sociedade colonial estaria marcada: 1) por uma incapacidade de realizar acumulações endógenas; 2) pela subordinação da produção ao capital mercantil externo; 3) pela debilidade do mercado interno e, por conseguinte, das produções mercantis para ele voltadas; 4) e pela presença de uma massa de homens livres pobres vivendo da mera produção de subsistência, à margem da história (identificada esta última às atividades produtoras), ou surbordinada à grande propriedade mercantil exportadora."[156]

---

[154] Manolo FLORENTINO. *Em Costas Negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 8.

[155] Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *O Arcaísmo como projeto*: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

[156] João FRAGOSO. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: *Escravidão e abolição no Brasil*..., p. 17. Essa linha geral é seguida em O Arcaísmo como projeto e em Homens de Grossa Aventura. Há de se acrescentar, ainda, que nesta última obra a interpretação de Caio Prado é ainda taxada de teleológica,

Como de pode notar, a leitura de Fragoso a respeito de Caio Prado Jr. se aproxima em vários elementos da proposta por Gorender e Cardoso. Sua visão a respeito da obra do autor apregoa que Prado Jr. estaria interessado em deslocar a força motriz da economia colonial para fora de seu território, desconsiderando completamente determinações internas.

Num segundo momento, passa-se à análise das idéias de Celso Furtado[157]. Há sem dúvidas, convergências entre as obras de Celso Furtado e Caio Prado Jr., com o que concorda Fragoso. Segundo o autor, Furtado teria retirado da obra de Prado Jr. a idéia de sentido da colonização e a articulado ao funcionamento de setores da economia colonial, tais como a agricultura açucareira. Suas conclusões foram de que o grande ritmo de acumulação da economia açucareira serviram não ao reinvestimento produtivo, mas à alimentação de um fluxo de renda em direção à metrópole, o que demonstra sua continuidade em relação à perspectiva pradiana. Por outro lado, Furtado apresenta idéias importantes que complementam a visão de Caio Prado ao sugerir os mecanismos que ditavam a dinâmica dos setores ligados ao mercado interno. Segundo Fragoso, para Furtado o movimento desses setores respondia, em última instância a fatores externos, embora apresentassem relativa autonomia[158].

Fernando Novais também tem sua obra como fonte de reflexão para Fragoso[159]. Segundo este, Novais estaria interessado em prosseguir a linha argumentativa de Caio Prado, mas de maneira a incorporar novos elementos e apresentar o sentido profundo da

---

com o que estamos em desacordo, conforme já explicitado anteriormente. Ver Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *Op. cit.*, p. 15-17 e João FRAGOSO. *Homens de Grossa Aventura*..., p. 57-60.

[157] João FRAGOSO. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: *Escravidão e abolição no Brasil*..., p. 18-19. Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *Op. cit.*, p. 17-18 e João FRAGOSO. *Homens de Grossa Aventura*..., p. 60-65.

[158] Sobre a dinâmica do abastecimento interno em Celso Furtado, escreve Fragoso: "Ligado à exportação, o abastecimento interno não estaria assentado majoritariamente na escravidão (veja-se o caso da pecuária), e grande parte de sua produção se destinaria à autosubsistência. Daí sua relativa autonomia frente às flutuações do mercado externo, a qual, porém, deve ser bem entendida, pois só em épocas de alta dos preços internacionais estes segmentos aumentariam seu grau de mercantilização. Durante as conjunturas desfavoráveis, ao contrário, tais índices se reduziriam, já que a própria agro-exportação recuaria a níveis de autoconsumo.". Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *Op. cit*., p. 18.

[159] João FRAGOSO. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: *Escravidão e abolição no Brasil*..., p. 19-21. Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *Op. cit.*, p. 19-20. e João FRAGOSO. *Homens de Grossa Aventura*..., p. 66-70.

colonização. Em larga medida, sua obra é tomada como uma continuidade em relação aos enfoques de Celso Furtado e Caio Prado:

> "Vê-se, assim, que Novais reforça o modelo explicativo, para a economia colonial, proposto por Caio Prado Júnior e aperfeiçoado por Celso Furtado. Nesse modelo, a existência, na Colônia, de um mercado interno, capaz de gerar acumulações internas e de fomentar uma elite mercantil, é descartada. A economia colonial limitar-se-ia à plantation como uma projeção das flutuações presentes no mercado internacional, ou melhor, das economias dominantes neste mercado."[160]

Assim ficam indicadas as críticas direcionadas aos autores do sentido da colonização. Em linhas gerais, as críticas se assemelham às feitas anteriormente pelos estudiosos do modo de produção colonial. Segundo Fragoso, os trabalhos de Ciro Cardoso na década de 1970 representariam "a primeira crítica sistemática à vertente criada por Caio Prado."[161] A partir da perspectiva de Cardoso,

> "A escravidão mercantil brasileira deveria, pois, ser apreendida como a base de uma verdadeira sociedade, determinada não somente pelo fato colonial, mas também por vicissitudes que lhe seriam próprias. Buscava-se romper, pois, a tradição do 'sentido da colonização', do império do comércio exterior e da acumulação primitiva como super-permanências que a tudo condicionariam e explicariam."[162]

Assim sendo, a idéia de um modo de produção escravista colonial, desenvolvida por Cardoso, apreenderia novos elementos importantes para a compreensão da realidade colonial, tais como: a existência de um setor escravista dominante e outro camponês, também exercido pelos escravos; forças produtivas com baixo grau de desenvolvimento; do ponto de vista macro-econômico, a lógica do sistema e a do capital mercantil seriam inseparáveis; em termos microeconômicos, a rentabilidade da empresa escravista dependeria da redução dos custos de produção, o que a levava a buscar a autosuficiência; e os principais mecanismos de reprodução do sistema seriam o tráfico de escravos e diversos fatores extra-econômicos[163].

---

[160] João FRAGOSO. *Homens de Grossa Aventura*., p. 70.
[161] Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *Op. cit*., p. 20.
[162] *Ibid*., p. 20-21.
[163] *Ibid*., p. 21.

Por sua vez, as pesquisas de Gorender trabalhariam no mesmo sentido de Cardoso ao questionar "a excessiva ênfase dada à transferência do excedente colonial, corolário dos modelos anteriores."[164] Contudo, segundo Fragoso, em Gorender se encontram traços importantes herdados da perspectiva do sentido da colonização. Isso se expressaria na pequena dimensão do mercado interno, fruto da especialização da economia colonial em atividades exportadoras. Por outro lado, em Gorender, é a articulação do escravismo colonial com o exterior que o distingue da forma de escravismo antigo, o que também demonstra o caráter extrovertido da economia colonial[165].

Por fim, o próprio Fragoso apresenta uma síntese dos elementos centrais para a crítica das obras presentes na discussão clássica. Para ele, tais características seriam:

> "a) produções voltadas para o mercado internacional — internamente, estas se assentariam no trabalho escravo (reproduzido externamente via tráfico atlântico) e na hegemonia de uma classe senhorial; b) transferência e apropriação de parte do sobretrabalho colonial pelo capital mercantil metropolitano, que controlaria assim o ritmo de reprodução da economia colonial; c) a economia colonial estaria desprovida de flutuações econômicas próprias; estas seriam determinadas pelas conjunturas do mercado internacional, das economias aí dominantes; d) em nível microeconômico, a unidade de produção colonial se reproduziria, em grande medida, à margem do mercado; e) como decorrência destes traços, teríamos a impossibilidade de um mercado interno colonial e, portanto, de acumulações endógenas coloniais dele derivadas."[166]

Com isso, concluímos a apresentação das principais críticas de Fragoso e Florentino aos trabalhos clássicos sobre a economia colonial. Isto posto, resta explorar quais as teses defendidas por esses autores para a compreensão da economia colonial na América portuguesa, bem como apontar algumas contribuições de outros pesquisadores que compartilham de visões semelhantes a respeito da economia colonial.

Fragoso e Florentino defendem uma nova interpretação sobre a economia colonial e seus fluxos com o exterior, inserida em um Sistema Atlântico Português com características próprias. A formação de um Sistema Atlântico Português responde às necessidades da elite lusitana, interessada em manter o *status quo.* Nas palavras de Fragoso e Florentino, "a Expansão marítima e a ulterior colonização modificaram a sociedade

---

[164] *Ibid*., p. 21.
[165] João FRAGOSO. *Homens de Grossa Aventura*..., p. 73.
[166] *Ibid*., p. 78. A única exceção a essa regra, segundo Fragoso, seria o item "b", que não pode ser derivado das interpretações do modo de produção colonial.

portuguesa para preservá-la no tempo."[167] A sociedade portuguesa está imbuída por um ideal arcaizante, que visava à manutenção de uma estrutura de privilégios já instalada. "Daí não podemos pensar que o 'atraso' português, em pleno século XVIII, não seja um estranho anacronismo, fruto da incapacidade de acompanhar o destino manifesto capitalista europeu; ao contrário, o arcaísmo é, isto sim, um verdadeiro projeto social, cuja viabilização depende do fundamental da apropriação das rendas coloniais."[168]

Para embasar esse novo estudo, e essas novas conclusões, Fragoso e Florentino passam a estudar os negócios na praça do Rio de Janeiro para desvendar os processos em andamento, seus sujeitos e quais seus resultados para o desenvolvimento tanto da metrópole quanto da colônia. A escolha dessa cidade assenta-se no entendimento de que ela representava um novo pólo dinâmico da economia colonial, que contava com uma série de estruturas acessórias ao seu desenvolvimento, como o fornecimento de alimentos vindo da região mineira e que encontrava na cidade, além de um grande consumidor, um entreposto para outras regiões. O Rio de Janeiro paulatinamente ganhou importância ao aglutinar atividades como a agro-exportação de produtos da região do campo dos Goitacazes e o tráfico de escravos — tanto interno, vindos da região nordeste, quanto novos escravos oriundos da África.

Com base nos dados levantados, Fragoso e Florentino chegam à conclusão de que a economia colonial apresenta autonomia frente às flutuações internacionais. A evidência empírica vai de encontro às conclusões dos modelos clássicos ao apontar para o crescimento da economia colonial mesmo durante a fase B do ciclo, em que o comércio com a metrópole recua. Nas palavras dos autores, "todos esses dados demonstram cabalmente a capacidade da economia colonial crescer mesmo na fase B internacional. Só isto já seria suficiente para detectar uma certa autonomia de seus movimentos frente aos do mercado externo."[169]

São questionados diversos aspectos de interpretações clássicas da história econômica brasileira tais como a extroversão da economia colonial e as implicações sobre a sociedade que se formava a fim de se chegar a uma nova interpretação geral sobre o período.

---

[167] Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *Op. cit*, p. 26.
[168] *Ibid*, p. 27.
[169] *Ibid*, p. 47.

A deficiência mais grave apontada por Fragoso e Florentino quanto às interpretações clássicas da economia colonial se refere, como vimos, à excessiva importância dada às variações da economia externa (deve-se dizer, da metrópole) sobre a economia colonial. Os autores discutem amplamente a autonomia do ritmo de acumulação da colônia frente a essas oscilações dos mercados consumidores dos gêneros exportados[170]. A oferta barata dos insumos necessários à produção e de mão-de-obra geraria as condições para que a economia colonial desenvolvesse relativa independência sobre os fluxos externos mesmo durante a chamada fase B. Além disso, Florentino e Fragoso defendem que a historiografia clássica afirma a construção de uma sociedade plenamente reflexa, no sentido de que apenas constitui-se com o objetivo de fornecer gêneros ao mercado externo.

Um segundo aspecto refere-se à internalização dos excedentes produzidos na colônia. Fragoso e Florentino entendem que há uma incorporação importante de excedente por parte de setores mercantis fixados na colônia, muitas vezes em detrimento de comerciantes ligados à metrópole, e propõem a existência de uma elite mercantil colonial dotada de autonomia e inauguradora de interesses próprios[171]. A presença dessa elite remete ao ideal arcaizante que cria espaços para o desenvolvimento de setores especializados em atividades cujo funcionamento não era encorajado em Portugal tais como as atividades mercantis, que criavam espaços para ascensão social e tensões para as estruturas da sociedade nobiliárquica lusitana, sendo assim incompatíveis com os valores arcaicos do Antigo Regime português. Nesse sentido, a colonização é reinterpretada não como um movimento que em última instância contribuiria com excedentes para a formação e desenvolvimento do capitalismo europeu, mas como uma resposta reacionária da elite portuguesa às mudanças em curso à época da colonização. Tratava-se de uma mudança superficial para perpetuar a estrutura vigente no Antigo Regime português.

Há, assim, uma importante guinada nos marcos em que se estuda a história colonial brasileira. A ênfase é deslocada de articulações sistêmicas da economia colonial, em que pese a expansão comercial européia, para a evolução do mercado interno e de

---

[170] *Ibid*, p. 27-70. FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura*..., p. 117-180.
[171] Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *O arcaísmo*..., p. 71-100. João FRAGOSO. *Homens de*..., p. 181-302 e p. 333-369.

formas autônomas de acumulação, sintetizadas sob a idéia de acumulação endógena[172]. Por sua vez, o desenvolvimento desse mercado interno corresponde à reprodução de uma sociedade cujos valores reforçam e reiteram a presença da desigualdade, com rígida hierarquia. O ideal arcaico — que permeia todo o processo — representaria a força de valores típicos do Antigo Regime português, tais como os privilégios hereditários e a desvalorização de atividades mercantis, como importante elemento explicativo para a formação da economia e sociedade coloniais.

Nesse sentido, surgem novos estudos interessados em revisitar alguns temas específicos a respeito da economia colonial com base na reconsideração das noções caras às perspectivas dos autores clássicos. Adiante apresentamos as pesquisas recentes do próprio João Fragoso sobre a formação da elite mercantil no Rio de Janeiro, bem como idéias de Hebe Maria Mattos e Maria Gouvêa sobre o papel da escravidão na colonização moderna e o sistema administrativo no Atlântico português, respectivamente.

Como adiantado, o tema da formação de elites locais no território da colônia portuguesa adquiriu nova importância com a noção de acumulação endógena exposta por Fragoso. O próprio Fragoso explicita a importância dada ao papel das elites locais em um recente trabalho[173], que explicita um dos caminhos tomados pela nova produção historiográfica sobre o período colonial.

Fragoso desenvolve a hipótese da formação de um extrato senhorial no Rio de Janeiro antes de 1620. Utiliza-se da estrutura genealógica das famílias, com base em documentos fornecidos pela Igreja (registros paroquiais de batismo, casamentos e óbitos, escrituras públicas e cartas de sesmarias). A montagem da empresa açucareira no Rio de Janeiro, com destaque para o século XVII, aponta a relevância do período 1612-1629, que seria responsável pela criação de 35% dos engenhos do Rio ao final do século XVII. A

---

[172] "Essa noção liga-se aos processos de reprodução econômica que se executam plenamente no interior do espaço colonial. Nessa medida, ela diz respeito à reiteração, no tempo, das produções coloniais para o mercado interno." João FRAGOSO. Homens de Grossa Aventura..., p. 158. Também citado por Eduardo MARIUTTI, Mário NETO & Luiz Paulo NOGUERÓL. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 31, n. 2, 2001, p. 371.

[173] João FRAGOSO. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: João FRAGOSO, Maria GOUVÊA & Maria BICALHO (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

montagem dos engenhos e engenhocas representa o *locus* em que essas famílias serão estudadas.

Ao se indagar sobre qual a origem dos recursos para a montagem de tal economia, Fragoso conclui que a formação da economia colonial no Rio de Janeiro e os processos por meio dos quais as elites começavam a reproduzir seu poder estavam vinculados a atividades comuns ao Antigo Regime português como a conquista, o controle da administração real e da câmara municipal (poder local). O interesse de Fragoso irá então se voltar para o que denomina "economia do bem comum". O conceito se articula aos processos de acumulação na economia colonial, com foco na praça do Rio de Janeiro, conforme veremos a seguir.

A economia do bem comum, segundo Fragoso, encerra três aspectos fundamentais[174].O primeiro deles dirige-se àqueles casos em que as benesses eram concedidas "àquelas pessoas cujos serviços, ou famílias, teriam defendido os interesses da Coroa e, portanto, do bem comum."O segundo caracteriza-se pela retirada do mercado e da livre concorrência de bens e serviços indispensáveis ao público, passando sua gestão ao controle ou do senado da câmara ou da coroa. "Em outras palavras, entremeando e interferindo nas lavouras, no comércio e no artesanato dos moradores do conselhos/súditos do rei teríamos um conjunto de bens e serviços que poderiam ser identificados pelo nome de *economia do bem comum*, ou economia da República."[175]. Finalmente, o terceiro aspecto, que é de fundamental importância para a análise de Fragoso, é de que o conceito de economia do bem comum encerrava uma "forma particular de apropriação do excedente".

> "Os bens e serviços da República eram concedidos pelo senado e/ou pelo rei a apenas alguns eleitos, e tal privilégio era exercido na condição de monopólio ou de semi-monopólio. (...) Trata-se de uma situação em que o conjunto da população livre — entendida no interior de uma sociedade hierarquizada do Antigo Regime — ou, o que é o mesmo, o público da República deposita nas mãos dos privilegiados parte de seu rendimento. Era o público que, de maneira direta ou indireta, sustentava os eleitos da República."[176]

[174] *Ibid.*, p. 48.
[175] *Ibid.*, p. 48.
[176] *Ibid.*, p. 48.

Assim, a economia do bem comum encerrava um mecanismo de acumulação de riqueza para além de outros tradicionalmente listados, como a produção camponesa em Portugal ou a escravidão das *plantations*.

A economia do bem comum pressupõe uma ampla rede de reciprocidades. Depende da maneira como as elites locais conseguiram "assegurar ou reconquistar a hegemonia na sociedade local por intermédio de uma complicada engenharia política."[177] Fragoso fecha seu raciocínio ao articular o movimento da economia do bem comum com o surgimento de uma determinada elite que mantinha laços de lealdade com a coroa, mas que também era capaz de desenvolver interesses próprios. A manutenção do poder desses grupos de melhores da terra relacionava-se com a manutenção de um determinado poder econômico e numa estratégia de enlaces matrimoniais.

Assim sendo, ocorre a formação de uma sociedade em que as relações comerciais não apresentam caráter estritamente econômico, evidenciando assim um cuidado com suas estruturas sociais e políticas. Casamentos e negócios acusavam a maneira como se interpenetravam interesses econômicos e políticos na busca pela reiteração da desigualdade.

Os mecanismos de acumulação interna e a continuidade entre as famílias que compõem as elites no espaço colonial não podem ser, nesse sentido, separadas. Fragoso insinua uma continuidade entre os conquistadores e primeiros povoadores do Rio de Janeiro até 1620 com os comerciantes de grosso trato que aparecem posteriormente (séculos XVIII e XIX)[178]. Em sua conclusão, o autor retoma diversos dos mais importantes pontos de sua contribuição e salienta a ocorrência da exclusão social do público (não somente escravos) como um dos traços mais característicos dessa economia e um dos mecanismos fundamentais para a acumulação de riquezas pela elite.

Por sua vez, Mattos avança com um novo enfoque sobre o tema da escravidão na colonização moderna[179]. Considera que a historiografia sobre a escravidão nas Américas aponta para uma contradição entre o desaparecimento dessa instituição no continente europeu e sua implantação no Novo Mundo. As interpretações tendem a considerar que

---

[177] *Ibid.*, p. 50.

[178] Para informações sobre os comerciantes de grosso trato nos séculos XVIII e XIX ver João FRAGOSO. *Homens de grossa aventura*..., c. 4.

[179] Hebe Maria MATTOS. A escravidão moderna nos quadros do Império português. In: João FRAGOSO, Maria GOUVÊA & Maria BICALHO (Org.) *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). p. 141-162.

fatores econômicos e religiosos foram determinantes para a escravidão moderna nas Américas. Como contraponto a essas interpretações, a autora pretende explicar a escravidão moderna, "considerando a legitimidade e a existência prévia da instituição escravidão no Império português"[180].

A autora retoma acontecimentos como a guerra contra os mouros, a luta contra a religião islâmica e a exploração inicial da costa de África como elementos explicativos para o estabelecimento da escravidão em Portugal. Assim sendo, a escravidão paulatinamente ganhou importância numérica e se legitimou no conjunto de relações da sociedade portuguesa. Segundo Mattos, entre os séculos XVI e XVIII, "mais de 1 milhão de pessoas viveram como escravos na Península Ibérica. A população escrava somava, em finais do século XVI, cerca de 10% da população do Algarve e de Lisboa. Desde então, a presença escrava em Portugal continuou a crescer em números absolutos até a proibição da entrada de novos cativos no reino, pelo Marquês de Pombal, em 1761."[181]

Prosseguindo em sua argumentação, Mattos apresenta uma nova interpretação sobre a escravidão moderna e o pensamento político e religioso da época. "(...) a possibilidade do cativeiro do gentio americano ou africano foi antes construção de quadros mentais e políticos, de fundo corporativo e religioso, possibilitadores daquela expansão, inclusive na sua dimensão comercial."[182] Nesse mesmo sentido, a pré-existência do estatuto da escravidão na África e seu papel para a política das sociedades africanas são tomados como movimentos que dariam força ao estabelecimento da escravidão.

Assim sendo, com base na sua nova visão sobre a implantação e generalização da escravidão na América portuguesa, Mattos expõe algumas relações existentes entre o Sistema Atlântico português, as mudanças no Antigo Regime e a escravidão nas Américas, colocando em evidência as transformações provenientes da adoção da escravidão em larga escala. A população negra e de seus descendentes também é incluída na lógica de hierarquização e manutenção das desigualdades imprimida pelo Antigo Regime nos trópicos. Categorias como as de "pardo" se disseminam para classificar novos estatutos sociais, que definiriam o *locus* ocupado por parcela importante da população colonial. Em sua síntese a respeito do assunto, Mattos afirma que "a escravidão e a multiplicação de

---

[180] *Ibid.*, p. 143.
[181] *Ibid.*, p. 146.
[182] *Ibid.*, p. 147.

categorias sociais referidas à população afrodescendente se mostrariam como a face mais visível da constante expansão do Antigo Regime em perspectiva atlântica".[183] A escravidão é, portanto, entendida como uma das conseqüências da transposição do conjunto de valores do Antigo Regime para a colônia e representava um dos movimentos de sua lógica própria.

No entanto, a partir das reformas de Pombal — que devem ser entendidas no contexto do despotismo ilustrado da época — tais como a proibição da entrada de novos escravos no Reino (1761) e a libertação dos escravos nascidos em Portugal (1773), a escravidão no território do reino apresenta sua fase de declínio, ou melhor, de desnaturalização. Ao mesmo tempo, chegavam às áreas coloniais idéias revolucionárias, principalmente francesas, cujos temas (igualdade, liberdade) suscitavam um debate mais amplo sobre a hierarquização da sociedade e sobre o fenômeno da escravidão. Isto posto, como entender sua continuação no novo mundo, mesmo após seu desgaste no centro do Império? Mattos sugere a seguinte resposta:

> "Se as fronteiras entre brancos e pardos na população livre colonial começavam a ser desnaturalizadas e politizadas, no contexto das transformações políticas e culturais das últimas décadas do período colonial os limites práticos da condição livre e escrava continuaram dependentes de costumeiras regras de poder, sujeitas apenas à arbitragem do poder real."[184]

O estatuto da escravidão vinculava-se, assim, a relações costumeiras, pessoais. Era uma das faces da forte hierarquização presente na colônia e herdada dos moldes do Antigo Regime português.

> "Era necessário, antes de tudo, um consenso, em termos de redes pessoais que constituíam as hierarquias na sociedade local, para que fosse reconhecida a condição de escravo ou forro. Quanto este consenso não se produzia, cabia à Coroa arbitrar as dúvidas em relação à condição de livre ou de escravo. Por todo o período colonial e, de certo modo, até meados do século XIX, os fatos jurídicos que conformavam a condição livre ou cativa foram produzidos, primariamente, com base em relações costumeiras (socialmente reconhecidas), sempre tributárias das relações de poder pessoal e de seu equilíbrio."[185]

Mattos irá concluir que as tentativas de Pombal para uniformizar o tratamento jurídico da escravidão não iriam encontrar eco no espaço colonial. Somente com a

---

[183] *Ibid*., p. 155.
[184] Ibid., p. 157.
[185] *Ibid*., p. 159.

independência política do Brasil se irá lidar com as incompatibilidades entre direito civil positivo e manutenção da escravidão. O desenvolvimento e declínio da escravidão, portanto, é remetido à esfera dos valores que marcavam a reprodução da sociedade. A identificação entre escravidão e capital mercantil, tão cara às interpretações clássicas é simplesmente negligenciada.

Por fim, resta ainda apresentar as inovações de Gouvêa a respeito do sistema de poder político e a administração sob a forma de um complexo Atlântico português[186]. Os objetivos centrais do seu enfoque estão na caracterização do que Gouvêa denomina trajetórias administrativas, seja de indivíduos, seja de determinados territórios ultramarinos. As diferentes conjunturas exigiram respostas da coroa para problemas de ordem administrativa que foram enfrentados nas suas possessões.

A formação da estrutura administrativa nas áreas coloniais segue o princípio de advento de uma economia política de privilégios, que permitiria à coroa a incorporação de setores da sociedade colonial ao seu instrumental de domínio no Ultramar, mas criava para esses setores a possibilidade de se tornarem elites econômicas e políticas dessas áreas. Nesse sentido, os interesses convergiam de maneira estável.

Deve-se notar a existência de "uma dada trajetória delineada pela forma como o Brasil, partes da África e Portugal estiveram institucionalmente entrelaçados no interior desse complexo"[187] Os mecanismos utilizados para o controle dos processos inseridos na colonização da América portuguesa e da África são similares, como a implantação do sistema de capitanias hereditárias, a instituição de um governo-geral e a concessão de exclusivos de comércio para determinados gêneros de maior interesse.

A União Ibérica irá tornar o sistema administrativo mais moderno, com a criação de novas instituições, ou seja, de um avanço em sua trajetória administrativa. Também no período da União Ibérica, as invasões holandesas revelam as articulações entre os dois lados do Atlântico Sul, evidenciando a importância do complexo Atlântico português. Nas palavras de Gouvêa:

---

[186] Maria GOUVÊA. Poder político e administração na formação do complexo Atlântico português (1645-1808). In: *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). p. 285-315.
[187] *Ibid*., p. 289.

> "A conjugação dessa ocupação holandesa [no nordeste da América portuguesa] àquela empreendida na África meridional revela de modo claro a percepção existente acerca das conexões existentes entre as regiões do Atlântico Sul. Os grupos holandeses rapidamente puderam perceber aquilo que era muito dito e sabido entre os portugueses (...) A economia açucareira de Pernambuco não poderia sobreviver a contento sem a manutenção de seu vínculo visceral com as regiões fornecedoras de mão-de-obra escrava localizadas em África."[188]

A conjuntura mudará claramente com o fim da União Ibérica, que deixou o Estado português frágil frente ao cenário europeu. Mais uma vez operam-se mudanças administrativas como forma de adaptação à nova realidade. Cria-se o Conselho Ultramarino, responsável por uniformizar a administração no Ultramar (1642).

As mudanças apontam para a implementação da política de privilégios como forma de obtenção de adeptos ao sistema administrativo no ultramar e à elevação do Brasil à condição de principal possessão colonial portuguesa. Data desse período a elevação do Estado do Brasil à condição de "Principado" (1645), fato esse que, segundo Gouvêa, está intimamente ligado à evolução da estrutura administrativa do Império português e do Brasil, em particular, e à valorização dos domínios na América portuguesa.

A fragilidade da monarquia portuguesa nessa nova conjuntura e a necessidade de tecer redes de apoio em suas possessões, também teria levado ao direito de representação do Brasil nas cortes portuguesas (1653). As ações sinalizavam uma dupla intenção da coroa: "Se, por um lado, isso confirmava o progressivo reconhecimento da importância político-administrativa do Brasil no cenário mais amplo do complexo imperial (...), por outro, confirmava a já instalada tendência da Coroa em conceder privilégios e mercês a seus territórios e vassalos mais caros e leais."[189]

A idéia central desse processo é sintetizada por Gouvêa em uma passagem:

> "Essa alteração se relacionava a um contexto político mais amplo, no qual a Coroa portuguesa passava a mobilizar mecanismos que melhor promovessem seu governo sobre o conjunto de territórios vinculados à sua soberania. No caso do Brasil em particular, destaca-se o fato de que essa alteração de inseria em um processo de gradativa concessão de títulos à 'conquista' americana, delineando-se uma trajetória político-administrativa capaz de explicitar uma dada estratégia de governo. Estratégia essa informada por uma economia política de privilégios, vale repetir, tecendo vínculos e sentimentos capazes de relacionar indivíduos em ambas as margens do Atlântico."[190]

---

[188] *Ibid*., p. 291.
[189] *Ibid*., p. 297
[190] *Ibid*., p. 294.

O raciocínio de Gouvêa para este ponto em particular encontra o ápice de seu desenvolvimento em manifestações de um sentimento de pertencimento e de vassalagem dos súditos luso-brasileiros. "Não surpreende assim observar que, em 1654 — um ano após o reconhecimento do direito de representação do Brasil —, os holandeses tenham sido expulsos de modo definitivo da América portuguesa. Trata-se de uma relação que não pode ser estabelecida diretamente, mas que, entretanto, parece ser bastante válida de ser considerada em termos da forma como a concessão desse direito pôde alimentar *sentimentos de pertença e vassalagem* dos súditos luso-brasileiros no contexto pós-restauracionista."[191]

Outro aspecto importante é a trajetória individual de figuras representativas na administração das possessões ultramarinas. Fica clara a hierarquização entre as diferentes possessões e o poder que atribuíam ao seu responsável — característica essa que apresenta variações ao longo do tempo, tais como a perda de prestígio das possessões asiáticas em detrimento daquelas no Brasil — e a interligação existente entre os diferentes pontos do Império português. Era muito comum que os indicados pela coroa para cargos centrais tivessem experiências em diversas áreas de suas possessões, manifestando as conexões existentes entre as áreas do Império lusitano.

Finalmente, Gouvêa refere-se à transferência da família real para o Brasil em 1808, a abertura dos portos e a elevação à condição de Reino Unido (1815) como pontos fundamentais para entender a evolução administrativa do Império português. Mais uma vez, a autora associa os títulos concedidos ao Brasil e sua condição na política administrativa imperial como fator para a promoção de um sentimento de pertença ao Império português. O trecho seguinte é emblemático:

> "O complexo Atlântico aqui considerado havia sido, nesse momento, como que transfigurado no próprio Império mais precisamente. Portugal continental continuava a ser, evidentemente, a referência fundamental tanto para o exercício da soberania quanto da governabilidade portuguesa. Entretanto, o curso da história teimava em situar o Brasil e as áreas associadas a ele em uma posição deveras singular no contexto mais amplo do Império ultramarino. Os desdobramentos desse contexto concorreram para que mais tarde, por ocasião do retorno da Corte a Portugal, D. João optasse por deixar ficar no Rio de Janeiro o

[191] *Ibid*., p. 297, grifo nosso.

> seu herdeiro direto, seu filho D. Pedro, ele que afinal fora, até 1817, o Príncipe do Brasil."[192] (p. 315)

Como visto, nas diversas contribuições que apresentamos nesta seção predominam elementos que compõem um quadro interpretativo singular a respeito da realidade da colônia portuguesa na América do Sul. Esses autores interessados em estudar a realidade da colônia entendem que seu nexo explicativo fundamental não se expressava nas determinações advindas das relações de poder entre metrópole e colônia. Nessa perspectiva, há que se procurar nas porosidades existentes na vida cotidiana as expressões de outras relações que caracterizavam a vida dos seus habitantes e que, em certo aspecto, suplantavam as determinações mais gerais explicitadas pelas interpretações "dualistas".

Como sugere Russel-Wood, o movimento dessa produção historiográfica não está descolado da direção tomada pela pesquisa histórica sobre o assunto em âmbito internacional. A busca por novas caracterizações e interpretações sobre a vida no mundo colonial durante a época moderna, baseadas em entendimentos mais "holistas" a respeito da realidade social, também procura evidenciar os equívocos contidos na idéia de sobrevalorização da esfera econômica como determinante para os movimentos históricos — tal qual, como afirmam esses autores, ocorre com as interpretações clássicas.

Isto posto, consideradas as novas pesquisas sobre a colonização portuguesa na América do Sul, insinua-se a formação de uma nova interpretação geral sobre a história da colônia, pautada em um novo conjunto de conceitos e em um novo arranjo metodológico. A partir dessa constatação, torna-se necessária uma análise a respeito da profundidade e validade das contribuições feitas pelas novas pesquisas.

2.2.2 – Rumo a uma nova historiografia sobre o período colonial?

Como vimos na seção anterior, apesar de em alguns momentos de suas obras declararem o contrário, alguns autores — em que se destacam Fragoso e Florentino — buscam uma nova interpretação geral sobre a economia da colônia portuguesa na América do Sul. Para atingir esse objetivo, criticam as visões clássicas em uma série de aspectos, mas com uma direção minimamente comum: a de afirmar os circuitos mercantis e

[192] *Ibid*., p. 315.

produtivos internos ao território colonial como elementos primordiais para a explicação de sua dinâmica, em oposição às articulações com o continente europeu. As observações de Fragoso e Florentino sobre os autores clássicos são prova substancial desse enfoque.

Ao mesmo tempo, derivadas das contribuições desses autores, surgem novas pesquisas que permitem o aprofundamento e divulgação dessas idéias entre estudiosos e leitores do assunto. Aliás, esse seria um resultado previsível do desenvolvimento dessa nova linha argumentativa, visto que os novos estudos históricos não esperam pelo debate e por uma possível convergência entre campos interpretativos opostos. Ao contrário, o próprio fazer história — a afirmação de uma determinada visão — é alvo de disputa entre as diferentes correntes historiográficas e assinala qual delas consegue se sobrepor à outra com o avanço das discussões.

Assim abordada a problemática, as propostas de Fragoso e Florentino aparecem como contraponto a interpretações clássicas sobre a economia colonial. A nosso ver, não há dúvidas de que a temática do desenvolvimento econômico da colônia voltou a ser debatida contemporaneamente com grande intensidade. Todavia, os elementos já encontrados no debate nos permitiriam falar no surgimento de uma nova historiografia sobre o período colonial?

A pergunta envolve um duplo viés. Primeiro, será necessário analisar se as críticas apresentadas pelos novos trabalhos realmente invalidam as interpretações clássicas, ou mesmo se são capazes de trazer novos elementos ao debate. Por outro lado, torna-se imprescindível uma avaliação a respeito das contribuições próprias dos autores dessa fase do debate. Se partem de críticas a formulações anteriores, tão ou mais importante que avaliar a acuidade das mesmas, é investigar os limites do novo quadro interpretativo que se esboça.

Com o objetivo de apresentar um balanço do debate sobre as interpretações da economia colonial, nosso trabalho avançará nas próximas páginas por questões que, acreditamos, sirvam para uma aproximação à síntese das discussões.

2.2.2.1 – A recente produção de autores brasileiros frente à historiografia internacional

No capítulo 1, apresentamos duas visões distintas que buscam articular o desenvolvimento econômico europeu durante a crise do sistema feudal e o fenômeno da colonização ultramarina.

A primeira delas apresenta dois elementos como fatores fundamentais para se entender as transformações ocorridas na Europa no período em análise e a expansão no ultramar, que resulta, em algumas regiões, na formação de colônias. Seriam eles a predominância do capital mercantil autônomo na esfera econômica e o surgimento e fortalecimento das monarquias absolutistas na esfera política.

O capital mercantil metropolitano não deve ser entendido como categoria reificada, resultado de uma abordagem demasiadamente abstrata da realidade histórica. Ele expressa um conjunto de transformações no seio da economia européia, fruto da decadência das formas da economia natural — predominante durante a época feudal — e da ascensão gradual de uma economia de mercado. Nesse movimento, surge a classe burguesa, ligada, sobretudo, a atividades mercantis em seus primórdios, e que, nesse sentido, pode ser entendida como a principal beneficiada pelo desenvolvimento do capital comercial autônomo e seu agente fundamental.

Por sua vez, o Estado Absolutista é também um elemento imprescindível para se entender a articulação entre o desenvolvimento europeu e a colonização moderna. Sua gênese está relacionada ao declínio da nobreza durante o final da Idade Média, que permitiu a centralização de poder na mão do monarca. Quanto ao seu caráter, notamos duas interpretações distintas: para Perry Anderson, um aparelho reforçado da nobreza feudal; para Poulantzas, elemento dotado de uma autonomia relativa durante uma fase específica de transição, "nem feudal, nem capitalista". Além disso, como sugerem Wallerstein e Anderson, a ascensão das monarquias absolutistas inaugura um sistema interestatal na Europa, que irá ter no mundo colonial um dos espaços para suas disputas.

Nessa perspectiva, a expansão comercial — que, repetimos, se desdobra em colonização efetiva em alguns territórios — e a disputa pelas possessões protagonizada por

algumas nações européias não podem ser entendidas sem referência aos processos de transformação pelos quais passa a Europa.

Como se pode notar, há convergência com as idéias dos estudiosos da discussão clássica sobre a economia colonial na América portuguesa, mas principalmente em relação aos autores do sentido da colonização, que interpretam a colônia a partir das determinações oriundas de sua articulação específica com as economias metropolitanas[193]. São interpretações que apontam na direção de entender a especificidade da colonização moderna a partir de uma totalidade: o desenvolvimento da economia-mundo européia durante a fase de transição do feudalismo ao capitalismo.

Contudo, essas interpretações — formuladas sobretudo por autores europeus — também foram alvo de críticas. A partir do Congresso Internacional de História Econômica realizado em Milão em 1994, intensificaram-se as críticas a respeito dos estudos que declaravam o colonialismo como um fenômeno fundamental para o desenvolvimento econômico da Europa em direção ao capitalismo. Nesse sentido, o congresso de Milão marca uma virada no ambiente acadêmico: a idéia da importância das colônias para o desenvolvimento europeu, com destaque para o papel das colônias durante a Revolução Industrial inglesa, é negada. A edição subseqüente do congresso, realizada em Madri em 1998, segue na mesma direção, desta vez com destaque para as intervenções de Patrick O´ Brien que reitera o ponto de vista de negar a importância do colonialismo para o desenvolvimento econômico europeu.

Não será possível reconstituir todos os elementos dessa polêmica, mas alguns de seus aspectos devem ser considerados para nossa argumentação. Em primeiro lugar, a tendência tem sido negar perspectivas totalizantes, que liguem o desenvolvimento econômico das diferentes regiões por meio de uma lógica única. Os críticos argumentam que tais interpretações totalizantes desconsideram as evidências empíricas, que justamente indicam a irrelevância (ou, quando muito, o papel secundário) das relações econômicas entre metrópoles e colônias para o desenvolvimento econômico das primeiras.

---

[193] Em Carlos Cordovano VIEIRA. *Interpretações da colônia...,* p. 13-81, há um detalhamento maior a respeito de quais seriam as teses de estudiosos europeus a influenciar diretamente as obras de autores marxistas brasileiros, entre eles Caio Prado Jr., Fernando Novais, Ciro Cardoso e Jacob Gorender, também estudados aqui. Contudo, acreditamos que, para o recorte a que nos propomos — que busca delimitar a cisão entre a discussão clássica sobre a economia colonial e o debate contemporâneo, as diferenças específicas entre os enfoques dos autores não invalidam nossa idéia de que todos eles podem ser agrupados como autores influenciados por interpretações sistêmicas do processo de colonização na época moderna.

Um segundo aspecto importante, que não pode ser separado do primeiro, é a ênfase nas estruturas econômicas que fogem à lógica de transferência de excedentes entre áreas do planeta. Nesse sentido, por oposição às interpretações totalizantes, há um nítido privilégio do peso do mercado intra-europeu para explicar a Revolução Industrial, bem como em salientar vários mecanismos e rotas comerciais que escapavam aos traços fundamentais da exploração colonial (comércio entre colônias, contrabando com outras potências européias).

Portanto, conforme adiantado, o enfoque dos estudiosos preocupados em compreender o fenômeno da colonização moderna sob o prisma da história econômica se modificou substancialmente. No entanto, não apenas a esse movimento se resumem as transformações da produção historiográfica internacional a respeito da colonização, com especial destaque para o caso português na América do Sul.

Entre os historiadores preocupados em estudar o conjunto das possessões portuguesas durante a época moderna, também ocorre uma transformação importante. As interpretações deixam de se pautar pela comparação e enquadramento dos processos de colonização portuguesa frente ao desenvolvimento geral do processo de colonização na era moderna, para dar ênfase às particularidades da sociedade, coroa e colonização portuguesas. Na nova perspectiva, são os valores do Antigo Regime português um dos principais elos explicativos para a formação da economia colonial e não a lógica de uma determinada estrutura econômica em desenvolvimento no continente europeu. Nos valeremos das idéias de Hespanha e de Russel-Wood para enfatizar as mudanças ocorridas na produção historiográfica que trata especificamente da colonização portuguesa.

O primeiro autor já teve algumas de suas principais idéias tratadas no capítulo 1. Naquele momento, analisávamos seu entendimento singular a respeito do caráter tardio da centralização de poder em Portugal. Segundo Hespanha, Portugal não poderia ser considerado uma monarquia com poder centralizado antes do século XVIII. Isso implicaria negar certos mitos da historiografia como o papel chave desempenhado pelas instituições monárquicas para a promoção do processo de exploração ultramarina. Na verdade, o reino de Portugal vivenciava ainda a predominância do que Hespanha denomina uma monarquia corporativa, que nas palavras do autor poderia ser assim caracterizada:

> "(...) o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica e pelos usos e práticas jurídicas locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; e os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real."[194]

Ao mesmo tempo que representa uma ruptura com a idéia de centralização precoce do poder em Portugal, o conceito de monarquia corporativa, que envolve um equilíbrio entre coroa e senhores e não a preponderância das atribuições reais, implica também um determinado posicionamento a respeito do papel da coroa lusitana no processo de colonização de suas possessões ultramarinas.

A idéia de monarquia corporativa indica a perda por parte da coroa lusitana de sua condição central para o entendimento da dinâmica das possessões imperiais portuguesas. A idéia de centralidade da coroa teria servido às interpretações clássicas, principalmente à linha do sentido da colonização, para demonstrar como os mecanismos da colonização serviram à exploração colonial, motor último de todo o processo. Deve-se, portanto, desfazer a "obsessão" pela relação estrita metrópole-colônia, em que se destaca o papel exercido pela centralidade da coroa, a fim de produzir uma interpretação mais apropriada do período colonial.

A perda de centralidade da coroa, ou seja, do governo metropolitano, indica que havia nas colônias classes capazes de negociar vantagens com o Estado português e se afirmar como interesse relativamente autônomo. Assim sendo, a idéia está relacionada com a formação de elites locais, capazes de acumular recursos, retendo parte do excedente que deveria ser destinado à metrópole.

Por sua vez, como já citamos, Russel-Wood apresenta outro aspecto central dos novos estudos a respeito da história da colonização portuguesa. Para esse autor, as pesquisas mais recentes procuram evidenciar a riqueza de relações presentes no mundo colonial por meio de uma abordagem mais "holista e flexível", que evite os problemas presentes nas interpretações dualistas — fundadas na idéia de pacto colonial.

---

[194] António HESPANHA. A constituição do Império português: críticas de alguns enviesamentos correntes. In: João FRAGOSO, Maria BICALHO & Maria GOUVÊA. *O Antigo Regime nos Trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 166-167.

A nosso ver, essas idéias convergem com as formulações propostas por António Hespanha. A idéia de centralidade da coroa portuguesa não é adequada para explicar a colonização em suas possessões. Ao contrário, está-se diante da intenção de afirmar novas perspectivas para os estudos. A nova historiografia de autores portugueses e brasileiros sobre o período, segundo Russel-Wood, deve buscar o entendimento das relações dentro do Império Português, com ênfase nos processos de negociação existentes entre os representantes da coroa no ultramar e os colonos, além de perseguir a compreensão dos mecanismos de representação local e seu papel para a formação de elites.

Assim sendo, a reflexão sobre o papel das investigações a respeito da participação portuguesa nesse processo toma renovado ímpeto. Como já apontamos, ocorre o afastamento das interpretações supostamente dualistas baseadas no "pacto colonial" e, em seu lugar, destacam-se as relações no âmbito do Império português, consideradas as possessões da coroa lusitana na África, Ásia e América. O intuito parece ser de renovar a visão geral que se tem sobre o período com novas obras que revelem a permeabilidade existente nos mecanismos mais gerais, que foram consagrados pela literatura tradicional, tais como a noção de pacto colonial e a idéia de extroversão das economias coloniais. Russel-Wood chega mesmo a apontar a importância de "se relativizar a excepcional importância conferida à metrópole na historiografia do 'primeiro' império europeu (...) Em resumo, um exame das relações intercoloniais na ausência de um componente metropolitano."[195]

Na interpretação proposta por Russel-Wood, nota-se o desprendimento a noções como de Sistema Colonial, ou outras construções teóricas que articulem o fenômeno da colonização em várias partes do globo ao movimento de desenvolvimento do capitalismo comercial europeu. Para o autor, as relações entre as colônias, sem que houvesse mediação da metrópole, podem ser tomadas como objeto estrito de pesquisa sem que se faça referência aos limites impostos pelo próprio fenômeno da colonização na época mercantilista. Nesse sentido, o autor destaca a importância de pesquisas cujo cerne sejam as interligações entre as colônias do Império português e os instrumentos utilizados por setores das populações coloniais como forma de obter favores régios e construir uma determinada posição de *status* e poder.

---

[195] *Ibid*., p. 15.

Boa parte da ênfase dos trabalhos está em expor a maneira como os colonos procuravam construir hierarquias e relações de poder no Novo Mundo, tentando, dessa forma, reproduzir um conjunto de valores presentes na sua sociedade de origem, a sociedade do Antigo Regime, *locus* de profunda e rígida segmentação. Além disso, os novos autores devem privilegiar, segundo a interpretação de Russel-Wood, pesquisas sobre as especificidades do Antigo Regime português e seus resultados sobre a dinâmica do Império português, tomado agora como unidade fundamental para as reflexões sobre a colonização.

Revelam-se, assim, as características do diálogo existente entre os trabalhos mais recentes sobre a economia colonial e algumas tendências historiográficas presentes em âmbito internacional. O desapego a interpretações sistêmicas encontra eco na atual fase de produção historiográfica sobre a colonização.

Assim, diversos traços reaparecem nas novas interpretações sobre a economia colonial a que fizemos referência e se juntam às contribuições de Fragoso e Florentino na tentativa de negar interpretações denominadas tradicionais e superá-las com novas visões sobre a colonização.

Dessa forma, ao se ler a nova produção de autores brasileiros sobre a economia colonial, convém salientar a convergência existente entre essas interpretações e as mudanças na historiografia internacional, que assistiu à emergência de grupos críticos às visões totalizantes. Além disso, é importante notar como a continuidade das pesquisas e a disseminação dessa perspectiva entre um maior número de pesquisadores indica a tentativa de consolidação dessa nova linha interpretativa, cujos fundamentos acreditamos ter apresentado ao longo das linhas precedentes.

2.2.2.2 – A economia colonial em três tempos: gênese, desenvolvimento e ruptura

As perspectivas apresentadas ao longo de nosso trabalho são partes integrantes de pesquisas individuais de seus respectivos autores. Cada um deles com suas preocupações singulares, com objetos determinados de pesquisa que exigiram uma metodologia e um certo conjunto documental próprios para a consecução de seus objetivos. Isso impõe à tarefa de reconstrução da história do debate sobre a economia colonial uma série de

cuidados específicos. Os conceitos desenvolvidos pelos autores não podem ser tomados à parte do conjunto de suas obras, pois fora dele perdem sua correta significação.

Dessa forma, nesta seção trataremos especificamente dos diferentes enfoques dados à realidade colonial a partir de um condicionante fundamental: os diferentes momentos em que pode ser dividida a história econômica da colônia. Nossa idéia é de que, de acordo a temporalidade do fenômeno estudado por determinado autor e do entendimento do próprio autor sobre o caráter desse fenômeno, variarão aspectos fundamentais da interpretação sobre os mecanismos de funcionamento da economia colonial.

Como já observamos, Fragoso critica a idéia de extroversão presente nas interpretações clássicas sobre a colonização portuguesa na América. Além de expor as linhas gerais, que a seu ver, delimitam os aspectos centrais dessas visões, o autor mostra a preocupação de indicar de que maneira esses autores tratam a realidade por ele estudada: a economia da cidade do Rio de Janeiro e suas imediações durante o final do século XVIII e início do XIX. Em *Homens de Grossa Ventura*, há uma seção específica para avaliar a pertinência das interpretações "tradicionais" frente à conjuntura estudada pelo autor[196].

Segundo Fragoso, as interpretações clássicas não são capazes de explicar os movimentos pelos quais passa a economia colonial no período por ele estudado (1790-1830), bem como falham em captar o significado histórico das transformações pelas quais passa a colônia nessa conjuntura. Em seu entendimento, para os estudiosos agrupados sob a vertente do modo de produção colonial, a continuidade da estrutura produtiva colonial básica — o escravismo colonial — é mais evidente e associada à reiteração da escravidão e dos nexos com a economia externa[197]. Por sua vez, os intérpretes do sentido da colonização, em linhas gerais, enxergam entre 1790 e 1830 — conjuntura marcada pelo movimento de independência política — uma continuidade da economia colonial em relação a seus mecanismos básicos de funcionamento. Para Fragoso, Caio Prado Jr., Fernando Novais e Celso Furtado chegam à mesma conclusão sobre a conjuntura acima referida:

> "Em outras palavras, mesmo após 1822, continuaria a dominar no País um tipo de economia dependente das flutuações internacionais, portanto, sem autonomia e

[196] João FRAGOSO. *Homens de Grossa aventura*..., p. 86-91 e 100-111.
[197] Ibid., p. 91.

> sem presença substantiva de outras atividades que não aquelas voltadas para o mercado internacional."[198]

Somente com as idéias de João Manuel de Mello, em *O Capitalismo Tardio*[199], se poderia dizer que trabalhos baseados no mesmo arranjo interpretativo proposto por Caio Prado Jr. iriam alcançar novos patamares no que tange ao entendimento da economia colonial, ao afirmar que a conjuntura econômica e as transformações derivadas da Independência política implicam transformações substanciais no arranjo econômico da ex-colônia. Segundo Fragoso, na obra de Mello:

> "(...) a crise do sistema colonial e a Independência implicariam algumas novidades para o funcionamento da economia brasileira. Isto é, o fim do exclusivo comercial e a criação do Estado nacional representam a possibilidade de uma economia nacional onde, portanto, o controle sobre o excedente econômico passa a ser interno."[200]

Assim expostas, as interpretações clássicas não seriam capazes de uma compreensão adequada da economia colonial na conjuntura por ele estudada. Essa impossibilidade adviria de seu olhar unilateral a respeito das formas produtivas presentes no interior do território da colônia. As interpretações clássicas se concentrariam demasiadamente nas estruturas produtivas voltadas ao exterior e nos mecanismos que garantiriam a transferência de excedentes ao continente europeu.

Por sua vez, a pretensão de Fragoso é nuançar a diversidade de formas produtivas presentes na economia colonial. Como já explicitamos, o mercado do Rio de Janeiro seria o *locus* para a realização da produção proveniente de diversas áreas, entre elas a região das Minas Gerais e São Paulo (produtos alimentícios diversos) e as charqueadas da região sul da colônia. A grande variedade de arranjos produtivos e sociais que se encontravam na colônia poderia ser tratada a partir da idéia de um *mosaico de formas não capitalistas de produção*, em que o modo de produção escravista colonial comandava outras formas não-capitalistas de organização da produção.

---

[198] Ibid., p. 89.
[199] João Manuel MELLO. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
[200] João FRAGOSO. *Op. cit.*, p. 90.

Seguindo uma definição de M. Godelier[201], Fragoso define a economia colonial como uma formação econômica e social específica. Esse conceito é importante para sua argumentação porque permite ligar os setores cuja produção é voltada ao mercado externo aos demais setores, cuja lógica de reprodução é, a seu ver, independente desses mecanismos. Existiria assim, um modo de produção dominante ligado às determinações provenientes do mercado externo — o escravismo colonial, mas seu funcionamento estaria amplamente condicionado por outros setores. Assim estaria definida a formação econômica e social própria da colônia. Disto derivam novas assertivas sobre o caráter da economia colonial:

> "(...) a presença de tal formação econômico-social redefine o quadro até então proposto pelos modelos explicativos da economia colonial. E isso na medida em que a própria reprodução do escravismo colonial passe a se mediatizar por elementos não apenas derivados do mercado internacional. A reiteração de tal escravismo passa a ter como pano de fundo um mercado interno colonial, constituído por outras formas sociais de produção não-capitalistas, além da escravista. Este fenômeno modifica o próprio comportamento do escravismo colonial, diante das flutuações do mercado internacional. E isso é resultado da própria natureza das formas de produção que abastecem o mercado interno."[202]

Do exposto se pode observar que Fragoso se vale da idéia de formação econômico-social para articular o modo de produção escravista colonial — que remonta às contribuições formuladas por Ciro Cardoso, autor com ativa participação no processo de elaboração da tese de Fragoso — ao mosaico de formas não-capitalistas de produção. Sob esse aspecto, o mosaico de formas produtivas parece avançar no mesmo sentido da idéia de brecha camponesa, presente no debate da discussão clássica. A economia colonial estaria visceralmente vinculada ao exterior, mas seu desenvolvimento gera formas autônomas que não podem ser apreendidas por enfoques que partam de sua articulação com a economia européia. Além disso, as implicações da idéia de formação econômica e social própria à colônia aparecem na valorização do mercado interno e nos nexos presentes entre os diversos setores não-capitalistas da produção.

---

[201] Segundo Godelier, escreve Fragoso, a noção de formação econômica e social procura dar conta da "(...) natureza exata da diversidade e da unidade específicas das relações econômicas e sociais, que caracterizam uma sociedade em determinada época". Maurice GODELIER *apud* João FRAGOSO. *Op. cit*., p. 144.
[202] *Ibid*., p. 145.

É sob este último aspecto que avançam as proposições de Fragoso. Para ele, a comunicação entre o modo de produção dominante e o mosaico de formas produtivas seria o fator chave para a compreensão dos processos de acumulação endógena presentes na economia colonial.

As áreas cuja produção se organizava sobre base não-capitalista e que não mantinham contato direto com os circuitos de comércio exterior apresentavam baixos custos monetários de produção. Em seu processo produtivo, grande parte de suas relações não se expressavam sob forma mercantil — como o caso da peonagem no sul da colônia, em que o peão permuta sua força de trabalho por elementos necessários à sua subsistência, o que, no contexto em que ocorre, não apresenta expressão monetária — e isso permitia a venda dos produtos aos setores monetizados — ligados ao mercado externo — por preços relativamente baixos.

Contudo, quais as implicações desse mecanismo de fornecimento de insumos e alimentos a baixo custo monetário para o funcionamento da economia colonial? Para responder a essa pergunta, tomemos uma unidade escravista qualquer voltada para exportação. Ela adquire insumos de setores externos a ela própria, mas em sua maioria internos à própria economia colonial, e escravos — se considerada uma tendência a crescimento vegetativo negativo dessa população[203]. Por outro lado, vende seus produtos ao exterior, seja diretamente, seja através da intermediação de alguma casa mercantil. Nas fases de baixa de preços do seu produto exportável, essa unidade escravista deveria, portanto, encontrar dificuldades para igualar suas receitas — declinantes em razão da queda nos preços — e suas despesas — que envolvem a compra de escravos por meio do tráfico e demais insumos necessários à sua produção. É nesse ínterim que os baixos custos monetários dos produtos de setores não-capitalistas permitem a continuidade das atividades do modo de produção principal. Dessa forma, os reduzidos custos de produção monetários das áreas subordinadas ao modo de produção dominante permitiriam a autonomização da economia colonial frente às flutuações dos preços para seus principais produtos exportáveis. Nas palavras de Fragoso:

---

[203] Tese essa defendida por João FRAGOSO e Manolo FLORENTINO. *Op. cit.*, p. 39-40.

> "A redução dos custos de produção da plantation, via mercado interno colonial, possibilitava que ela continuasse a produzir, e também ampliar, a produção, mesmo em condições de baixos preços internacionais."[204]

As idéias de Fragoso aparecem, portanto, como importante crítica às interpretações clássicas. Avançam com a perspectiva de Ciro Cardoso — a idéia de brecha camponesa e a importância das relações não-capitalistas no processo de formação da economia colonial, mas em novos termos, que procuram relativizar as conclusões precedentes da historiografia. Todavia, apesar de em determinados momentos de suas obras enfatizar sua intenção de não extrapolar suas conclusões para além dos marcos de sua pesquisa, as críticas do autor se dirigem à totalidade do período colonial, numa tentativa de releitura dos mecanismos básicos a definirem seu desenvolvimento.

Assim sendo, torna-se necessário balizar o debate em direção a linhas mais gerais, que nos permitam discernir as reais contribuições de João Fragoso e Manolo Florentino para a compreensão do período colonial. Suas idéias necessitam ser enquadradas no âmbito do desenvolvimento geral da economia da colônia. As palavras de Arruda indicam uma primeira aproximação à problemática:

> "Pensar a economia colonial, isto é, séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII, substancialmente, como definida pelo tripé: acumulação endógena, mercado interno e capital mercantil colonial residente, tríade esta que articula um novo 'sentido' para a colonização, (...) é cometer o pecado do anacronismo, isto é, transferir para o núcleo duro da colônia as características que começam a se formar nas suas bordas, final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, momento no qual, consensualmente, as estruturas coloniais encontram-se em transformação." [205]

Dessa forma, o enquadramento das interpretações sobre a economia colonial passa necessariamente pela demarcação de determinadas fases de seu desenvolvimento. Para o recorte desses momentos distintos, nos utilizaremos do trabalho de Ronaldo dos Santos — *O Rascunho da Nação*[206], que trata especificamente de uma periodização para se entender o movimento geral que leva à ruptura da condição colonial no início do século XIX.

---

[204] João FRAGOSO. *Op. cit.*, p. 273.
[205] José Jobson ARRUDA. O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In: José TENGARRINHA(Org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 249-250.
[206] Ronaldo M. dos SANTOS. O Rascunho da Nação. (Tese de doutoramento) Campinas, SP, 1985.

Em seu trabalho, Santos sugere quatro períodos fundamentais para se entender o processo de colonização portuguesa na América do Sul. O primeiro deles seria o estabelecimento das primeiras condições necessárias para a montagem da empresa agrícola exportadora. Nessa fase, a participação da coroa portuguesa é absolutamente primordial[207], principalmente a partir da Revolução de Avis (1383-1385)[208]. Aos portugueses, interessados não somente no lucro das atividades comerciais oriundas da ocupação de territórios ultramarinos, mas também na efetivação de sua posse frente ao interesse de potências rivais, coube o impulso inicial. Como é sabido, outras nações também participaram da empreitada, como foi o caso do importantíssimo apoio holandês[209].

Nessa fase se revela, com toda sua força, a articulação fundamental entre os processo de transformação na Europa — o fortalecimento do capital mercantil e o surgimento das disputas entre monarquias rivais — e o processo de colonização na América.

Por sua vez, Fragoso, como vimos anteriormente, entende que já nos primórdios da colonização na cidade do Rio de Janeiro, ainda no século XVI, havia a formação do que chama economia do bem comum. Através da assimilação de vantagens junto aos mecanismos de poder local, uma elite seria capaz de, desde cedo, formular interesses próprios, contrários ao "sentido da colonização" — tal qual formulado por Caio Prado.

As idéias de Fragoso sobre este aspecto específico, a nosso ver, não apresentam divergência em relação aos intérpretes do sentido da colonização. A formação de um extrato privilegiado entre a população da colônia respondia plenamente aos interesses metropolitanos, pois garantia sua representação por parte de agentes instalados no território ultramarino. Por outro lado, e nisso há mérito no enfoque de Fragoso, a própria instalação dessa elite já carrega em si o germe de uma tensão permanente no seio da sociedade colonial. Se os mecanismos gerais de funcionamento da economia destinam parte do excedente — qualquer seja a fração — ao exterior e se, por outro lado, há uma elite local, é totalmente previsível que, entre as preocupações dessa elite, esteja o objetivo constante em diminuir ao máximo a parcela da riqueza produzida no território colonial destinada ao

---

[207] Em completa discordância à idéia de monarquia corporativa proposta por Hespanha.
[208] Ibid., p. 1-17.
[209] Celso FURTADO. *Op. cit.*, p. 15-19.

exterior. Essa é uma condição estrutural, cuja expressão concreta — a distribuição efetiva do excedente — varia de acordo com as conjunturas por que passa a economia colonial.

Contudo, essas mesmas idéias de Fragoso trazem a necessidade de se qualificar as contribuições de Gouvêa, que defende a existência e a importância de sentimentos de pertença dos habitantes coloniais em relação ao Império português, razão pela qual lutam a seu favor em determinadas conjunturas. A maneira como Gouvêa trata os movimentos na esfera ideológica ganha um novo significado frente à noção de economia do bem comum formulada por Fragoso. Desde a perspectiva formulada por este, deve-se entender que não se tratam de sentimentos de pertença dos vassalos na colônia em relação aos interesses da coroa lusitana, mas sim a expressão ideológica de interesses que se acomodaram às estruturas do movimento geral da colonização portuguesa, ou melhor, das elites instaladas na colônia e beneficiadas pelo mecanismos do sistema. O sentimento de pertença do colonizado é derivado de uma dominação ideológica: a elite colonial brasileira se ajusta ao "pacto" e internaliza a ideologia do colonizador.

Isto posto, uma segunda fase para a compreensão da economia colonial seria entendida por Santos como o período de seu desenvolvimento. Nessa fase, ocorre o acirramento da concorrência colonial[210] entre as potências européias. Para Portugal especificamente, trata-se de um duplo movimento. Primeiro o período da União Ibérica, que marca a concretização da ofensiva holandesa sobre os territórios da colônia portuguesa, seguido pela desarticulação entre Portugal e Espanha, que deixa o reino fragilizado frente às demais potências. Na colônia, assiste-se ao amadurecimento da agricultura canavieira para exportação no nordeste. Novos setores subsidiários — tais como a pecuária — surgem e crescem.

Nesse contexto de aumento no volume e diversidade das atividades começam a aparecer as primeiras tentativas metropolitanas com a intenção de limitar a mercantilização interna da colônia, ou melhor, de fazer valer os mecanismos do exclusivo metropolitano. Ao mesmo tempo, o tráfico atlântico de almas começa a se sedimentar enquanto setor do comércio colonial[211].

---

[210] Ronaldo SANTOS. *Op. cit.*, p. 34-41.
[211] *Ibid.*, p. 42-75.

A terceira fase é central para a temática que abordamos. Trata-se, para Ronaldo Marques dos Santos, do momento de auge da economia colonial. Esse momento se confunde com o ciclo aurífero na região das Minas Gerais no século XVII, que traz profundas modificações para a estrutura interna da colônia.

Em primeiro lugar, começam a se generalizar violações aos mecanismos do pacto colonial. O tráfico atlântico de escravos, por exemplo, começa a se desenvolver sem a interposição de representantes metropolitanos, inicialmente entre os portos da Bahia e os da Costa da Mina na África, para depois se generalizar em outras regiões da colônia. O contrabando recrudesce em decorrência do acirramento das pressões das demais nações européias[212].

Além disso, aspectos centrais do escravismo começam a se diferenciar. Devido ao caráter da atividade mineradora empreendida no Brasil, a combinação entre grandes proprietários e escravismo foi abrandada. Cada vez mais, pequenos e médios produtores se valiam da utilização do trabalho cativo. Isso se relaciona não somente à utilização de escravos em atividades não ligadas diretamente à exportação, mas também à formação de classes médias no campo, primordialmente ligadas à agricultura de abastecimento. Por outro lado, o ciclo aurífero proporcionou o aprofundamento da divisão do trabalho e o florescimento da vida urbana na colônia, situação inédita em sua realidade.[213]

Terceiro aspecto de fundamental importância, e relacionado à formação de estratos médios e ao crescimento das cidades no seio da sociedade colonial, é o avanço da

---

[212] "Nas cidades portuárias da colônia, principalmente Salvador, a burguesia nativa, além de acumular os lucros do tráfico, viveu sua 'idade de ouro' no comércio das manufaturas européias que entravam por via ilegal ou através do contrabando intenso que aos poucos foi se organizando na Inglaterra e se aparelhando com navios regulares, comissários, correspondentes, firmas organizadas, companhias de seguro, publicidade, etc." *Ibid*., p. 102. A questão do tráfico negreiro realizado sem a intermediação de agentes metropolitanos é inauguradora de uma fonte importante de acumulação por parte de agentes internos à economia colonial. No entanto, não representa uma negação estrutural dos mecanismos do sistema colonial. Como bem salienta Arruda: "É inquestionável o significado histórico da massiva e forçada migração transoceânica na caracterização do espaço atlântico, menos ainda sua contribuição decisiva na conformação sócio-cultural da futura identidade brasileira. Reificar essa relação, porém, nublando o papel desempenhado pelo espaço europeu, exige assumir que a polaridade afro-brasileira seria capaz de retroalimentar-se, gestando um sistema atlântico auto-reprodutivo, possibilidade esta que confronta os fatos. Afinal, o núcleo político decisório encontrava-se instalado na Europa, no reino português onde se alojavam as elites políticas mercantis, agenciadoras dos recursos originariamente investidos no tráfico, condição essa sem a qual nenhum valor teria sido outorgado à mão-de-obra em longo prazo disponível no litoral africano, pela impossibilidade de conectá-la ao parque produtivo americano." José Jobson ARRUDA. *O Império Tripolar: Portugal, Angola, Brasil*, p. 4-5. *mimeo*.

[213] Ronaldo SANTOS. *Op. cit*., p. 99-112.

tributação e da circulação monetária. Pela primeira vez, havia condições objetivas para alicerçar o avanço da tributação:

> "(...) a dinâmica da economia mineradora vinha do lado da oferta e seu ritmo correspondeu ao das quantidades de metal efetivamente extraído por ano, o que implicou na inversão do fluxo de mercadorias que percorriam os circuitos mercantis; por isso mesmo, a principal fonte de taxação, ao invés de se situar em Lisboa, transferiu-se para o coração da região das minas."[214]

A circulação monetária foi, em parte, também fruto da extração aurífera, mas sua reiteração se relaciona, mais ainda, ao surgimento e amadurecimento das cidades e de circuitos mercantis internos, ligados seja ao mercado interno em crescimento, seja ao mercado externo. A integração entre as diversas regiões da colônia, apesar dos vários controles metropolitanos, começa a se revelar mais intensa.

O que esses elementos indicam é, em verdade, a formação de pré-condições para o surgimento do capital mercantil interno à colônia. Como vimos, Fragoso entende que o surgimento da capital mercantil interno corresponde a uma negação dos modelos interpretativos clássicos. Seria, nesse sentido, expressão da força do mercado interno como elemento explicativo primordial para se entender a dinâmica da economia colonial.

A ênfase sugerida por Santos é, ao contrário, a formação do capital mercantil interno à colônia como decorrência histórica concreta de contradições inerentes ao processo de colonização na América portuguesa. Não se trata de um resultado inevitável, mas um sim uma possibilidade dentre as várias nos marcos do desenvolvimento ditado pelo predomínio do capital mercantil autônomo e pelas disputas entre as monarquias absolutistas européias. Deve-se notar que ambos os autores tratam esse capital mercantil interno — ou residente — como elemento portador de interesses próprios frente à metrópole. Contudo, a especificidade de seu surgimento é diferente nas duas argumentações e traz à luz a necessidade de entender os elementos presentes na história colonial, bem como de suas manifestações estruturais que lhe conferem racionalidade própria.

Por fim, resta ainda ressaltar as características do que Santos chama de fase de ruptura da economia colonial. Aqui se encontrariam dois movimentos distintos a ditar a especificidade desse período. Partindo da análise de Fernando Novais, Santos reafirma a

---

[214] *Ibid*., p. 112.

crise do Antigo Regime na Europa e, com ela, tensões que pressionam pela ruptura do Antigo Sistema Colonial. Como peça do movimento de acumulação primitiva de capitais, o Sistema Colonial auxilia o desenvolvimento do capitalismo na Europa. No entanto, a forma desenvolvida do capitalismo industrial não tolera as amarras impostas pelo próprio sistema colonial. Assim sendo, o capital comercial perde sua preponderância frente ao desenvolvimento do capitalismo industrial e abre espaço para a superação de suas formas.

> "(...) efetivamente, a exploração colonial ultramarina promove, por uma lado, a primitiva acumulação capitalista por parte da camada empresarial; por outro lado, amplia o mercado consumidor de produtos manufaturados. Atua, pois, simultaneamente, de um lado, criando a possibilidade do surto maquinofatureiro (acumulação capitalista), por outro lado a sua necessidade (expansão da procura por produtos manufaturados). Criam-se, assim, os pré-requisitos para a Revolução Industrial — processo histórico de emergência do capitalismo. Assim, pois, chegamos ao núcleo da dinâmica do sistema: ao funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação"[215]

Por outro lado, do plano interno à colônia, o desenrolar do processo de colonização conduziu a uma complexificação de sua organização. Como vimos, surgem elementos em flagrante contradição aos mecanismos mais gerais de funcionamento do exclusivo metropolitano.

Aliás, não se trata de inovação alguma a constatação de que o período de ruptura da economia colonial — correspondente ao final do século XVIII e início do século XIX — é representativo de uma sociedade e economia complexas que entram em conflito aberto com as limitações impostas pela condição colonial. Veja-se o caso de Caio Prado Jr., que chama o período de 1770 a 1808 de "apogeu da colônia"[216]. Igualmente, Fernando Novais enxerga no momento da crise do Sistema Colonial uma época de florescimento da economia colonial. Mas é Santos quem sintetiza a perspectiva "da colônia" a respeito do momento da crise do Sistema Colonial:

---

[215] Fernando NOVAIS. *Portugal e Brasil*..., p. 114. "(...) o Sistema Colonial do Antigo Regime criou o mercado mundial da Idade Moderna baseado na acumulação mercantil, que se alimentava da diferença de preços garantida pelos monopólios concedidos às companhias privilegiadas de comércio pelos Estados nacionais europeus. Por isso, os produtos coloniais destinavam-se a mercados restritos (...) O contrário ocorreu no final do período (1830), quando o capital industrial britânico criou um novo mercado mundial, onde os gêneros coloniais se transformaram em alimentos e matérias-primas para a produção de mercadorias em massa e, consequentemente, a preços declinantes. Para isso foram abolidos os monopólios e com eles a supremacia do capital mercantil, que cada vez mais se tornou simples agente subordinado à acumulação da grande indústria maquinizada." Ronaldo SANTOS. *Op. cit*., p. 133.

[216] Caio PRADO JR. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 79-122.

> "Assim, a economia mineradora através do seu poder dinamizador permitiu o avanço substancial da mercantilização interna, e portanto o aprofundamento das contradições que seriam levadas ao auge"[217]

Dessa perspectiva, estavam, portanto, dados os limites estruturais para Portugal e sua principal colônia na época de crise do Sistema Colonial. De um lado, o desenvolvimento do capitalismo industrial e a queda do Antigo Regime no continente europeu. Por outro, o desenvolvimento de mecanismos internos ao território colonial que pressionavam os pressupostos básicos do exclusivo metropolitano. Nessa conjuntura, advinda de modificações de longo curso no seio da economia colonial, as possibilidades históricas de encaminhamento para a questão da crise do Sistema Colonial se estreitavam.

> "Ante esse novo mercado mundial, precisamos agora indagar sobre a capacidade da Colônia de assimilar os novos dinamismos, ou seja, atingindo o auge das possibilidades da economia colonial, suas chances seriam de regressão ou de ruptura e superação."[218]

Ante esse quadro, a Independência política ganha significado completamente diverso ao que Fragoso atribuiu aos intérpretes clássicos da economia colonial — notadamente à perspectiva do sentido da colonização — e sinaliza a inadequação de suas críticas a respeito da reiteração das estruturas coloniais após os eventos de setembro de 1822. Ela não foi apenas um evento que marcou a possibilidade de internalização de alguns circuitos mercantis e produtivos, mas a resposta ao processo de crise do Sistema Colonial, que poderia ter significado a regressão, ou seja, o retorno às amarras mais estreitas do pacto colonial.

A questão do desenvolvimento da economia colonial reaparece remetida a novos elementos, que conferem uma nova compreensão ao papel do mercado interno e das elites locais como fatores importantes para se explicar os movimentos de mudança. Como bem notou Novais a respeito da problemática envolvendo o mercado interno:

> "(...) os trabalhos recentes e de grande mérito sobre o mercado interno no fim do período colonial não refutam (como seus autores se inclinam a acreditar) de maneira alguma aquele esquema que gostam de apodar de 'tradicional'; o

[217] Ronaldo SANTOS. *Op. cit*., p. 131.
[218] *Ibid*., p. 132.

> crescimento do mercado interno é, pelo contrário, uma decorrência do funcionamento do sistema, ou, se quiserem, a sua dialética negadora estrutural."219

Isto posto, acreditamos ter elucidado alguns aspectos da polêmica envolvendo as diferentes linhas historiográficas. As diversas interpretações, conforme procuramos demonstrar, se fundamentam em temporalidades diferentes para a abordagem a respeito da economia colonial na América portuguesa. Não há a intenção de desqualificar as úteis contribuições dos novos autores, mas relativizá-las frente ao recorte temporal e lógico por elas proposto. Dessa forma, se poderá avançar efetivamente com o debate, de maneira a incorporar novos elementos para o estudo do período.

2.2.2.3 – O período do 1790 a 1830 e o problema das flutuações coloniais

Para Fragoso e Florentino, as características centrais da economia colonial permitiam uma relativa autonomia frente às variações na demanda externa por seus principais produtos[220]. Chegam a essa conclusão pela confrontação entre dados referentes ao comércio exterior no período por eles estudado e informações sobre a produção no mercado interno colonial.

Para os autores, o período de 1790-1850 "situa-se em um ciclo de Kondratieff, marcado por uma fase positiva (A), de 1792 a 1815, e por outra negativa (B), que se estende de 1815 a 1850."[221]. Na fase de expansão, a economia colonial acompanha o movimento geral e aumenta o volume e as receitas advindas de transações com o exterior. Contudo, a atipicidade se encontra no comportamento da economia durante a fase B do ciclo.

Ao contrário do que se poderia imaginar a partir dos modelos interpretativos clássicos, sugerem Fragoso e Florentino, a economia interna à colônia é capaz de manter uma processo de reprodução ampliada nesse período, aumentando o volume de produtos exportados e incorporando mais mão-de-obra. O caso dos principais produtos de exportação

---

[219] Fernando NOVAIS. Condições de privacidade na colônia. In: *Aproximações*..., p. 217.
[220] Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *Op. cit*., p. 37-43. João FRAGOSO. *Homens de Grossa aventura*..., p. 266-302.
[221] João FRAGOSO. *Op. cit*., p. 270.

da colônia — o café e o açúcar é paradigmático nesse sentido. Seus preços caem durante a fase regressiva do ciclo. Contudo, o volume exportado para esses produtos sobe proporcionalmente mais que a queda nos preços. Por conseguinte, as receitas de exportação se elevam.

No entanto, cabe questionar quais seriam os mecanismos que permitiriam à economia interna reproduzir e ampliar sua estrutura produtiva. Como já salientamos, os autores entendem que essa autonomia frente a flutuações externas se relaciona às múltiplas formas produtivas no interior da colônia, que possibilitam o fornecimento de insumos a custos monetários extremamente baixos. Ao mesmo tempo, ao menos para o açúcar, o mercado interno começa a aparecer como componente importante da demanda, o que também ajuda a explicar a autonomização da procura frente às conjunturas externas[222].

Por outro lado, outros setores, principalmente ligados à produção de alimentos, também apresentavam comportamento discrepante dos movimentos mais gerais do mercado internacional. Tal é o caso do charque, da farinha e do trigo, cujo volume transacionado cresce mesmo em conjunturas desfavoráveis quanto a seu preço de mercado[223]. Na perspectiva de Fragoso e Florentino, isso insinuaria que sua reprodução se dá à margem de qualquer circuito mercantil, por meio de relações econômicas não-capitalistas e não-monetizadas.

À parte a discussão sobre as implicações desse raciocínio para a compreensão geral sobre a dinâmica da economia da colônia, assunto que acreditamos já ter analisado fartamente, há também uma discussão subjacente ao valor empírico das afirmações de Fragoso e Florentino a respeito dos movimentos da economia colonial frente às sucessivas conjunturas do comércio exterior.

Mariutti, Nogueról e Danieli Neto estudaram o comportamento dos preços e das vendas internacionais de dois produtos dentre os pesquisados por Fragoso: o café e o açúcar. Segundo esses autores há alguns equívocos na perspectiva anunciada por Fragoso para a interpretação dos dados sobre esse dois gêneros. A tabela abaixo expressa alguns dados para subsidiar essa conclusão:

---

[222] "Assim sendo, nota-se que a plantation, seja através do consumo interno de açúcar ou da aguardente, possui mecanismo para contrabalançar a retração do mercado internacional." *Ibid*., p. 280.
[223] *Ibid*., p. 282.

Tabela 1 - Variações percentuais e taxas anuais alegadas por Fragoso, em diferentes lugares, de preços, receitas e volumes de açúcar e de café exportados pelo Brasil em diferentes períodos.

Lugar e Período	Preços (Açúcar)	Receitas (Açúcar)	Volume (Açúcar)	Preços (Café)	Volume (Café)
Amsterdã (1813 - 1820)	-53,80%				
Brasil (1821 - 1831)	-3,1% a.a.	+2,7% a.a.	+5,6% a.a.	-7,4% a.a.	+13,8% a.a.
Rio (1799 - 1811)	-5,7% a.a.	-19,9% a.a.	-23,2% a.a.		

Fonte: Mariutti, Nogueról e Danieli Neto, p. 375. Dados do próprio Fragoso.

Como se pode observar na tabela acima, Fragoso calcula taxas médias anuais para preços e volume do açúcar e café no comércio internacional. No entanto, ao calcular valores médios para séries de valores, o autor negligencia as variações existentes dentro dos intervalos por ele pesquisados.

Há, sem dúvidas, uma tendência à queda dos preços em alguns períodos, mas ela não se expressa em todos os anos. Trata-se de um mercado com grandes oscilações, o que não permite aos produtores em determinadas ocasiões discernir as diferenças entre movimentos de curta e média duração. Por exemplo, os preços do açúcar no Brasil em 1828 são de quase 3$500 réis por arroba, frente a algo próximo a 2$100 réis em 1821, uma variação positiva de mais de 50% entre estes dois momentos. Não obstante, a média do período 1821-1831 marca um declínio de 3,1% a.a. Entre 1821 e 1828, houve variação positiva nos preços, mais que contrabalançada pela queda após 1828, o que levou a uma perda anual média de 3,1%. Os produtores, contudo, não poderiam prever em 1828 que os preços cairiam com a intensidade ocorrida. Assim sendo, poderia-se supor que, guiados por uma conjuntura favorável, teriam ampliado a produção num período que, em média, apresentou preços declinantes.

Assim sendo, o comportamento médio dos preços para o período estudado não permite elementos que possam afirmar seguramente a autonomização dos ritmos de acumulação internos, ou melhor, que o volume exportado tenha se elevado a despeito da queda nos preços. O aumento da produção açucareira poderia ser entendido como resposta aos expressivos aumentos nos preços — localizados em apenas alguns anos, não obstante a queda média nos preços entre 1821 e 1831.

Em segundo lugar, ainda que consideradas as médias calculadas por Fragoso, Mariutti, Nogueról e Danieli Neto chegam à conclusão — a partir de uma análise de variância — que as médias dos preços do açúcar no porto do Rio para o período de 1799-1811 e para o Brasil como um todo entre 1821-1831 não são significativamente diferentes.

> "A média dos preços da arroba do açúcar no porto do Rio, entre 1799 e 1811, é de 2$048 réis, enquanto que entre 1821 e 1831 é de 2$297 réis para o Brasil. Supondo que a média fluminense no segundo período não fosse substancialmente diferente da brasileira, teríamos, a princípio, um aumento dos preços que estimularia a sucrocultura fluminense (...) Realizando, no entanto, um teste de análise de variância, não rejeitamos a hipótese de igualdade entre as médias. Com isto, estamos querendo dizer que os produtores de açúcar não tinham motivos para reduzir a produção, dado que os preços internacionais não foram desfavoráveis a eles."[224]

Por fim, sobre os dados utilizados por Fragoso para afirmar a autonomia dos mecanismos internos de acumulação, resta ainda destacar as críticas de Mariutti, Nogueról e Danieli Neto à interpretação das informações sobre os produtos ligados ao abastecimento interno (trigo, farinha e charque). Esses produtos estariam ainda fortemente correlacionados às variações do setor exportador, embora já pudessem sentir alguns sinais a indicar a introversão de seus ritmos.[225]

Contudo, não se resumem a isso as possíveis ressalvas que poderiam ser feitas à idéia de autonomização dos circuitos internos de acumulação no seio da economia colonial brasileira. Além do que já foi dito, em alguns momentos, faltou a Fragoso e Florentino uma crítica mais detida dos dados que utilizaram, no sentido de contextualizar essas informações ao quadro geral pelo qual passava a economia colonial na conjuntura de 1790 a 1850. Quanto a isso, seria necessário destacar os efeitos da conjuntura política da época, além do desenvolvimento interno da colônia na fase de crise do Antigo Sistema Colonial.

Quanto à conjuntura política, ocorre o acirramento das tensões entre as duas principais potências européias à época — França e Inglaterra. Portugal se vê no seio de um conflito, em que procura adiar ao máximo seu alinhamento explícito a qualquer uma dessas duas nações. Entretanto, a situação extrema causada pela iminência da invasão do reino pelas tropas francesas no início do século XIX impõe uma decisão fundamental ao rei

---

[224] Eduardo MARIUTTI, Luiz NOGUERÓL, Mário DANIELI NETO. *Op. cit.*, p. 377.
[225] Ibid., p. 379-380.

português. Ou se mantinha no reino e se alinhava à França, com sérios riscos a seu império no ultramar. Ou se alinhava à Inglaterra, com o que garantia segurança a suas possessões coloniais, mas precipitava a invasão francesa ao território reinol.[226]

Como transcorrido, a decisão de D. João foi fugir com sua corte para o Brasil. A chegada em 1808 marca mudanças importantes quanto à análise da economia colonial. São inúmeras as medidas do rei logo após sua chegada. Poderiam ser citadas a abertura dos portos às nações amigas, a fundação do Banco do Brasil, fundação das primeiras faculdades no território colonial. Mais especificamente para a cidade do Rio de Janeiro, são inúmeras as obras de melhoramento na nova capital do Império lusitano. O gasto público se eleva substancialmente apoiado num sistema tributário e bancário organizado sob a gestão do rei, o que produz efeitos cumulativos sobre a atividade produtiva no interior do território colonial.

> "Em conclusão, podemos dizer que durante sua estada na colônia, o rei intensificou o aparelho de exação fiscal a ponto de quadruplicar a arrecadação, permitindo o avanço necessário do gasto público e, sob o pretexto do recebimento dessa massa tributária, a Coroa pode se valer do sistema para antecipar o gasto e fazer circular papéis. Tais avanços da dívida pública só seriam possíveis porque apoiados em uma economia diversificada em regiões e produtos e com alto giro comercial, tendo como principal meio de execução o Banco do Brasil que acabou por servir de instrumento não só para o avanço do gasto público como também do setor comercial como um todo."[227]

Por outro lado, ocorre também a Independência política em 1822, fator de outras tantas transformações para a sociedade da ex-colônia. A ruptura com Portugal significou a oportunidade para que diversos circuitos mercantis, antes mediados por capitais externos à colônia, pudessem ser internalizados.

Um segundo aspecto importante para a crítica às fontes quantitativas utilizadas por Fragoso e Florentino vem a ser o movimento próprio de desenvolvimento do mercado interno na época da crise do Antigo Sistema Colonial. Nesse sentido, vale lembrar a política econômica de diversificação e ampliação das atividades coloniais promovidas pelo marquês de Pombal e estudadas por Fernando Novais[228]. Além disso, conforme argumenta Santos,

---

[226] Fernando NOVAIS. *Portugal e Brasil*..., p. 17-32.
[227] Ronaldo SANTOS. *Op. cit*., p. 188.
[228] Fernando NOVAIS. *Op. cit*., p. 213-298.

se está diante de um período de ultrapassagem aos limites à mercantilização interna à colônia.

A princípio, esses acontecimentos indicam a singularidade da situação política pela qual passava a colônia, mas, principalmente, a cidade do Rio de Janeiro. Essas observações se juntam às que indicamos a respeito da própria organização dos dados feita por Fragoso — indicadas no princípio desta seção. Assim sendo, acreditamos que a análise apresentada por Fragoso e Florentino a respeito das condições gerais da economia colonial, em que se destaca o crescimento do mercado interno, deve ser ponderada à luz dessa conjuntura específica. Trata-se, a nosso ver, contudo, de tema a ser aprofundado em pesquisa específica, que escapa aos limites delimitados neste trabalho.

2.2.2.4 – O Arcaísmo como projeto e a interpretação geral sobre a economia colonial

As interpretações da linha do "sentido da colonização" enfatizam que a economia e sociedade coloniais inauguram uma estrutura dependente — mas não reflexa como indicam as novas obras — dos movimentos externos. Sua principal fonte de mão-de-obra, os escravos, não se reproduz internamente. Grande parte da demanda por sua produção é também externa, o que determina os produtos sobre os quais se organiza a produção. Os movimentos de seu mercado interno em desenvolvimento não são ainda autônomos.

Isto posto, não poderiam os autores afirmar que há uma ruptura das relações fundamentais de dependência econômica em relação ao exterior com o fim dos mecanismos da política de exclusivo metropolitano. Algumas das condições estruturais da economia e sociedade permanecem após a Independência política do Brasil. Veja-se a seguinte passagem de Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota:

> "(...) o processo de emancipação política do Brasil configurou uma revolução, uma vez que rompeu com a dominação colonial, alterando a estrutura do poder político — com a exclusão da metrópole portuguesa. Revolução, entretanto, que levaria o Brasil do Antigo Sistema Colonial português para um novo Sistema Mundial de Dependências"[229]

[229] Carlos Guilherme MOTA & Fernando NOVAIS. A independência política do Brasil. São Paulo: Moderna, 1986, p. 47

Não se trata, portanto, de desconsiderar a importância central do processo de Independência política, que, como muito bem salientou Ronaldo Santos, representa uma das possibilidades no quadro da crise do Antigo Sistema Colonial e que apenas se concretiza devido à existência de interesses que lhe são subjacentes e lutam pela distensão das amarras impostas pela dominação metropolitana. Especificamente, trata-se das tensões entre os setores criados pelo aprofundamento da divisão do trabalho e da mercantilização interna à colônia — com destaque para o capital mercantil residente — e a possibilidade de enrijecimento da política metropolitana com vista a "recolonizar" o Brasil após a Revolução do Porto de 1820.

Assim sendo, a Independência em 1822 não é apenas um mero episódio, vazio de um valor significativo para a história da economia colonial. Refere-se ao encaminhamento de questões cruciais na época de crise do sistema colonial. Contudo, os autores do sentido da colonização insinuam a continuidade da dependência econômica em termos bastante similares ao período anterior, desta vez em direção ao predomínio inglês. Furtado também trabalha a questão[230], evidenciando a maneira pela qual a estrutura agrária da economia brasileira seria incapaz de efetivamente se autonomizar com o fim do predomínio político português.

Assim sendo, o "sentido da colonização" se manifesta na formação de uma economia estruturalmente dependente, traço que servirá de linha mestra para o entendimento sobre o Brasil contemporâneo. Nesse sentido, a interpretação sobre a formação da economia e sociedade no Brasil se volta aos processos sistêmicos de formação da economia capitalista moderna, em que o papel reservado à periferia é de complementar as atividades desenvolvidas no centro. Em certa concepção, nessas interpretações, libertar o Brasil de suas heranças coloniais mais nocivas requer uma ruptura com os quadros mais gerais de desenvolvimento do capitalismo. Isso se expressa mais claramente seja na postura revolucionária adotada por Caio Prado Jr., seja nas idéias de Celso Furtado a respeito da necessidade de formação de setores industriais, responsáveis pela eliminação dos traços de dependência econômica frente às regiões centrais.

Por sua vez, as interpretações recentes sobre a economia da colônia portuguesa tendem a relativizar a importância dos limites impostos pela condição colonial ao seu

---

[230] Ver Celso FURTADO. *Op. cit.*, p. 93-105.

desenvolvimento, pois procuram enfatizar a suposta preponderância do mercado interno enquanto fator primordial para se apreender a dinâmica da economia durante esse período. Esse nexo de dependência em relação ao exterior deixa de existir. Em seu lugar surgem novas explicações para compreender os movimentos de longa duração da economia e sociedade coloniais.

Isto posto, passemos a evidenciar os principais traços analisados pelas novas interpretações como fundamentais para explicar a dinâmica da sociedade colonial. Como vimos, o cerne de suas análises irá se deslocar para a avaliação de peculiaridades da colonização portuguesa nos quadros do Império português tomado em conjunto, com destaque para as relações no "sistema atlântico português". Mais importante para nossos objetivos, os novos trabalhos indicam a importância da formação precoce de um mercado interno relativamente autônomo e de elites com interesses próprios — que orientariam suas ações com o fim de perpetuar um sistema de privilégios baseado numa forte hierarquização (desigualdade)[231].

Dessa forma, se colocadas em um quadro mais geral do debate a respeito da economia colonial, as conclusões dos autores da nova historiografia pretendem inaugurar uma nova interpretação sobre os mecanismos fundamentais dessa realidade[232]. Observemos o seguinte trecho de *O arcaísmo como projeto*:

> "É inegável que, desde a abolição do tráfico negreiro (1850), ocorreram flagrantes mutações estruturais na economia brasileira. (...) Não seria difícil detectar, contudo, a manutenção de uma perversa diferenciação de renda, com a maior parte da população excluída do acesso à riqueza produzida. (...) Nosso trabalho procura contribuir para o entendimento desta cruel persistência, buscando encontrar seus nexos nos mecanismos internos que, por mais de três séculos (isto é, perpassando as mais diversas conjunturas), propiciaram a contínua reprodução da economia colonial."[233]

Os autores demonstram, portanto, preocupação com a profunda desigualdade que marca a sociedade brasileira. Esta problemática também já se apresentava nas linhas

---

[231] É o que procura salientar Fragoso com a idéia de "Economia da República ou Economia do bem comum", já exposta em nosso trabalho. Ver nota 176.

[232] "O trabalho que apresentamos assume os riscos inerentes à tentativa de ultrapassar a redução (...) da reflexão histórica à simples reiteração da 'memória'. Ao contrário, assume-se aqui a idéia, tão cara a Marc Bloch, de que o ofício de historiador pode oferecer importantes subsídios para, através do passado, ajudar a compreensão do presente." Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO, *Op. cit*., p. 12.

[233] Manolo FLORENTINO, & João FRAGOSO, *Op. cit*., p. 12.

tradicionais, mas a nova linha historiográfica articula de maneira distinta o problema da manutenção da desigualdade com o passado colonial brasileiro. Enquanto o "sentido da colonização" privilegia o entendimento de que a desigualdade é uma das mazelas associadas ao subdesenvolvimento e à dependência da economia brasileira, os novos autores indicam que a própria dinâmica da sociedade tem como objetivo central a manutenção dessa desigualdade, e assim a perpetua.

Se os excedentes econômicos já eram incorporados por setores internos (as elites locais) durante a época colonial, a economia se desliga de sua fundamental dependência em relação ao exterior. A possibilidade de se traçar um caminho autônomo estaria dada ainda nas estruturas da economia colonial sob dominação da coroa lusitana, porque, afinal, o excedente se concentrava internamente ao território colonial. Todavia, o que se observa é a formação de uma sociedade desigual.

> "Um dado, porém, escapou aos clássicos da historiografia: a consecução desses objetivos exteriores [criar e transferir excedentes para a Europa] implicava, necessariamente, a emergência de um sistema econômico e social cujo funcionamento se identificava com a reiteração temporal de uma hierarquia a uma só vez diferenciada e excludente."[234]

Assim, os autores da nova historiografia, ao criticarem a importância fundamental dada à oposição metrópole-colônia e deslocarem sua atenção para mecanismos internos de acumulação, estão também propondo uma nova interpretação do significado histórico do período colonial. A síntese dessa percepção é expressa pela idéia de arcaísmo, ou seja, uma sociedade que regula a reprodução de sua existência — inclusive da esfera econômica — por meio de mecanismos extra-econômicos, a manutenção de uma sociedade arcaica, moldada de acordo com os valores do Antigo Regime Português.

Esse projeto arcaico envolveria não apenas os setores mais privilegiados da sociedade colonial — entre eles se destaca sua elite mercantil, mas também as classes subalternas — escravos e despossuídos. Tratava-se de um projeto *compartilhado* por todas as classes presentes na sociedade colonial. Nas palavras dos autores:

> "Contemplava-se, assim, através da surbordinação da acumulação comercial, a constituição de uma sociedade arcaica, com sua hierarquia excludente em

[234] *Ibid*., p. 101.

> perpétua reconstituição. Nas condições específicas da Colônia, a ausência deste movimento inviabilizaria o grande cenário que por séculos articulou senhores e cativos."[235]

Dessa forma, a continuidade da escravidão e de outros fenômenos ligados à realidade colonial, mesmo após a Independência política, seria resultado da permanência de valores arcaicos. Essa é a perspectiva apresentada também por Mattos[236], que tenta explicar a escravidão no Império português por meio da composição de valores sociais e culturais que a sustentavam. Assim sendo, a perpetuação de uma diferenciação excludente — "o arcaísmo como projeto" — seria o *primum mobile* da sociedade escravista colonial.

Diante de tal perspectiva, é possível avaliar de que maneira ela dialoga com outras linhas historiográficas sobre o período colonial que chegaram a conclusões bastante similares. A nosso ver, Oliveira Vianna e Raymundo Faoro são dois autores que se aproximam das principais conclusões indicadas por João Fragoso e Manolo Florentino.

Nas obras de Faoro e Vianna a formação política e econômica da colônia está condicionada pela dispersão de inúmeros núcleos de poder ao longo do vasto território. A dispersão geográfica impôs, em larga medida, a formação de comunidades cujo poder se manifestava na figura de chefes locais. Apesar de formalmente subordinadas a um poder comum, a autoridade colonial, o exercício efetivo da força ocorre em comunidades isoladas, sem a regulação externa.

> "Estes centros de auctoridade local, subordinados, em these, ao governo geral da capitania, acabam, porém, tornando-se praticamente autônomos, perfeitamente independentes do poder central (...) É assim que os capitães-móres das villas e aldeias são praticamente auctoridades soberanas dentro dos limites dos seus districtos."[237]

Para Oliveira Vianna, a existência desses espaços de poder relativamente autônomos frente aos desígnios da coroa lusitana permite a um determinado grupo de beneficiários a utilização dos mecanismos estatais como ferramenta em benefício próprio. Isso advém da ausência de uma perspectiva coletiva, em que apenas a fruição de vantagens individuais funciona como guia das ações dos poderes locais. Essa concepção se espalha

---

[235] *Ibid*., p. 14.
[236] Hebe Maria MATTOS. *A escravidão*..., p. 141-162.
[237] Oliveira VIANNA. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923, p. 187.

por todos os segmentos da sociedade e impede que elementos que entravam seu o desenvolvimento sejam expurgados. Leonardo Neves apresenta uma síntese interessante sobre esse aspecto da obra de Vianna:

> "Para O. Vianna, a nossa estrutura social é inteiramente fragmentada em grupos patriarcais dispersos pelo território. Essa pulverização não permite com que a sociedade possa constituir uma mentalidade social e coletiva. O ator define como '*politicalha: a forma que se manifesta o espírito de clã nos domínios da nossa vida pública e administrativa'* (O Idealismo da Constituição, Oliveira Vianna). O espírito de clãs passa a ser uma 'toxina' de ação nociva ao organismo político administrativo, que deve ser freado a qualquer custo, ele faz com que a máquina do Estado se torne lenta e ineficiente, pois ela está sempre servindo a um ou outro interesse particular."[238]

Por sua vez, Faoro explicita os aspectos do patrimonialismo presentes na formação econômica da colônia. Como destaca Schwartzman, Faoro retoma a idéia de patrimonialismo de Weber que denomina "uma forma de dominação política tradicional típica de sistemas centralizados que, na ausência de um contrapeso de descentralização política, evoluiria para formas modernas de patrimonialismo burocrático-autoritário, em contraposição às formas de dominação racional-legal que predominaram nos paises capitalistas da Europa Ocidental."[239]

Para Faoro, a realidade colonial estaria marcada pela formação de um sistema político de clãs que proporcionava a utilização do poder "em causa própria, por um grupo social cuja característica era, exatamente, a de dominar a máquina política e administrativa do país, através da qual fazia derivar seus benefícios de poder, prestígio e riqueza."[240]

Nota-se nos dois autores uma interpretação da realidade colonial, e de sua herança para a história do Brasil contemporâneo, que se aproxima dos elementos abordados por Fragoso e Florentino com a idéia de arcaísmo. Para a compreensão da sociedade colonial é necessário ter em mente o papel das elites locais nos processos decisórios, bem como de que maneira os mecanismos de poder eram utilizados para proveito individual, tal qual sugere a idéia de economia do bem comum. A exacerbação e preservação de princípios individualistas e excludentes por meio de uma política baseada na afirmação do poder dos

---

[238] Leonardo NEVES. O lugar da democracia no pensamento autoritário de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. In: *Segundo Seminário de Sociologia e Política – IUPERJ*. Rio de Janeiro, 2007, p. 8-9.
[239] Simon SCHWARTZMAN. Atualidade de Raymundo Faoro. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, 2003, p. 207 a 213.
[240] *Ibid*., p. 210.

clãs marcou a história colonial e, na perspectiva apresentada por esses autores, condicionou os desenvolvimentos ulteriores da nação independente.

Isto posto, se realmente há convergência entre as linhas de raciocínio de Vianna, Fragoso e Florentino e Faoro, principalmente com a perspectiva deste estaria-se adiante nessa linha de argumentação, uma vez que o autor lançou profícuas idéias tais como a de formação de um "patronato político brasileiro"[241], cuja atuação, ainda no século XX, marcaria a dinâmica da sociedade brasileira. Além disso, a comparação entre as idéias de Fragoso e Florentino e outros autores como Faoro e Vianna indica que não se trata de uma interpretação inédita a respeito da formação, desenvolvimento e ruptura da sociedade colonial, mas sim de uma reformulação de idéias clássicas. Enquanto a corrente do sentido da colonização se vale das referências marcantes de Marx, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, as novas interpretações indicam convergência com autores como Weber, Oliveira Vianna e Raymundo Faoro.

[241] Raymundo FAORO. *Os Donos do Poder*: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

Conclusão: O Reinventar da Colônia

Na introdução deste trabalho destacamos que a diversidade de enfoques a respeito do fenômeno da colonização portuguesa na América do Sul foi uma motivação fundamental para nossa pesquisa. Contudo, resta agora uma última reflexão sobre a temática do debate entre as diferentes interpretações por nós apresentadas a partir dos elementos que foram discutidos ao longo deste texto. Em outras palavras, se partimos da constatação de uma multiplicidade de interpretações para um mesmo fenômeno e desenvolvemos uma leitura própria a respeito do significado de cada uma delas, é necessário agora uma síntese da argumentação exposta.

Assim sendo, é imprescindível buscar algum elemento comum que ligue as diferentes interpretações e que, além de possibilitar a conclusão deste estudo, nos sirva de base para desenvolvimentos posteriores. A nosso ver, o nexo central está sem dúvida em retomar as diferentes interpretações a respeito da história da colônia com a perspectiva de que se trata de um episódio no processo de expansão portuguesa ao longo dos séculos XV e XVI. Não obstante as distintas visões a respeito das relações entre a colônia na América do Sul e sua metrópole lusitana, os diferentes estudos concordam que o estabelecimento e desenvolvimento da colônia portuguesa na América corresponde a apenas uma etapa histórica do desenvolvimento de um mundo colonial, para uns, ou de um sistema colonial, para outros. A articulação entre uma realidade particular — a colônia brasileira — e outras esferas mais gerais — as relações entre metrópole e colônia, entre as próprias colônias ou mesmo entre colônias e outras nações européias que não sua própria metrópole — aparece sempre nos trabalhos, mas tomada sob distintos prismas, que conferem a especificidade de cada interpretação.

Sob essa ótica, parece bastante frutífero recompor um quadro das diferentes interpretações sobre a colônia. As interpretações classificadas a partir da idéia de sentido da colonização se caracterizam por vincular o processo de desenvolvimento específico pelo qual passou a colônia às transformações ocorridas no continente europeu. Contudo, ao contrário do que propõem alguns de seus críticos, não se trata de uma explicação monocausal para o seu desenvolvimento. Para essa corrente interpretativa, apenas é possível entender o processo histórico de formação e desenvolvimento da colônia em suas

linhas mais gerais caso se faça referência aos condicionantes externos ao seu próprio território — mas que conformam um único sistema. Isso não significa dizer que todas as manifestações concretas da realidade social se reportem diretamente a essa estrutura mais geral que as engloba, mas sim que o movimento dessas manifestações está intimamente relacionado a essa estrutura. A noção de totalidade de um sistema histórico aparece, portanto, como elemento fundamental para a compreensão do pensamento desses autores.

Por sua vez, ainda no âmbito das interpretações que denominamos clássicas, a corrente do modo de produção colonial no seio da economia colonial argumenta que, apesar de suas indissociáveis ligações com o exterior, a sociedade colonial possuía movimentos próprios, ditados por condicionantes não derivados da relação metrópole-colônia. Observe-se aqui que a perspectiva de existência de um sistema não é abandonada. Tanto nos trabalhos de Jacob Gorender quanto nos de Ciro Cardoso a economia colonial é definida, em certo sentido, como fruto de suas relações com o exterior. Todavia, essa idéia ganha novo significado nas propostas desses autores. A vinculação com o exterior ajuda a definir determinadas características da economia colonial, como é o caso do fornecimento de mão-de-obra escrava, mas não é capaz de explicar completamente seu movimento.

Esse raciocínio exprime, a nosso ver, discordância em relação à definição de sistema utilizada pelos autores do sentido da colonização. Veja-se que sistema, na perspectiva do modo de produção colonial, representa a união de uma série de formações sociais com lógicas de funcionamento próprias. O sistema não impõe uma dinâmica própria, uma vez que apenas é a junção de uma série de funcionamentos particulares nele contidos — os diversos modos de produção.

Dessa forma, a discussão clássica apresenta essa primeira cisão fundamental para a compreensão da história da colônia. Os autores concordam sobre a importância da vinculação entre a economia da colônia e a economia externa, mas suas interpretações variam no que diz respeito ao tipo de articulação contida nessa relação. Além disso, conforme indicamos, o tipo de articulação está relacionado com a própria noção de sistema utilizada por cada um dos autores.

Por sua vez, as novas interpretações inauguraram, a nosso ver, uma nova fase do debate ao propor a autonomização do ritmo econômico da colônia frente ao exterior. Como vimos, essa conclusão se assenta na formação de um mercado interno precoce no território

colonial assentado em formações sócio-econômicas próprias da colônia. Como resultado, as relações da economia colonial com o exterior deixariam de estar organizadas sob a noção de um sistema hierarquizado entre metrópole e colônias e passariam a ser entendidas de acordo com uma nova espécie de ordenamento, em que as relações econômicas internas às próprias colônias e entre as colônias ganham maior importância.

Em certo sentido, esse raciocínio remonta às contribuições dos autores do modo de produção colonial, afinal estipula que a existência de múltiplas formações econômico-sociais implica a existência de processos de acumulação endógena cujas normas de funcionamento escapam ao controle dos mecanismos de comércio externo. Em outros termos, tal qual os autores do modo de produção colonial, os novos autores consideram que as regras internas de funcionamento da economia colonial se sobrepõem às determinações sistêmicas. Porém, a contribuição dos autores dessa nova fase de debate vai adiante ao questionar empiricamente a validade dos modelos clássicos em determinadas conjunturas, como é o caso do período de ruptura entre metrópole portuguesa e sua colônia na América (1790-1830).

Dessa maneira, os novos trabalhos sobre a história econômica da colônia indicam que o aspecto central para se compreender o desenvolvimento dessa sociedade estaria em condicionantes internos, ligados a mecanismos próprios de regulação social, porém nem sempre relacionados à esfera econômica — como ocorre com a idéia de arcaísmo proposta por Fragoso e Florentino. As relações da economia colonial com o exterior não são negadas, contudo esses autores propõem a superação da perspectiva "voltada ao exterior" para a compreensão da história da colonização portuguesa na América do Sul. Assim sendo, as tensões existentes entre a sociedade colonial e o mundo externo são rearticuladas, mas dessa vez com peso predominante dado a determinações internas ao território da colônia.

Conforme argumentamos acima, retomadas sob esse novo olhar, as interpretações apontadas em nosso trabalho apresentam uma linha indiscutível de diálogo. Para os fins de nossa pesquisa, admitimos que dois momentos distintos fundamentais compõem a controvérsia: a fase clássica do debate (sentido da colonização e modo de produção colonial) e o debate contemporâneo (iniciado com as obras de Fragoso e Florentino).

Se nos centrarmos nas obras mais recentes, que, conforme indicamos, pretendem divergir em aspectos centrais da discussão clássica, encontraremos uma história própria de desenvolvimento desse debate contemporâneo.

Em primeiro lugar, após a publicação das obras mais recentes, segue-se uma fase de conflito, de um embate mais direto entre os autores das diferentes linhas interpretativas. Sem dúvidas esse momento é iniciado com a publicação de *Homens de Grossa Ventura*[242], de João Fragoso, e de *O Arcaísmo como projeto*[243], deste último autor em parceria com Manolo Florentino. Nessas obras encontram-se críticas enfáticas aos autores clássicos e um posicionamento próprio frente à questão da interpretação da história colonial, que inaugura uma ampla discussão.

Após a publicação dessas obras e de sua divulgação, começam a surgir reações de autores ligados à discussão clássica. Por exemplo, Fernando Novais lançou em página de rodapé resposta às críticas direcionadas à sua obra e de outros autores que compartilham a idéia de sentido da colonização[244]. Além disso, em entrevista publicada em seu último livro, *Aproximações*[245], Novais novamente rebate críticas feitas à sua linha de interpretação sobre a história econômica do período colonial. Por sua vez, Jobson Arruda também apresenta críticas às novas interpretações e sugere quais seriam os problemas mais gerais nelas contidos:

> "O equívoco está na formação de paradigmas negativos, quando se busca justificar os novos estudos, procurando reverter a ênfase, isto é, deslocar a relação preponderante do exterior da colônia para seu interior. Isto, para não se falar da sistemática desqualificação dos interlocutores que delinearam o quadro mais geral das explicações. Daí, a tendência à radicalização dos escritos dos 'adversários' [autores clássicos], atribuindo aos mesmos afirmações que não fizeram, isto é, negar qualquer significado à produção interna no processo de constituição histórica da colônia."[246]

---

[242] João FRAGOSO. *Homens de Grossa Ventura*...Conforme observado na seção 2.1.1 de nosso trabalho, as principais críticas de João Fragoso aos modelos clássicos já estavam desenvolvidas em João FRAGOSO. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: Ciro CARDOSO (Org.) *Escravidão e abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 18-32.
[243] Manolo FLORENTINO & João FRAGOSO. *O Arcaísmo*...
[244] Fernando NOVAIS. *Condições de privacidade na colônia*. In: Aproximações..., p. 217.
[245] Idem. *Aproximações*..., p. 360-377.
[246] José Jobson ARRUDA. O sentido da colônia: revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: José TENGARRINHA. História de Portugal. Bauru-SP: Edusc, 2000, p. 249.

Como se pode observar, os autores ligados à perspectiva clássica desde cedo entendem que as novas obras desqualificam suas proposições ao "deslocarem o fator preponderante do exterior da colônia para seu interior". Assim, está-se diante de uma fase de intensa disputa provocada pela divulgação das novas obras entre a comunidade acadêmica. Por sua vez, João Fragoso, um dos expoentes dentre os novos autores, rebate algumas dessas críticas em entrevista[247]. O autor aponta sua insatisfação com as críticas que lhe foram feitas no sentido de que sua interpretação seria "conservadora", pois negaria a importância da exploração metropolitana sobre a colônia na América.

Do exposto, entende-se que, em sua fase inicial, a discussão ganha maior impacto e as críticas trocadas por ambos os lados se avolumam e intensificam. Contudo, o desenvolvimento de novas obras históricas e a maturação das idéias e dos autores envolvidos na discussão, permite que essa fase inicial de embate direto e mais incisivo seja superada em direção a um diálogo mais aberto.

Para essa segunda fase, em relação aos trabalhos de Fragoso e Florentino, por exemplo, cabe ressaltar a revisão do título de sua principal obra conjunta: *O arcaísmo como projeto*. O subtítulo da obra deixa de ser "Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)" para se referir a "Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil *em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, 1790-1840"[248]. Trata-se, a nosso ver, de uma resposta às críticas que lhe foram dirigidas quanto à inadequação do período estudado pelos autores para se referir ao quadro geral de desenvolvimento da economia colonial. Por sua vez, em entrevista, Fernando Novais atribui méritos aos autores preocupados em estudar e sublinhar os determinantes próprios contidos nos mecanismos de acumulação interna na sociedade colonial, embora entenda que há diferenças fundamentais para com seu enfoque próprio[249].

Dessa forma se expressam diversos movimentos presentes no debate entre as distintas interpretações. Ora os autores ressaltam méritos e possíveis convergências entre as

---

[247] Rafael CARIELLO. Historiador revê o Brasil e ataca "xiitas" da USP. *Folha online*. 13 fev. de 2006. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ ult90u57731.shtml >. Acesso em 20 mar. 2007.

[248] João FRAGOSO & Manolo FLORENTINO. *O Arcaísmo como Projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[249] Fernando NOVAIS. *Op. cit.*, p. 372-375.

linhas argumentativas, ora se realçam incongruências, que acabam por reacender o debate. Isso ocorre devido à própria natureza do objeto pesquisado por esses autores: a história do período colonial. Não é possível compreendê-la se o estudioso se concentra apenas em suas relações com o exterior e negligencia sua dinâmica interna, tampouco é possível explicar seu processo de desenvolvimento caso ela seja considerada um fenômeno autônomo frente a variações externas. Por outro lado, em algumas conjunturas o mercado interno ganha maior relevância, enquanto em outras a dinâmica econômica é comandada pelo setor externo. Essa natureza multifacetada do objeto realimenta a discussão sempre que a oposição metrópole x colônia (externo x interno) é reapresentada. A polarização das opiniões leva à extensão indefinida do debate sempre que são abordados novos temas.

Diante desse quadro, pode-se falar em uma síntese a respeito dessas interpretações? A leitura das obras do diferentes autores sugere que ainda está-se demasiadamente longe desse ponto. Por mais que o diálogo tenha avançado em alguns aspectos, a tendência geral é de um enorme distanciamento ainda presente nas obras. Em linhas gerais, o que se tem assistido é ao desenvolvimento paralelo de linhas de pesquisa rivais, isto é, que buscam deslegitimar as conclusões alcançadas pelo campo "oposto". A despeito da complementaridade potencial entre os trabalhos dos diferentes autores, predomina a disputa pela afirmação de uma visão particular.

Como indicamos, a natureza da economia colonial enquanto objeto de estudo exige uma composição entre fatores internos e externos ao seu território a fim de que se possa proceder a uma investigação. Contudo, a principal crítica dos diferentes autores em relação a argumentações distintas da sua própria tem se revelado pela afirmação da unilateralidade das demais interpretações. Enquanto os autores do sentido da colonização afirmam, em linhas gerais, que as obras recentes isolam a economia colonial das determinações externas ao seu próprio território — que são fundamentais para sua compreensão, os novos autores afirmam que as obras clássicas exageram os efeitos das determinações externas sobre o funcionamento dessa mesma economia.

Assim sendo, uma discussão nesses termos é completamente inócua. O aspecto central para nossa temática não é dizer que uma ou outra interpretação a respeito da história da economia colonial é unilateral, mas enfatizar qual o modo de articulação entre a realidade externa e interna à colônia está presente em cada uma das interpretações.

A insistência em críticas com essa natureza, que buscam desqualificar as argumentações opostas com argumentos tais como o de unilateralidade, acaba por revelar um conteúdo subjacente envolvido no debate sobre a economia colonial. A nosso ver, os autores não estão apenas em busca de um novo quadro explicativo para a história da colônia portuguesa na América do Sul, mas também à procura de elementos que lhes dêem vantagens em um processo de disputa entre correntes historiográficas.

Tal disputa envolve dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, os diferentes grupos de autores estão em permanente disputa pelo que denominaremos poder historiográfico. Em segundo lugar, há entre as obras um diálogo com forte conotação ideológica, mas que nem sempre fica explícito.

Quanto ao primeiro aspecto, torna-se necessário esclarecer o que entendemos pela noção de poder historiográfico. Tal noção nos é apresentada por Jobson Arruda, que entende haver entre aqueles ocupados com a produção de obras históricas a preocupação constante de divulgar e fortalecer sua própria conceituação a respeito do fazer histórico. Essa disputa pelo poder historiográfico envolve não somente a disseminação das obras entre o público acadêmico e não-acadêmico, mas também a concentração de recursos e oportunidades que são oferecidos aos pesquisadores desse ramo da ciência[250]. Trata-se da luta por espaços na comunidade acadêmica, entre o público interessado nesse tema e pelo apoio de entidades de fomento à pesquisa.

Diante dessa idéia, acreditamos ser possível ligar o desenvolvimento da polêmica que estamos estudando com as disputas das diferentes correntes interpretativas em busca de maior afirmação tanto no ambiente acadêmico — universidades, entidades de fomento —

---

[250] José Jobson Andrade ARRUDA. Linhagens historiográficas contemporâneas por uma nova síntese histórica. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 10, jun. de 1998, p. 175-191. A título de exemplo da idéia de poder historiográfico, Arruda cita as trajetórias de Braudel e Áries: "Um exemplo notável deste poder historiográfico é o êxito retumbante e largamente merecido da obra capital de Fernand Braudel, publicada em 1949, e o ostracismo quase absoluto da obra de Philippe Ariés, *Histoire des populations françaises et leurs attitudes devant la vie*, publicada em 1948, que trazia inovações consideráveis para o estudo das mentalidades e que poderia ter, precocemente, deslocado o poder dos historiadores economistas no grupo dos *Annales* e favorecido os estudos que ficaram emudecidos por uma década, pelo menos. A diferença é que Braudel tinha o apoio de Lucien Febvre, dos *Annales*, da VI Seção da Escola de Altos Estudos, enquanto Ariés era um pesquisador isolado, um especialista em geografia tropical, não formava alunos, nem tinha meios para difundir suas idéias." Ibid., p. 177-178. Arruda ainda destaca outros aspectos do que denomina poder historiográfico: "A vitória das idéias [da escola dos Annales] passava pela instalação sistemática dos discípulos das novas concepções no aparelho universitário e o controle da *media*, das casas editoriais, com vistas a monitorar a produção histórica destinada ao público." Ibid., p. 177.

quanto entre o público não especializado. Este seria um aspecto central a contribuir para a lentidão de uma possível convergência entre as diferentes linhas interpretativas.

Por outro lado, acreditamos que a polêmica envolvendo a história econômica do período colonial possui ainda um conteúdo ideológico não-explícito nos trabalhos dos autores. As obras clássicas foram escritas em período de forte disputa ideológica entre as nações do bloco soviético e outras lideradas pelos Estados Unidos. Nesse contexto, a leitura do passado colonial aparecia como resposta às questões em voga à época, como o subdesenvolvimento da economia nacional — tema esse estudado por Caio Prado Jr. e por Celso Furtado. A idéia de vinculação subordinada a uma economia externa durante a época colonial servia como símbolo da condição periférica a que estava submetida a economia brasileira.

As novas interpretações, ao proporem um olhar "voltado para dentro", priorizam os processos de decisão internos à economia colonial como fatores explicativos para seu desenvolvimento. O abandono da idéia de extroversão da economia colonial carrega em conjunto a possibilidade de autodeterminação das decisões políticas e dos processos de regulação social. Uma vez que o excedente produzido era predominantemente acumulado no interior da economia colonial, a reafirmação dos nexos de dependência (subordinação política) e das relações de desigualdade eram resultado de uma espécie de pactuação entre os componentes daquela sociedade[251].

Contudo, esta conclusão parcial tem que ser matizada frente a outro componente. Há que se considerar o movimento mais geral da historiografia internacional que baliza ambos os grupos de autores. Como já destacamos em seção anterior, a divulgação de interpretações como as de Fragoso e Florentino converge com a predominância de novos enfoques na historiografia internacional sobre o colonialismo. Assim, embora acreditemos que exista um conteúdo ideológico relevante no debate, consideramos que ele esteja

---

[251] Esse conteúdo evidencia-se com as declarações de Fragoso em entrevista. "Repórter - É correto ver uma dimensão ética nessa idéia de não empurrar a responsabilidade pelo suposto 'atraso' brasileiro para as metrópoles européias? Fragoso - Com certeza. Repetindo a frase de minha velha professora Maria Yedda Linhares, ainda na Guerra Fria: 'O Brasil se tornou independente em 1822. Depois disso, é falta de vergonha'. Estendendo um pouquinho para trás... Ou seja, o destino é nosso. É a sociedade com todos os seus grupos, sem livrar a cara de ninguém. O mais pobre dos pobres, o mais operário dos operários. Os mais humildes compartilham dessa abstração chamada sociedade brasileira. Com todas as suas contradições e desigualdade de renda. Não estou dizendo que todo mundo cante a mesma música, mas sim que algumas coisas básicas, em algum grau, são compartilhadas.(...)" Rafael CARIELLO. *Op. Cit*.

entrecortado por outros aspectos, tais como as transformações por que passa a produção historiográfica em âmbito mundial.

Isto posto, acreditamos caminhar para um entendimento mais geral desse processo de construção e reconstrução da história da colônia — o reinventar da colônia. Somente é possível entender de que maneira se desenvolve essa rearticulação constante dos elementos fundamentais — os aspectos internos e externos ao território colonial — que se misturam nas diversas interpretações ao se inter-relacionar o conhecimento a respeito dos autores, de sua obra, de seu meio e de sua época. Obviamente esta é uma tarefa que extrapola os limites deste trabalho, uma vez que entendemos se tratar de um objeto mais amplo que requere uma pesquisa com nível superior de profundidade e maturidade. Contudo, colocado sob esse prisma, o intenso debate sobre a economia colonial ganha novos contornos e, antes de esgotar o tema, apenas lança bases para questionamentos ulteriores.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

_____. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Trad. Port. Brasiliense: São Paulo, 1987.

ARRUDA, José Jobson & TENGARRINHA, José. *Historiografia Luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ARRUDA, José Jobson. Linhagens historiográficas contemporâneas por uma nova síntese histórica. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 10, jun. de 1998, p. 175-191.

_____. "Exploração colonial e capital mercantil." In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica do período colonial.* São Paulo: Edusp, 2002.

_____. "O Império Tripolar: Portugal, Angola, Brasil.", *mimeo*.

_____. "O Sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil." In: TENGARRINHA, José. (Org.) *História de Portugal*. Bauru: Edusc, 2002.

_____. "O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)." In: TENGARRINHA, José (Org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BRENNER, Robert. "Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe" In: ASTON, Trevor. & PHILPIN, Charles. (Org.) *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. University Press: Cambridge, 1987.

_____. "Property and Progress: where Adam Smith went wrong." In. *I Colóquio Internacional de História Econômica*. Campinas, 2006.

_____. "The agrarian roots of European capitalism." In: ASTON, Trevor & PHILPIN, Charles. *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. University Press: Cambridge, 1987.

CARCANHOLO, Reinaldo & NAKATANI, Paulo. "O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização." *Ensaios FEE*, v. 20, nº 1, pp.264-304. Porto Alegre, junho de 1999

CARDOSO, Ciro. (Org.) *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. "Prefácio." In: FRAGOSO, João Luís & FLORENTINO, Manolo. *O arcaismo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840).* Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

_____. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. As concepções acerca do "sistema econômico mundial" e do "antigo sistema colonial"; a preocupação obsessiva com a "extração de excedente". In: LAPA, José. (Org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1980

_____. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARIELLO, Rafael. Historiador revê o Brasil e ataca "xiitas" da USP. *Folha online*. 13 fev. de 2006. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ ult90u57731.shtml >. Acesso em 20 mar. 2007.

COSTA, Iraci & PIRES, Júlio. "O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação." *Estudos Avançados*. São Paulo, Universidade de São Paulo - Instituto de Estudos Avançados, 14 (38):87-120, jan./abr. 2000.

COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, F. V. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, F. V. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1982.

COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826).* São Paulo: IPE-USP, 1979.

_____. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior*. São Paulo, Cadernos NEHD-FEA/USP, 1995.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João. *O Arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840).* Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

_____. *O Arcaísmo como Projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)." In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria & BICALHO, Maria (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Homens de Grossa Aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: CARDOSO, Ciro. *Escravidão e abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2003.

GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial." *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE, São Paulo, 13 [1], jan.-abril 1983.

_____. *A Escravidão Reabilitada.* São Paulo: Ática, 1990.

_____. O Escravismo Colonial. São Paulo: Ática, 1985.

GOUVÊA, Maria. "Poder político e administração na formação do complexo Atlântico português (1645-1808)." In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria & BICALHO, Maria (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António. "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes." In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria & GOUVÊA, Maria (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. "A constituição do Império português: críticas de alguns enviesamentos correntes." In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria & BICALHO, Maria (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *As vésperas do Leviathan*: instituições e poder político Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HILTON, Rodney. Um comentário. In: SWEEZY, Paul *et alli*. *A transição do feudalismo ao capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Capitalismo – o que representa esta palavra. In: SWEEZY, Paul *et alli*. *A transição do feudalismo ao capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 145-157.

LINHARES, Maria Yedda. "Prefácio." In: FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LOPEZ, Robert. *The Comercial Revolution of the Middle Ages, 930-1350*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1998.

MAESTRI, Mário. "O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender." *Revista Espaço Acadêmico*, n. 35, abr. 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Último acesso em 16 jan. 2008.

MARIUTTI, Eduardo; NETO, Mário & NOGUERÓL, Luiz Paulo. "Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino." *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 31, n. 2, 2001.

MARIUTTI, Eduardo. *Balanço do Debate: a transição do feudalismo ao capitalismo* São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política.* São Paulo: Nova cultural, Livro I e Livro II.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria & BICALHO, Maria (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a

dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MELLO, João Manuel. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOTA, Carlos Guilherme & NOVAIS, Fernando. *A independência política do Brasil.* São Paulo: Moderna, 1986.

NEVES, Leonardo. O lugar da democracia no pensamento autoritário de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. In: *Segundo Seminário de Sociologia e Política – IUPERJ*. Rio de Janeiro, 2007.

NOVAIS, Fernando. "Caio Prado Jr. na historiografia brasileira." In: MORAES Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera (Org.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Aproximações*: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosacnayfi, 2005.

_____. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hucitec, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RUSSEL-WOOD, Anthony J. R. "Prefácio." In. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria & GOUVÊA, Maria (Org.).*O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTOS, Ronaldo. *O rascunho da nação*: formação, auge e ruptura da economia colonial. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. In: Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, 2003, p. 207 a 213.

SWEEZY, Paul *et alli*. *A transição do feudalismo ao capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1989.

TEIXEIRA, Rodrigo. O capital como sujeito e o "sentido da colonização". In: *X Encontro Nacional de Economia Política*. Campinas, 2005 .

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

VIEIRA, Carlos. *Interpretações da colônia*: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Economia, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. São Paulo: Contraponto, 1998.

_____. *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the Sixteenth century*. Nova Iorque, Academic Press, 1974.